

ECLESIOGÊNESE POLÍTICA

- Discurso Político da Igreja -

Dissertação final apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB) para a obtenção do grau de Mestre.

UNB - dezembro de 1985.

Aluno: Gil Barreto Ribeiro

Orientador: Prof. Carlos Chagas

Area: Comunicação Política

Departamento: de Comunicação da Un
versidade de Brasília

Brasília, dezembro 1985.

Aos amores que comparti -
lham de minha caminhada:

Alda

Thiago

Larissa.

Menção de agradecimento aos meus Mes
tres e Colegas pelo diálogo profícuo
e estimulante, particularmente ao
meu orientador Prof. Carlos Chagas ,
que foi o principal interlocutor des
sa pesquisa, incutindo-me o gosto pe
lo que está além dos fatos.

Apresentação

"Não é somente possível mas inevitável a conciliação que a Igreja faz entre a perfeição pessoal e a inserção nos negócios da vida social. A perfeição cristã não exclui o exercício das atividades temporais, estas vão ao encontro da dignidade do homem e do cristão".

(João XXIII - Encíclica "Mater et Magistra")

"A Comunidade Igreja é solidária com o gênero humano e com sua história. Não se encontra nada de verdadeiramente humano que não ressoe em sua vida".

(Concílio Vaticano II - Constituição "Gaudium et Spes")

"Não basta que a Igreja exista. Ela precisa ser continuamente construída, não contra, mas apesar daqueles que a querem reduzir à antiga sinagoga".

(Leonardo Boff - teólogo da libertação).

A partir de uma práxis existencial, nossa dissertação visa ser um ensaio de análise teórico-crítica do discurso político da Igreja Católica. Fixamo-nos no teórico enquanto originário da voz da institucionalidade da Igreja, mas emergimos da práxis, por estar na concretude e na factualidade o dinamismo dessa nova mensagem.

Começamos por nos posicionar dentro desse processo analítico, para criar a instrumentalização de nossas idéias. Limitamo-nos no tempo, no sentido de uma abordagem da realidade atual, onde perfilam as emergências reais do discurso desejado. Fixamo-nos no espaço determinado da Igreja da América Latina, prioritariamente do Brasil, onde os analistas religiosos vêem nas-

cer uma nova eclesiologia, onde seu discurso é a própria face do povo.

Respaldamo-nos inicialmente nos parâmetros da fundamentação bíblica, para chegarmos às fronteiras dessa atual milîtância eclesial-histórica, no processo desencadeado pelo pró -prio poder hierárquico pontifício. De critérios mais universais, passamos a ler a dialética de uma mensagem adequadamente direcionada aos desafios da atualidade. Embasado nos pronunciamentos pontifícios e da hierarquia, passamos a ver o discurso eclesial como ruptura ao reduto do conservadorismo antievangélico e criando cissuras nas facções eclesiais.

Tentamos nos afrontar com todos os temas polêmicos que envolvem as questões básicas da concreção desse discurso eclesiológico hoje. Na práxis remontamo-nos a fatos da nossa realidade nacional, onde poderemos ler a convicção de um sepultamento dos ecos de um eclesiocentrismo para um verdadeiro catolicismo. Concluímos no sentido de que, as relações intra-sistêmicas da I-greja hierarquizada com os fiéis, corporifica agora as dimensões evangelicamente comprometidas das comunidades cristãs no meio do mundo.

ÍNDICE

Introdução: objetivos visados na dissertação.....	09
O Projeto de Deus na Bíblia: a Fé e a Política	
-Fundamentação bíblica do discurso político da Igreja...	20
A Gênese da Mensagem Social da Igreja Hoje	
-Leão XIII o Papa precursor da mensagem social da Igreja.....	26
O Social ocupa espaço nos Documentos Pontifícios	
-Ênfase dada a mensagem social pelos papas Pio XI e Pio XII.....	31
Dos Horizontes Sociais ao Político	
-João XXIII avança em seu discurso do social ao político.....	38
O Aval Conciliar ao Social Político	
-O Concílio Vaticano II como avalista da mensagem atual da Igreja no campo social político.....	46
Moderação e Antagonismo no Discurso Social Político	
-Paulo VI e João Paulo II tentam moderar o discurso político social.....	53
O Percorso Histórico da Mensagem Social	
-Visão de síntese do discurso social da Igreja de Leão XIII a João Paulo II.....	68
Práxis do Político na Igreja da América Latina	
-Visão do discurso social político na Igreja da América Latina.....	74
Teologia da Libertação: Discurso da Revolução ?	
-A interpretação do discurso político da Igreja na Teologia da Libertação.....	90
CEBS: Novo modo de Falar Igreja	
-Comunidades eclesiais de base, o novo estilo do discurso eclesial.....	96

O Papel Ideológico da Linguagem Religiosa

- Modo de interpretar o discurso da Igreja a partir dos Cebes..... 102

Fé x Política: contradição no discurso da Igreja ?

- As comunidades eclesiais analisam o posicionamento da Igreja diante da fé e política..... 107

Formação e Mentalização: base para a ação social

- Como a Igreja forma seus agentes para a atuação..... 114

O Discurso social político da Igreja no Brasil

- Os documentos da CNBB e a trajetória da mensagem social política da Igreja no Brasil..... 121

Mensagem dos Fatos: Relação Igreja-Estado

- Elenco de fatos que manifestam as relações da Igreja-Estado no Brasil a partir da revolução de 1964..... 144

Conclusão..... 192

Bibliografia..... 197

Introdução

O discurso atual da Igreja vai de encontro a uma verdadeira eclesiologia. Não aquela do triunfalismo da Igreja milenar, institucionalizada, perfilada de privilégios e escoltada pela força de um dogmatismo absorvente, aliada ao poder, mas também temerosa do mesmo.

Queremos anunciar esta eclesiogênese, ou seja, o despertar de uma nova Igreja, que nasce na atual sociedade. Aquela cujos temas axiais e idéias-mostras não ananem dos parâmetros de uma teologia hierarquizada, mas que desabrocha das comunidades do fé ou da eclesiologia militante do povo de Deus. Esta é a Igreja que se tenta construir na história, "não contra, mas apesar daqueles que a querem reduzir à antiga sinagoga" (1).

Há uma constatação real, encontrarmos a identidade dessa nova Igreja, que faz agora a historicificação do Reino de Deus no mundo, através do seu discurso.

Falamos aqui da Igreja Católica, que em consonância com diversas outras igrejas evangélicas, tem se aguçado nas últimas décadas uma fala decodificada das enarracões dogmático-teológico, a histórico.

Na dimensão de análise teológica do papel da Igreja no mundo, houve sempre uma dicotomia quanto ao posicionamento diante do espiritual e do temporal. Sua atuação, por sempre condizente com seu discurso, deu predominância à ordem espiritual.

A missão escatológica a que se propõe, fundamentada em uma axiologia espiritualista, orientada pelas tendenciosas interpretações teológicas do Evangelho, dá primazia ao espiritual, em contraposição à matéria. Esta é a dimensão celestial que vem se arrastando milenarmente, escoltada pela companhia do "co-

siedade perfeita", que dispõe de todos os meios para atingir a finalidade última a que se propõe, a sobrenatural. Tem seu embasamento sobretudo no fato de que a comunidade eclesial coloca suas origens nas fontes divinas. Os aspectos carismáticos da Igreja absorveram sua constitucionalidade e deram preeminência aos valores espirituais (2).

Os atuais teólogos em especial na América Latina, tentam analisar a Igreja a partir dos grandes modelos herdados do passado e de um novo modelo, cujos autores são anônimos e se perdem na imensa massa popular das comunidades eclesiais hoje.

O tradicional discurso da Igreja é identificado com sua política, voltado exclusivamente para dentro de si. É a porta-dora da salvação para os homens, que utiliza a exteriorização dos gestos salvíficos do Cristo nos sacramentos, liturgia, meditação bíblica e em todas as tarefas religioso-sagradas. É também a Igreja estruturalmente hierárquica, que cultiva toda uma ortodoxia canônico-jurídica.

Assim prisma a Igreja se encontra alienada do mundo, muito embora em função do mesmo. A figura do Reino escatológico absorve totalmente o sentido de um Reino histórico de Deus no mundo (3).

Em tal dimensão está caracterizada a vasta gama de documentação da Igreja através dos séculos, onde se presencia sua ingerência em questões, que consequentemente fugiria a sua competência e participação. É a problemática de uma teoria eclesiológica desenvolvida ao longo de sua história, onde as amarras de um espiritualismo absorvente, vem em contraste as suas necessárias e históricas interferências na realidade material.

Torna-se inaceitável uma atemporalidade de tal instituição, que no transcurso histórico tem dado sinais incontestáveis de inserção temporal devida e inevitavelmente.

Conjuntamente à essa dimensão emerge igualmente a figura da Igreja mestra, que compactua com o Estado e a ele se vincula em pacto bilateral de favorecimentos. Igreja feudal, da nobreza e da burguesia, aproximada das classes dominantes, de onde tira e também mantém seus privilégios. É a que criou uma gritante dicotomia com suas origens, pois sua afirmação inicial foi justamente a coragem profética de se opor ao despotismo estatal e a exploração do mesmo sobre a grande massa.

A figura de um fundador, Jesus de Nazaré, foi a do grande revolucionário da época. Nascido no seio de um povo nômade, sem identificação, dominado pelo imperialismo externo, surge o profeta que vem incorporar em si todo um discurso libertário, proferido ao longo da história desse mesmo povo oprimido. Embora reconhecido pelo seu poder divino, não foi aceito pela classe dominante em vista ao seu discurso revolucionário, que contradizia a interesses da dominação e minava as bases de uma força despótica de usurpação dos direitos da grande massa popular. Ele era quem antes de saciar o desejo íntimo de ouvir sua palavra e doutrina, preenchia as necessidades básicas materiais da alimentação e da saúde física.

A Igreja que inicialmente adere a posição de mestra, vai paulatinamente se afastando desses princípios. Ali está o gritante antagonismo de sua mensagem. De um lado proclamadora dos valores eternos julga-se necessariamente desassociada do temporal. Por outro lado, ao longo da história, cada vez mais se afirmando como instituição humana, onde passa a ser mesmo coisificado pelas ambições de poder e dominação de muitos, faz suas núpcias com o Estado, com o poder civil.

Configura-se nessas determinantes o discurso proferido ao longo dos tempos, discurso sacerdotal, autoritário, dogmático, totalmente privado do laivo profético. Para todas as

questões possui uma lição, que tira de seu depósito feito das Escrituras Sagradas, da Tradição, do Magistério e até mesmo de uma pretensa leitura das leis naturais.

A Igreja-instituição incorporou em si todas as categorias do poder. Ideologicamente, para poder ter respaldo externo, busca uma articulação com o poder temporal civil.

Na análise dos fatos históricos é interessante notar que, ao invés de absorver o poder civil, a Igreja foi absorvida pelo mesmo. Até o século XI o poder da Igreja é um poder tutelado pelo Império. Esse processo já se iniciou com Constantino que convocou o primeiro concílio ecumênico da Igreja, Niceia (325), e se chamou a si mesmo de Papa e encontrou sua fórmula jurídica através da investidura laica.

A Igreja transformou-se num grande grupo dos imperadores que dispunham dos cargos eclesiásticos e os tratavam secularmente.

"A disputa se estabelecia entre os dois poderes, sagrado e secular, cada qual pretendendo a herança do Império de Augusto. O poder sagrado da Igreja-instituição lançou mão de todas as artimanhas até da falsificação de decretais e da falsificação do "Testamentum Constantini" para justificar suas pretensões, o que vem justificar a tese de que o poder, indiferentemente o signo sob o qual ele vem exercido, seja cristão ou pagão, sagrado ou secular, segue imperturbável a mesma lógica interna de querer mais poder, de ser um dinossauro insaciável e de submeter tudo e todos aos próprios ditames do poder" (4).

A reação eclesiástica diante da perda de seu poder externo é de reavê-lo, o que se deu na reafirmação categórica do poder papal. Surgiu então a figura do "Summus Pontifex" do Papa que fala "ex cathedra" e cuja palavra torna-se infalível e irrevogável. Tal investidura do poder papal assumiu a herança

do Império Romano e criou uma verdadeira ditadura eclesiástica . Esse evento remonta ao século XI da era cristã e perdura até nos nos dias, com maiores "onipotências" no poder pontifício, confor me a própria política interna da Igreja e o poder pessoal do Pa-
pa sobre ela.

O posicionamento papal como intérprete infalível da doutrina, na visão dogmática e com guia único e infalível da política eclesial, pela tradição, foi se cristalizando através dos séculos. O discurso autoritário era assumido tanto por ele , quanto por aqueles que faziam seu segmento nas realidades loca -
is, os bispos.

A linha política da Igreja seguia uma irreversi -
bilidade dentro dos aparelhos de comando bem estratificados.

Foi durante essa fase que se criou no seio da I -
greja, toda uma estrutura burocrática de poder, incorporada pela
toda poderosa Curia Romana. Recrutados no quadro mais conserva -
dor e ortodoxo da Igreja romana, dispostos em tramas envolven -
tes de política interna, os cargos desse organismo eram preenchi -
dos pelo alto escalão da ante-sala dos aposentos pontifícios.

A Curia Romana passou a ser o aparelho burocráti -
co e decisório da vida da Igreja. Todo o seu discurso oficial
era filtrado pela inflexibilidade ideológica de seus membros.

Passou-se a viver uma Igreja atrelada aos dogmas ,
inflexível na doutrina, intolerante com quaisquer manifestações
que tentassem macular a pureza irredutível da doutrina e hábitos.

É dessa fase a célebre e não menos degradante ins -
tituição do "Index", organismo de censura a fala e aos escritos
de e istãos ou que pudessem ser utilizados pelos mesmos. Estabe -
leceu-se um verdadeiro regime de controle sobre o pensamento hu -
mano, tornando-se proibidas obras que marcaram divisas dentro do
campo científico, filosófico, literário e histórico da humanida -

de. Autores, cuja celebridade de pensamento hoje é evidenciada, só puderam vir à tona em sua memória póstuma, por terem sido vetados em sua época, por pena até mesmo de morte, pela repressão ideológica da Igreja.

Para romper com todos esses elos da corrente que se foi aprimorando durante séculos, a Igreja teve que viver um longo e doloroso processo.

A própria sociedade humana, lugar onde a Igreja se estrutura como instituição, encarregou-se de executar o processo.

A aparição de uma burguesia industrial dinâmica, modernizadora e revolucionária começou a despertar o mundo para uma nova realidade. A técnica, a industrialização e a modernização foram tirando o homem de sua estratificação e de seu pequeno mundo, para envolvê-lo na grande engrenagem social. A sociedade passou a viver uma diversificação muito grande dentro de seus valores, quase onada sobretudo, pelos fundamentos ideológicos de doutrinas sociais conflitantes.

A partir daí a Igreja começa a sentir sua defasagem histórica, uma vez que seu discurso permanecia estratificado.

Presionada pelos ditames de uma doutrina, em todos os pontos de vista, uma e infalível, o caminho para uma desmistificação de sua mensagem fazia-se difícil.

Para não perder sua credibilidade e tentar caminhar, muito embora de modo acanhado, junto a sociedade, a Igreja começa a se fazer ouvir como mensageira social. É a tentativa de sair do casulo e voltar-se para a realidade.

No final do século passado a voz do Papa Leão XIII inaugura explicitamente, a fase nova do discurso social da Igreja.

É um início de modernização, uma tentativa inusitada de abertura, mostrando que o mistério salvífico é algo liga

do às realidades sociais e que o homem tem que lutar pela sua libertação integral.

Esse caminho foi trilhado posteriormente por todos os seus sucessores até os dias atuais. Desde Leão XIII até hoje, com maior e menor intensidade, o discurso eclesial teve seu cunho social. Não se duvida que foi isso que deu margem a uma evolução mais categorica e incisiva do mesmo, que vai se presenciando na época atual.

Há uma emergência de um modelo novo de Igreja, en baseada na mensagem libertadora social que foi levando o homem cristão a uma intensa participação sócio-política.

O sinal ver dado pela Igreja no campo social, co limado pela mensagem renovadora de João XXIII e o Concílio Vaticano II, teve seu impulso maior na Igreja do terceiro mundo.

Não tanto estratificada por um patrimônio milenar de tradição, essa Igreja nasce dentro de uma realidade nova e co linha junta a um povo que faz sua história.

A concretude desse fato, torna-se para nós mais presente e viva na Igreja da América Latina, onde os sinais de renovação e atuação secular são predominantes.

Entre os eventos eclesiásticos oficiais no Continente, assinalam-se os de Medellín e Puebla, encontros de cúpula da Igreja Latino-americana.

O essencial enenado dessa sua mensagem é levar o cristão a ser sujeito de sua história. Há um despertar de consciência e uma articulação de prática junto ao povo, no levar a assumir sua realidade. Surge a consciência de opressor e oprimido. As cortinas até então cerradas de uma injustiça institucionalizada, são abertas pela conscientização popular. Articulam-se práticas libertadoras. O Evangelho sai de seus condicionamentos internalistas, para desenvolver o real papel externalista de in-

cerção no social.

Há uma visão de que o povo faz a passagem do religioso ao político. Começando pelo religioso, dá-se conta de seu papel social e vê-se envolvido nas injustiças que são contrárias ao plano de Deus. Busca uma compreensão das estruturas reais geradoras dessa injustiça e toma consciência que importa mudá-las, para que não sejam produtoras do pecado social (5a).

Esta é a Igreja do novo discurso, aquela que nasce da fé de um povo. É a que sente que comunidade cristã e comunidade política não são dois espaços fechados entre si, mas são partes de uma mesma célula vital do cristianismo.

A comunidade cristã celebra e alimenta sua vitalidade na fé, para poder agir como comunidade política no temporal, onde se dá a síntese salvífica da mensagem libertadora do Evangelho.

Esta eclesiogênese é o precioso momento encontrado na vida da Igreja, muito especialmente na América Latina, que tomou a conotação de Teologia da Libertação. Situação profundamente marcada pelos desafios históricos, que permite uma prática eclesiológica muito distanciada do misticismo e espiritualismo tradicional, para presenciar-se na factualidade dos acontecimentos sociais.

As conhecidas CEBs, comunidades eclesiais de base, passaram a ser o novo "locus" onde a Igreja desenvolve a celebração vital de seu culto. Esquecendo-se da majestade, suntuosidade e imponentia de suas catedrais e templos, a nova Igreja constrói seu espaço não sobre pedras mas sobre a própria pessoa, que passa a constituir-se como comunidade de vida e culto. Há aí o fenómeno da chamada antropologia transcendental, que é a união entre o depósito transcendental da fé e as realidades antropológicas concretas.

Como já se mencionou, a concretude dos sinais salvíficos dessa nova Igreja, é a grande manifestação atuante desse seu discurso libertador.

A Igreja do Brasil faz-se para nós o lugar propício dessa análise. Na conjuntura nacional dessas últimas décadas, notamos os sinais evidentes de uma Igreja com nítido discurso libertário. O marco revolucionário de 64 foi palco de acontecimentos, que presenciam para nós tais posicionamentos.

Não podemos olvidar que a revolução nasceu com sinais participativos de apoio da Igreja. Aqui evidenciou-se os ditames do espiritualismo e da doutrina conservadora. A insuavecida "marcha da família, com Deus pela liberdade", reuniu milhares de fiéis em vias públicas, rezando o terço, implorando a Deus pela pátria, contra o comunismo ateu e pelos valores familiares e de liberdade, a propósito da própria mensagem de êxodo do Papa Paulo VI (5b). Houve sobretudo uma anuência generalizada da hierarquia eclesial, não obstante certas reservas de figuras que posteriormente conseguem despertar a grande massa para a verdadeira realidade.

Os fatos históricos dessas duas últimas décadas vão manifestar com incontestável evidência as tendências concretas da Igreja no Brasil. Talvez a mensagem política mais contundente não possamos encontrar no seu discurso proclamado nesse período, mas sobretudo nos fatos que perfizeram sua história.

A consciência de uma Igreja que representa a parte maior da sociedade e que é por essa, em sua grande maioria aceita e acatada, fez com que houvesse um encorajamento nos posicionamentos assumidos pela mesma. Torna-se a comunidade não manipulada pelo Estado, mas que faz jus de seus direitos e que se coloca solidária com os injustiçados oprimidos, expulsos e condenados pelo poder.

Hoje colhemos os fragmentos de uma luta de bastidores, onde muito do oculto vem à tona, para demonstrar que por de traz dos fatos estão os agentes, cōscios do seu papel de luta em prol de uma verdadeira libertação, pelos direitos da pessoa e pela autonomia de uma sociedade aprisionada pelas ambições de grupos.

Os fatos, a luta, a mensagem libertadora proclamada pela Igreja no Brasil, nãosacramentalizam uma qualificação estrutural no processo global da mesma. Não nos alvemos a arbitro defensores de uma Igreja identicamente nova. Os cangos do passado perdurar e a purificação jamais se dar em sua totalidade. É importante a constatação que algo de novo vem surgindo no seio da mesma.

Numa sociedade em evolução, dominada pelo monopólio capitalista de uma minoria, marcada sobretudo pelos sinais de uma caminhada dolorosa da grande massa, a Igreja se faz presente. Sua mensagem visa inserir-se no "via crucis" desse povo, dominado pela miséria, repressão, dominação e carístias. Ela quer dar condições de ressurreição para um povo martirizado pelas injustiças. Seu discurso político-libertador coloca-se como interação nessa sociedade, visando uma conscientização libertadora.

Esta visão supra mencionada é real e corrente, os fatos a testemunhar. Paralelamente porém caminha o discurso tradicional que tenta desestruturar tal mensagem e devolver a Igreja sua internalidade doutrinal. É o modo mais fácil e tranquilo de viver a fé sem um compromisso com a realidade. É o Deus do Evangelho apenas teorizado não levado a uma práxis efetiva. É a Igreja do carisma e poder, detentora da verdade e incapaz de criar a dialogicidade entre Reino de Deus e mundo.

Para os defensores do discurso tradicional eclesiástico, a nova fala ou o novo modo de ser da Igreja é uma nega -

ção do messianismo evangélico pelo messianismo político. Ela estaria fugindo de suas origens e fontes, para se laicizar nas estruturas do temporal. Deixaria assim de ser na terminologia própria "Ecclesia" para se tornar "civitas".

Argumentos assim são colocados na visão teórico-crítica dessa realidade. Importa-nos ver o que na realidade há de novo e onde buscar os embasamentos que justifiquem a postura mais transformadora da atual eclesiologia.

Em percurso feito de história, argumentações, documentos, fatos reais vamos a encontro da gênese, gestação e do nascimento novo discurso da Igreja hoje.

O Projeto de Deus na Bíblia: a Fé e a Política

A Realidade Política -

Analisaremos aqui a relação entre a fé cristã e a realidade política, tendo a Bíblia como o eixo principal da reflexão. Faz-se necessário colocar de modo mais claro como concebemos a política, e qual a relação entre fé e política que constatamos na Bíblia.

De modo geral, a discussão sobre política constitui um diálogo de surdos porque historicamente há três maneiras de ver o conceito de política; devemos saber de antemão qual é o conceito que está sendo usado em determinado diálogo:

- Desde o tempo dos gregos a política é a ciência da cidade (= pólis), e da sua organização baseado na justiça e no bem comum. - Na vida pastoral muitos usam este conceito de política, quando promovem trabalhos e movimentos na busca de água, da luz, dos transportes, creches, etc.

- A partir do Império Romano, fala-se de política como a ciência e a arte de exercer o PODER. É a compreensão e a orientação do "Príncipe" e do uso e da retenção do poder. - Este sentido de política encontra-se entre nós ainda nos "partidos", nos "políticos" e nos "jornais", e mesmo na maneira de encarar a relação "Igreja-Estado" (relação de poder, civil com o poder eclesiástico). Há um fascínio do poder, e a política é a arte de conquistar e de manter o poder: - quem o tem de verdade; quem é o amigo, o aliado? Terão outros a chance de ter o poder no futuro próximo?

- Desde a Revolução Francesa, e especialmente desde K. Marx, fala-se em política em termos da ação capaz de mudar a sociedade para o bem do povo, chegando-se até mesmo no ideal de uma sociedade sem classes na qual não haverá mais necessidade

do Estado.

Em termos gerais, pode-se dizer que o conceito grego é abstrato, essencialista e reformista. O conceito romano é absolutista; e o conceito da mudança radical é igualitário e democrático (entretanto, como reflexão tem a inflexão autoritária na teoria do "partido", e da "ditadura do proletariado").

Mas, mesmo aqui surge uma tensão. A teoria da mudança social, de inspiração e de explicação marxista, durante cem anos tornou-se totalitária e dogmática; e tornou-se um instrumento que poucos cientistas "entendidos" podiam manipular. A teoria da mudança social vista como "ciência" da sociedade e do "socialismo científico" tornou-se uma arma de dois gumes: é um poder nas mãos dos cientistas que controlam o partido e ditam normas de ação para a mudança social; é um arsenal de categorias que procura dominar e enquadrar a realidade dentro destas categorias pré-fabricadas, deixando de "basisco" e de "espontaneismo" toda aglutinação e divisão do poder que nasce das bases, e não encontra explicações imediatas no dogmatismo arquitetado previamente. Hoje em dia isto está sendo sobejamente discutido: Paulo Singer, "O que é socialismo", Ed. Vozes, 1979; F.H. Cardoso "Regime Político e mudança social", Revista de Cultura Política, CEDEC, S. Paulo, 1981. Clodovis Boff resume o fulcro do problema dizendo: "Os limites políticos das CEBs não advém desse caráter não classista embora popular. Com efeito, a partir da história das revoluções "socialistas" é preciso questionar ou pelo menos repensar a tese de que existe uma classe determinada que é portadora privilegiada da transformação social. Talvez se deva pensar que o protagonista da transformação seja o proletariado no sentido geral do povo oprimido" (NEB, Dez., 1980, pp. 618).

Aqui iremos trabalhar com este conceito de política, como ação transformadora da sociedade, de modo democrático e

igualitário, levando em conta a situação real do Brasil hoje.

É este conceito que está mais próximo do conceito bíblico de política (a realidade da tribo, o modelo da aliança, a figura do Rei, o exercício da justiça e do direito, etc).

A Revelação e a Política -

O eixo de nossa reflexão será o que a Bíblia nos diz sobre o projeto de Deus na formação do seu povo. A Bíblia nasceu da formação social e histórica de um povo. A consciência da vida, da política e da fé está intimamente unida. Há muitos exemplos de política e de fé na Bíblia. Mas, gostaria de enfatizar de início três exemplos que serão mais desenvolvidos posteriormente.

- Um exemplo que muito se usa tirado dos livros da Bíblia é a diferença de visão que se tem da pessoa e da função do Rei e do seu poder nos textos de 1 Samuel 8 e Deuteronômio 17:

a) 1 Sm 8,5-20: o poder central é visto como um mal. Há a rejeição da realeza de Deus (v.7); há o serviço militar forçado (vv. 11-12a), e os membros do povo serão escravos do Rei (vv. 12b-18). A resposta do povo - "queremos um poder central como as outras nações" (v.20) - parece mostrar que a constituição do Estado monárquico paganiza a vida em aliança.

b) Dt 17, 14-20: o poder central é visto como um bem (o desejo profético). O Rei é tido como alguém escolhido por Deus (v.15), ele não é um soberano absoluto mas um irmão escolhido entre "irmãos" (v.15); não será opressor militar (v.16), e nem será corrompido em seu poder pelo dinheiro e pelas concubinas. O seu poder será limitado e orientado pela Palavra de Deus (vv. 18-20), e terá a preocupação de manter um modelo igualitário na sociedade (v. 20a).

Nestes dois textos, escritos mais ou menos na mesma época, vemos a tensão que existia no meio do povo diante do poder centralizado. Para uns, o desejo deste tipo de poder é em si uma rejeição de Deus. Para outros, o rei vai garantir que a vontade de Deus seja realizada no meio do povo.

- Um outro exemplo pode ser tirado do livro dos Provérbios. Um provérbio popular exprime a esperança e a visão do mundo de um agricultor. Mas este mesmo provérbio foi usado e reeditado na perspectiva, e na ótica, do senhor deste agricultor:

Pr 27,18 : O que cuida da figueira - conerá do seu fruto

Pr 27,18b : O que cuida do seu Senhor - será honrado.

Estes dois provérbios são tirados de dois contextos diferentes. Pr 27,18 por sua linguagem revela-se como um provérbio camponês. O v. 18a é um provérbio antigo do povo, no tempo antes da monarquia, quando se afirmava o direito do trabalhador de ter o fruto do seu trabalho. O provérbio foi assumido no tempo dos Reis, e completado em favor do Rei. Quem trata da árvore para si mesmo recebe só o seu fruto; mas, quem trata a árvore para o uso do Rei receberá a glória (Kabod).

Um outro exemplo está em Pro 28,2: escrito numa época mais crítica. Ele diz claramente: - "Quando há revolta na terra, os militares se multiplicam".

Estes textos mostram que a revelação que vem de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, encarna-se na consciência crítica de um povo.

- O terceiro exemplo é o do Pentateuco. Na formação do povo de Israel surgiu a necessidade de unir tradições diferentes para fazer surgir uma só consciência histórica nacional. Portanto, a identidade político-religiosa de um povo.

Simplificando, havia muitos grupos em Canaã antes da monarquia (cf Juizes 5). Os do Norte tinham a Jacó como o símbolo de sua história passada. Os do sul tinham a Abraão como seu símbolo tradicional. E outros, Moisés e a libertação do Egito.

Para unir o povo no nível sócio-político o culto celebrava Abraão como o antepassado de Jacó, Jacó recebeu um filho José que desceu ao Egito, e Moisés tornou-se o libertador de TODOS estes povos diferentes que AGORA celebram todo o seu passado como um só na adoração de Iahweh.

Penso que este exemplo mostra-nos que não há dicotomia entre fé e formação política na Bíblia (a revelação se faz na história deste povo). A Bíblia é a expressão da formação do povo de Deus: primeiro uma nação, depois um povo universal (cf Gl 3,28). Na sua coluna vertebral está a união entre a revelação e a formação política do Povo (cf Efésios 1).

- Um quarto e último exemplo é a própria revelação do nome de Deus e do seu significado para a vida do povo (Ex 3,14; Ex 3,7 s). Com o aparecimento do nome de Iahweh houve uma ruptura sociológica. "Iahweh é o poder primordial e controlizador de um povo modelo social igualitário. Ele é a força que se manifesta para estabelecer e sustentar a igualdade social em face da opressão que vem de fora (cidade-estado, e poder imperial), e simultaneamente, ele exclui o provincialismo e as tendências não igualitárias dentro da sociedade tribal. Iahweh não é semelhante aos outros deuses do Antigo Oriente Médio. Estes eram projeções ideológicas para justificar e cimentar o poder dos Reis, e a situação de dominação e de escravidão do povo oprimido. Iahweh é a força que se manifesta a partir do clamor do povo, e lhe dá o ideal de liberdade igualitária" (Ex 3,7ss).

O povo em Canaã era profundamente religioso. Tinha

um ideal igualitário e libertador. Falava-lhe um passado comum, uma identidade única de Povo. Isto foi criado pelo culto e pela ligação das diversas tradições num só passado histórico, na veneração do único Deus Iahweh, permitindo que aqui e agora **este povo** pudesse agir da maneira unida, consciente, com fé neste único Deus libertador.

A Gênese da Mensagem Social da Igreja Hoje
(Leão XIII)

O discurso político da Igreja busca seu embasamento na doutrina social. Esta sempre se preocupou em manifestar sua posição definida diante dos princípios e leis naturais que regem ou deveriam reger a sociedade (6).

As célebres "Encíclicas Sociais" dão para a Igreja o tom de sua mensagem social profundamente inserida no político.

Nascida no auge de um capitalismo individualista a "Rerum Novarum" do Papa Leão XIII, abre as portas do discurso polêmico da Igreja diante de uma sociedade injusta:

"...estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário , com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida.

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues a mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência de-

senfreada.

A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja , não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão de um pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários" (7).

Já na última década do século passado a Igreja sentia necessidade de se posicionar diante das transformações sociais. Embora respaldadas por mensagens anteriormente proferidas, Leão XIII abre oficialmente com a "Rerum Novarum" a grande fase do diálogo eclesial com a sociedade civil.

Colocando em evidência a miséria dos operários, a Igreja na voz de seu Pontífice, posiciona-se politicamente, na crítica as doutrinas tanto do liberalismo quanto do socialismo e convoca para uma união em vista a uma ordem social justa. Faz audaciosamente um programa de política social, tocando em pontos como: intervenção do Estado em defesa dos trabalhadores e na estruturação de leis sociais, proteção e aquisição da propriedade, greve, repouso remunerado, limitação do tempo de trabalho, salário, poupança etc. Isso tudo deu margens ao ressurgimento do direito de associação e deu possibilidade ao crescimento de um forte sindicalismo, defensor dos direitos e dos progressos dos tra-

balhadores.

Na sua mensagem o Papa justifica seu posiciona -
mento, demonstrando não ser ingerência indevida:

"É com toda a confiança que nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o nosso dever. Certamente uma questão dessa gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividades e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte, se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja.

É a Igreja, efetivamente, que houve no Evangelho doutrinas capazes ou de por termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja que se não conten

ta com esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do concurso" (8).

Tais palavras identificam o papel da Igreja no temporal. Ainda profundamente ligada ao tradicionalismo doutrinário dogmático, onde a fé prescinde do temporal, a Igreja avança paralelamente em sua mensagem agora socialmente libertadora. Demonstra que o salvar-se não é obra de um escatologismo longínquo e abstrato, mas que a salvação começa na própria dignificação do ser na sua história terrena.

É a incorporação da mensagem do Cristo da montanha, que ao saciar a fome material com o pão, proclama a salvação integral do homem, que é a adequação perfeita do transitório ao peregrino, do atemporal ao temporal, da visão filosófica da matéria na forma perfeita. É o sermão das bem aventuranças que conclama felizes e bem aventurados os que nas situações deprimentes de sua condição material, lutam para soerguer-se em vista a uma

realização plenificadora de vida eterna (9).

Parece ter a Igreja sentido que a norma para todo o pronunciamento humano é a Palavra de Deus, o Evangelho de Jesus Cristo, que assumido nas condições da atualidade, dá margens para o discurso social.

Nessa dialogicidade mundo-espírito equipara o poder da voz eclesial no embasamento evangélico, a valores idênticos tanto da hierarquia como de qualquer leigo cristão (10). Isso significa que quando a voz da autoridade da Igreja se levanta para falar sobre a questão social, como nas encíclicas sociais, ela se incorpora a voz de milhares de correligionários que na sua práxis de vida está falando a mesma linguagem.

O Social Ocupa Espaço nos Documentos Pontifícios

(Pio XI - Pio XII)

A partir da "Rerum Novarum", a voz oficial da Igreja não se calou diante da problemática social. Intermeada por mensagens mais modestas, em comemoração dos 40 anos da publicação da supracitada encíclica, a voz da Igreja levanta-se novamente com altivez diante da análise social. É Pio XI que publica a "Quadragesimo Anno".

Ponderando as questões posteriormente surgidas a "Rerum Novarum", o novo discurso eclesial dá primazia aos seguintes assuntos: o direito de propriedade; a colaboração entre capital e trabalho; a função social da propriedade; a desproletarização dos trabalhadores; o salário justo; o princípio de subsidiariedade ou de suplementação etc. (11).

A propósito essa encíclica vem como intermediadora, entre a doutrina social quase radical apresentada por Leão XIII, e os diversos segmentos da Igreja, que tentam interpretá-la paradoxalmente. De um lado mais uma vez a ala tradicional debruçada sobre os parâmetros da fé, onde não há lugar para ingerências sociais. Do outro, alicerçada na visão realística do Pontífice, a que visa alargar os horizontes da caminhada social da mesma. Nesse clima surge o posicionamento conciliador de Pio XI, mais moderador e menos reacionário do que de seu antecessor. Mostra a autoridade da Igreja na questão social, mas não deixando de apresentar o toque sutil da predominância espiritual:

"...devemos pressupor, o que já provou abundantemente Leão XIII, que julgar das questões sociais e econômicas é dever e direito de nossa suprema autoridade. Não foi é certo con -

fiada à Igreja, a missão de encaminhar os homens à conquista de uma felicidade apenas transitória e caduca, mas da eterna; antes a Igreja crê não dever entrometer-se sem motivo nos negócios terrenos. O que não pode, é renunciar ao ofício de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere a moral.

Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar toda a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importantemente, sujeitam e subordinam ao nosso juízo a ordem social e as mesmas questões econômicas. Pois ainda que a economia e a moral se regulam, cada uma no seu âmbito, por princípios próprios, é erro julgar a ordem econômica e a moral tão encontradas e alheias entre si, que de modo nenhum aquela dependa desta. Com efeito, as chamadas leis econômicas, deduzidas da própria natureza das coisas e da índole do corpo e da alma, determinam os fins que a atividade humana se não pode propor,

e os que pode procurar com todos os meios no campo econômico; e a razão mostra claramente, da mesma natureza das coisas e da natureza individual e social do homem, o fim imposto pelo Criador a toda ordem econômica" (12).

Partindo dessa premissa o Papa discorre no documento sobre os diversos itens anteriormente mencionados. Sua mensagem é mais discreta. Talvez marcado pela evolução de uma sociedade conflitiva, onde os valores materiais se justapunham a força de dominação moral, onde a industrialização dava origem a complexidade da problemática social, era mais temeroso assumir posições de radicalidade.

Parece também a Igreja deixar antever a necessidade de uma purificação interna diante dos valores materiais, da mentalidade de poder, das estruturas externas que a perfazem. Criar um discurso teórico diante da realidade vigente, é também dar força a interpretações negativas de sua própria figura.

Ao se considerar a inserção da Igreja no quadro social internacional, vê-se que existe confusão não só no terreno da terminologia, mas ainda no terreno epistemológico, entre três entidades bem definidas no seu próprio seio: a Igreja Católica como tal, a Cidade do Vaticano e a Santa Sé (13).

A entidade como tal é a Igreja Católica, que por sua vez desenvolve seu papel concreto através da entidade humana com poderes constituídos, que é a Santa Sé e que por sua vez necessita de uma autonomia e garantia territorial para sua independência espiritual, que vem a ser a Cidade do Vaticano. Sabe-se que em 1929 Santa Sé e Itália assinaram o acordo lateranense. O preâmbulo do tratado lateranense dá claramente a entender que a

Santa Sé tem necessidade de um sinal visível para cumprir a sua missão em total independência (14).

Afigura-se a partir daí que, a visão material torna-se causa imperativa para a realização de sua missão e que seu discurso social voltava-se antes de mais para si mesma.

Diante disso a Igreja acautela-se na sua mensagem e procura levar a visão do social mais para a discreção de princípios ideológicos do que efetivos. Chama a atenção para uma justiça social embasada nos valores sobrenaturais, que facilmente ultrapassa as ambições e ganâncias particulares. Apela sobretudo para a lei da caridade como vínculo da perfeição, onde a sociedade encontrará a resposta devida as ansiedades que a impacientam e geram os conflitos sociais. Todos esses pensamentos vão se permeando nessa carta magna, onde a suprema autoridade da Igreja a conclama para uma vinculação cristã na realidade social. De toda forma criou-se um elo de união entre a mensagem político-social da "Rerum Novarum" e a "Quadragesimo Anno", que foi uma manifestação de aprego e deferimento no posicionamento anteriormente assumido pela Igreja no seu discurso social.

Uma filosofia social muito bem alinhavada, vai se encontrar nos dizeres do grande pensador contemporâneo Pio XII. Esse embora um tanto aprisionado pela pureza de um dogmatismo filosófico, dá asas a seu raciocínio profundo e alarga em muito o pensamento social da Igreja.

Seu pontificado foi vivido nas angústias da II Guerra Mundial (1939 a 1945) e na difícil reconstrução social do pós guerra. A história registra sua passagem de modo imorredouro, sobretudo no que ressaltam os seus ensinamentos sociais: dignidade do homem; o homem considerado como sujeito e não objeto da história; todos proprietários, não todos proletários; organização profissional e democratização do capital; povo pensante e

responsável, não massa atomizada e submissa; conceituação de Democracia com bases na realidade política nacional e não em apriorismos utópicos etc (15).

Embora não detentor de uma grande encíclica no setor do social, suas doutrinas estão entremeadas pelas suas alocuções e radiomensagens, onde se nota um típico avanço no caminho da doutrina social da Igreja.

Respigando por entre os seus pensamentos, encontram-se partes como esta:

"O Estado não contém em si e não reúne mecanicamente, em dado território, uma aglomeração amorfa de indivíduos. Ele é e deve ser realmente a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo.

Povo ou multidão amorfa ou, como se costuma dizer, "massa", são dois conceitos diversos. O povo vive e move-se por vida própria; a massa é de si inerte, e não pode mover-se senão por um agente externo. O povo vive da plenitude da vida dos homens que o compõem, cada um dos quais, no próprio lugar e do próprio modo, é uma pessoa consciente das próprias responsabilidades e das próprias convicções. A massa pelo contrário, espera uma influência externa, brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com seus instintos ou impressões, pron-

ta a seguir vez por vez, hoje esta, amanhã aquela brincadeira.

Da exuberância de vida de um verdadeiro povo, se a vida se difunde abundante e rica no Estado e em todos os seus órgãos, infundindo nelas, com vigor incessantemente renovado, a consciência da própria responsabilidade e o verdadeiro sentido do bem comum. O Estado pode servir-se da força elementar da massa, habilmente manobrada e usada: nas mãos ambiciosas de um só ou de diversos artificialmente agrupados por tendências egoístas, o próprio Estado pode, com apoio da massa, reduzir a não ser mais que uma simples máquina, impor o seu arbítrio à parte melhor do verdadeiro povo: o interesse comum fica então gravemente e por largo tempo golpeado, e a ferida é bem frequentemente de cura difícil" (16).

A doutrina social de Pio XII fundamenta-se na análise da pessoa no que há de mais profundo, vai do ontológico ao ético. Categoriza as dimensões ontológicas do ser, que dá todo o embasamento para se poder chegar às características éticas. O social ético é muitas vezes visto disassociado do ontológico, perdendo assim sua fundamentação básica.

Sua abordagem social foge dos apriorismos utópicos e penetra no âmago dessa questão, que viveu na fase históri

ca Universal, um dos períodos mais calamitosos. Basta remontar -
mos ao período de guerra e pós-guerra mundial, quando os valores
sociais foram pisoteados pelo despotismo da força dos impérios
sociais.

Com Pio XII fecha-se o período que precede ao chama-
do "Pentecostes Social da Igreja", que se deu com João XXIII e o
Concílio Vaticano II. Entendem-se estes fatos que se seguem me -
diante a caminhada anterior então descrita, que levou a Igreja a
se posicionar diante da premente realidade social que a envolve
(17).

Dos Horizontes Sociais ao Político

(João XXIII)

A aparente inércia a que a Igreja iria se submeter, com o então chamado pontificado de transição, quando o velho João XXIII assumiu o poder pontifício na Igreja, converteu-se numa verdadeira revolução eclesiológica.

Em maio de 1961 ele publica a célebre carta encíclica "Mater et Magistra", sobre a evolução contemporânea da vida social à luz dos princípios cristãos. Mais uma vez era evocada a memória de Leão XIII na comemoração dos 70 anos de sua encíclica "Rerum Novarum". João XXIII no entanto fez uma importante transposição dos horizontes sociais da Igreja para o campo político.

Os objetivos colimados nessa mensagem perfizeram o campo por demais complexo, atingindo as raízes mais profundas da vida política de um povo: iniciativa privada e intervenção do Estado; remuneração do trabalho; salários e bem comum do país; a empresa; a propriedade, a agricultura e outros setores; progresso demográfico e desenvolvimento econômico; cooperação internacional; base da ação social dos cristãos etc.

Entre textos bem categóricos referentes a problemática social emergem especificidades bem objetivas como:

"Coisa fácil de verificar é o fato de que as associações de trabalhadores experimentam, hoje, um notável desenvolvimento. Tanto os Estados quanto as organizações internacionais lhes atribuem personalidade jurídica. Elas já não convidam os trabalhadores à luta de classe,

mas à colaboração entre elas, principalmente através de conversações entre as associações de empregados e de empregadores.

Convém ressaltar, igualmente, o quanto é necessário, ou ao menos oportuno, que a voz dos trabalhadores se faça sentir, além dos rumos de sua empresa e junto dos outros grupos sociais. A razão é que todas as empresas de produção, sejam quais forem as suas dimensões, a sua eficiência e a sua importância nacional, estão inseridas no contexto geral econômico e social do país, do qual, de resto, depende toda a sua prosperidade.

Não cabe, entretanto, a cada órgão de produção tomar decisões que influam sobre o estado geral da economia, uma vez que isso é prerrogativa do poder público e das instituições responsáveis pelos diversos setores da vida econômica, no plano nacional e internacional. É, por isso, oportuno e mesmo necessário que, junto dos poderes públicos e dessas instituições e, ao lado dos empresários ou de seus representantes, haja lugar para os trabalhadores ou para os que representam os

seus direitos, as suas necessidades
e as suas aspirações" (18).

Palavras que antes refletiam a serenidade da figura do humilde e aparentemente obscuro Papa João XXIII, passam a qualificá-lo como grande reacionário da doutrina da Igreja.

Exaurindo das fontes evangélicas a mensagem transformadora, mostra com evidência o papel de inserção da Igreja na vida política de um povo. Torna-se até detalhista ao explorar fatos minuciosos da vivência social, onde a voz do povo deve ser ouvida como parte integrante de uma realidade participativa.

Os carismas da Igreja imiscuem-se por entre conotações espirituais que se vinculam no material e lhe dão o sabor da realidade integrativa do homem. Desestatizar, atemporalizar, destruir a historicidade da pessoa são fatores que degradam a condição humana, é o que se pode ler por detrás de suas palavras veementemente sociais.

Há uma condenação explícita a contrafação da liberdade, que impõe um jugo absolutista aos incapazes de discernir os princípios da verdade e da justiça. Diante disso a Igreja se levanta como responsável pela realização do homem também no seu plano transitório terreno, contra o autoritarismo totalitário do Estado subjugador.

É decorrente de João XXIII a idéia de que a Igreja católica deu meia volta e despediu-se da era contemporânea, a qual impusera ao Estado uma tarefa que não lhe competia.

A Igreja católica chegou a entender, pelo menos nos textos oficiais, que o Estado moderna atualidade é neutro em cosmovisão, que sua missão não pode ser privilegiar a Igreja católica, e que os privilégios concedidos por concordatas ou por outro meio qualquer podem ser escândalo, sendo necessário renunciar a eles. Ao mesmo tempo mudou a imagem do cidadão que povoa

êsse Estado moderno, de objeto de proteção, para sujeito de direitos, de subordinado carente de instrução para possuidor de direitos humanos (19).

Há um desejo imperioso proposto pelo Papa no sentido de uma conversão interna da Igreja, de um despojar-se de poder, de inserir-se mais efetivamente numa realidade histórica, sem manter a carga secular de imobilismo. Deixa evidente que a doutrina social deve ser dirundida e mediante o seu conhecimento que será também posta em prática.

A formação doutrinal não pode se vincular ao teo-ricismo dogmático espiritualista, sem percorrer o concreto da matéria que envolve o ser humano e o plenifica. A divulgação dos princípios sociais cristãos constituirão um empenho da Igreja que caminha com o povo, que reconhece o papel do social a serviço da pessoa:

"Antes de mais nada, nós afirmamos que a doutrina social, ensinada pelo Igreja Católica, não pode ser desvinculada do seu ensinamento sobre a vida humana. Assim é nosso desejo ardente vê-lo objeto de um estudo sempre mais atento.

Nós exortamos, em primeiro lugar, a que ela seja incluída, como matéria obrigatória, nas escolas católicas de todos os graus...

Desejamos, além disso, que a doutrina social da Igreja, seja incluída no programa de formação religiosa das paróquias e das associações de apostolado leigo, e que seja propa

gada através de todos os meios modernos de difusão: jornais, revistas, livros científicos ou de vulgarização, emissões de rádio e televisão.

Para uma divulgação, sempre mais ampla, da doutrina social da Igreja, é de grande utilidade a ação dos nossos filhos do laicato, contanto que não se dêem por satisfeitos em aprendê-la para si e em conformar com ela as suas ações, mas empreguem todo o seu esforço em fazê-la devidamente apreciada pelos outros. Persuadam-se, entretanto, de que nenhum modo melhor para provar a verdade e a eficácia dessa doutrina do que mostrar que ela oferece uma solução segura para os problemas da hora presente. Atrairão, assim, a atenção dos que se opõem a ela, porque a ignoram: e, quem sabe mesmo, conseguirão que um raio de sua luz acabe por penetrar esses espíritos" (26).

No conhecer para atuar se firma a mensagem papal. Coerente com esses princípios João XXIII sente que a militância eclesial está preparada para uma transformação mais radical. Um novo despertar para uma eclesiologia temporalmente encarnada, que tem como marca a sacramentalidade do humano e temporal, foi proposta por ele através de um Concílio Ecumênico renovador.

Houve um quê de perplexidade nos meios eclesiásticos, a convocação do Concílio Vaticano II, visto estar a Igreja secularmente voltada para os Concílios nas épocas de crises e grandes problemas no seio eclesial. Em momento de aparente tranquilidade interior, não se justificaria a convocação da assembléia máxima do cristianismo. Foi aí que se deu o grande toque de perspicácia do então Pontífice. Quis fazer ver a humanidade que, a não evidente crise da Igreja estava justamente em não sentir-se em crise. Faltava-lhe uma identidade com o tempo, uma historicidade evolutiva. Era preciso quebrar as amarras do passado e arremeter-se no hoje com o sentido propulsor de uma doutrina que vivenciasse a hora presente, com seu dinamismo e pujança. Era momento de iniciar um novo Pentecostes, que pudesse ter a mesma eficácia como também revolução, do que havia acontecido na Igreja nascitura.

Notas

- (1) Cf. Boff, Leonardo
Igreja, Carisma e Poder
Ed. Vozes, 3ª edição, p.5
- (2) Cf. Granfield, P.
The Church as Societas Perfecta em
Church History, NY, nº 48 (1979), p.431.
- (3) Cf. Boff, L. em
Igreja Carisma e Poder
Ed. Vozes. 3ª edição, 1982, pp. 17 e 18.
- (4) Cf. Idem p.38.
- (5a) Cf. Idem, p.25.
- (5b) Chagas, Carlos
A Guerra das Estrelas
L&P Editores Ltda
2ª edição, 1985, p.12.
- (6) Cf. Tomás de Aquino
Summa Theol., I-II, q.93, a3.
- (7) Cf. Rerum Novarum, Leão XIII (1891), em
Encíclicas e Documentos Sociais, Ed. LTr. 1971, p.20.
- (8) Cf. Idem, pp. 20-21.
- (9) Cf. Evangelho - Bem Aventuranças.
- (10) Cf. Küng H., em
"Quem Tem a Palavra na Igreja ?"
Ed. Vozes 1981, p.5.
- (11) Cf. "Quadragesimo Anno", Pio XI, 1931, em
Encíclicas e Documentos Sociais -
Ed. LTr. 1971, p.56.
- (12) Cf. Idem, p.64.

- (13) Cf. H. Wagnon, "La personnalité du Saint-Siège en droit international, les faits - les doctrines", em *Studia Diplomatica*, 1977, pp. 321-342.
- (14) Cf. Pio Ciprotti, "Santa Sé, sua função", em *Concilium* nº 58 (1970/3) p. 296, Ed. Vozes.
- (15) Cf. Encíclicas e Documentos Sociais - Ed. LTr 1972, p.138.
- (16) Cf. Radiomensagem de Natal, Pio XII, 1944, em *Encíclicas e Documentos Sociais*. Ed. LTr 1972, pp. 170-171.
- (17) Cf. Congar, Yves, "Ministères et Communion Ecclésiale", Paris 1971, p.37.
- (18) Cf. "Mater et Magistra", João XXIII, 1961, em *Encíclicas e Documentos Sociais* Ed. LTr 1971, p. 250.
- (19) Cf. Ghani Albert. O Papel Político da Igreja. Ed. Vozes, em *Concilium*/177 - 1962/7, p.30.
- (20) Cf. "Mater et Magistra", João XXIII, 1961, em *Encíclicas e Documentos Sociais* Ed. LTr 1971, pp. 282-283.

O Aval Conciliar ao Social Político
(Concílio Vaticano II)

O Concílio Vaticano II reuniu a diversidade das mentalidades eclesiais. Sentia-se ali inicialmente uma predominância conservadora, que via com muitas restrições a ala reacionária de uma Igreja mais aberta, encarnada na realidade.

A mentalidade porém do então pontífice fez com que a visão renovadora fosse impregnando o espírito conciliar, chegando-se a mensagens de uma eclesiologia profundamente renovada.

Já nos documentos dogmáticos, onde se concentram as principais fontes de análise da fé cristã, encontram-se aberturas que rompem com um tradicionalismo secular: a descentralização do poder na Igreja; maior autonomia para as igrejas particulares; visão existencial dos sacramentos da Igreja: atualização litúrgica e de culto; papel participativo do leigo na Igreja; reconhecimento do ecumenismo cristão, etc (21).

Entre os diversos documentos do Concílio Vaticano II, no sentido de integração e mensagem social, destaca-se o intitulado "Lumen Gentium". É a chamada constituição sócio-pastoral da "Igreja no Mundo de Hoje".

Os padres conciliares, após terem penetrado o âmago doutrinário da Igreja, fizeram uma transposição para a realidade social, como único meio de fazer valer uma doutrina a serviço do povo de Deus hoje. Encontra-se aí a identificação da Igreja com o mundo, realizando-se assim as núpcias do espiritual e eterno com o temporal e humano.

Foi o modo de preconizar uma teoria social, já anteriormente proposta nas Encíclicas Papais, mas que ainda não havia recebido o aval da representatividade eclesial universal. Se

ria o novo modo de "fazer Igreja" a partir do povo, daqueles que encarnam em si todos os princípios doutrinários cristãos. É a chamada Ecclesiogênese, ou Igreja que nasce da fé do povo, vivenciando a realidade presente e transformando-a em sacramento de vida (22).

A mensagem renovadora do Concílio busca atingir a realidade universal dos homens indistintamente. Com clarevidência dirige-se a toda humanidade:

"O Concílio Vaticano II, tendo mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. Deseja expor-lhes o seu modo de conceber a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje. Tem, portanto, diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja, a inteira família humana, com todas as realidades nos meios das quais vive: esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias... Nos nossos dias, a humanidade, cheia de admiração ante as próprias descobertas e poder, debate, porém, muitas vezes com angústia, as questões relativas à evolução atual do mundo, do lugar e visão do homem no universo, ao significado do seu es-

forço individual e coletivo, enfim, ao último destino das criaturas e do homem.

Porisso o Concílio, testemunhando e expondo a fé do povo de Deus, por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquentemente a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserida, do que estabelecendo com ela diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do gênero humano as energias salvadoras que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe do seu Fundador. Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem uno e integral; corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade" (23).

Vimos nesse texto, ao mesmo tempo que uma opção integrativa eclesial no social, a nova concepção de Salvação humana que é a grande proposta da Igreja.

Deixa a visão espiritualista do "salva a tua alma", como uma dicotomia entre a constutividade do seu corpo e espírito, para se voltar a salvação do homem integral. Essa visão demonstra um Evangelho de Jesus de Nazaré, que no seu tempo anunciava a boa nova da libertação integral do homem. Como diz o Evan

gelho: "Ele passava fazendo o bem, curando os enfermos, dando vista aos cegos..." (24).

Isso significa que a mensagem real do Cristo estava em sua palavra encarnada, na sua proposta de transformação social, na sua preocupação com tudo aquilo que dizia respeito com a vida humana.

As elocubrações teológicas do transcurso dos séculos na Igreja, foi disassociando-a de sua originalidade, para enclosurá-la numa instituição salvífica atemporal.

O esforço do Concílio foi voltar às fontes cristãs e devolver a Igreja o sentido cristalino de uma mensagem voltada ao homem e a favor do homem. Debruçando-se sobre o sentido filosófico-antropológico, analisando sua constitutividade e realidade integrativa, tenta fazer uma codificação dos conceitos de homem, para assim descrever seu papel no mundo. Reafirma sua categoria relacional no sentido que o presencia como criatura comunitária, no desenvolvimento de valores que o plenificam dentro do contexto universal.

Surgem daí suas preocupações com tudo aquilo que diz respeito a sua inserção no mundo, a problemática que o envolve e as diversificadas reações da comunidade universal. A Igreja na mensagem conciliar, responde as indagações sobre o seu papel de "Mater et Magistra" da humanidade.

Não quer ser a Igreja Mãe e mestra atrelada ao poder civil, compactuando com os desmandos sociais do poder, mas a aquela que recria sua maternidade e magistério no sentido da libertação e autonomia de seu povo dignificado socialmente (25).

Os ditames dessa ordem social apregoada penetra diretamente o campo político, no qual o homem tem participação essencial. Daí seu discurso decorrente:

"É plenamente conforme com a nature

za do homem que se encontrem estruturas jurídico-políticas nas quais todos os cidadãos tenham a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente, dum modo cada vez mais perfeito e sem qualquer discriminação, tanto do estabelecimento das bases jurídicas da comunidade política, como da gestão da coisa pública e da determinação do campo e fim das várias instituições e da escolha dos governantes.

Todos os cidadãos se lembrem portanto, do direito e simultaneamente do dever que têm de fazer uso de seu voto livre em vista da promoção do bem comum. A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens.

Para que a cooperação responsável dos cidadãos leve a felizes resultados na vida pública de todos os dias, é necessário que haja uma ordem jurídica positiva, que estabeleça conveniente divisão das funções e dos órgãos da autoridade pública e ao mesmo tempo uma proteção de direito eficaz e plenamente independente de qualquer que seja.

Juntamente com os deveres a que todos os cidadãos estão obrigados, sejam reconhecidos, assegurados e fomentados os direitos das pessoas, família e grupos sociais, bem como o exercício dos mesmos. Entre aquêles é preciso recordar o dever de prestar à nação os serviços materiais e pessoais que são requeridos pelo bem comum. Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem de sua atividade legítima e eficaz.

Evitem, por isso, os cidadãos, quer individual quer associativamente, conceder à autoridade um poder excessivo, nem esperem dela, de modo inoportuno, demasiadas vantagens e facilidades, de modo a que se diminua a responsabilidade das pessoas, famílias e grupos sociais" (26)

O discurso conciliar atingiu repercussões muito mais incisivas na sua práxis. De fato a mensagem encarnada da Igreja na realidade de hoje, foi bem além do seu conteúdo.

O comportamento até então muito internalista da manifestação político-social de sua fala, começou a ganhar dimensões externalistas, penetrando a área teológica.

A instrumentalização da teologia no sentido de articular uma Igreja comprometida com a realidade, foi o acento da

do a nova dimensão eclesiológica. Isso foi colhido da atuação fé-vida incentivada pela doutrina renovadora conciliar.

Da própria práxis eclesial que desmistificou o sentido salvífico de uma teoria alienadora e alienada do meramente espiritual, emerge a inserção eclesial na vida secular. A comunidade cristã, formada de pessoas mais conscientes de seu papel, passa a atuar nas dimensões sócio-políticas, expressando o desejo de inaugurar uma verdadeira eclesiogênese. É a Igreja que nasce da fé de um povo, comprometido com a realidade social, mas que sofre as consequências danosas de uma desigualdade no seio da própria sociedade.

O conformismo salvífico apregoado até então pela Igreja, em sentido de ultrapassar a problemática material com vistas ao escatológico, perde sua ênfase para dar lugar a mensagem salvífica libertadora.

A comunidade de fé passa a se expressar como comunidade também política. A comunidade eclesial não se transforma em uma célula política, mas absorve essa realidade, ajuizando-a eticamente, celebrando-a na fé. A comunidade cristã e a comunidade política não se tornam dois espaços fechados, mas abertos onde circula o cristão (27).

A grande novidade inaugurada na vida pós-conciliar da Igreja no século XX, foi justamente a abordagem da fé vivenciada na prática, que criou um novo discurso muito mais cristocêntrico, embasado na doutrina evangélica dos primeiros cristãos. Esses assumiam na prática o que professavam na fé (28).

Antagonismo no Discurso Social Político

(Paulo VI-João Paulo II)

Em meio a essa Igreja emergente do povo, que na instrumentalização política, ideologiza sua fé, no sentido de re dimensioná-la na atuação no mundo (29), surge a voz do Pontífice Paulo VI.

Espírito mais moderador, mas profundamente sensibilizado com a realidade, conhecedor "in loco" da mesma pelas suas peregrinações apostólicas pelo mundo, Paulo VI publica sua carta encíclica "Populorum Progressio".

Foi uma mensagem voltada ao homem da atualidade, envolvido pelo arrazo do progresso, que por sua vez trouxe uma série de desagregações sociais. O desenvolvimento dos povos, especialmente aqueles afetados pela miséria, fome, ignorância e doenças é o tema desenvolvido na sua mensagem.

Conclama aos homens de boa vontade a assumirem o trabalho de construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Penetra na análise dos diversos âmbitos da sociedade e dá as diretrizes evangélicas de um legítimo progresso.

Entre os focos de progresso social penetra nas considerações sobre o capitalismo, integrado no liberalismo social, que no seu mecanismo de ação, interfere nos meios do progresso, como por exemplo na industrialização:

"Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de

produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes.

Este liberalismo sem freio conduzia à ditadura, denunciada com razão por Pio XI, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro". Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez solenemente, que a economia está a serviço do homem.

Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos ainda duráveis é contudo sem motivo que se atribuem à industrialização, males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanhava. Pelo contrário é necessário reconhecer com toda justiça o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento"(30).

Conjuntamente a abordagem da problemática social do progresso humano no sentido de sua factualidade, o Papa propõe também uma ação humanitária dos povos, no sentido de minorar o sofrimento da grande massa humana marginalizada.

Conclama ao dever da solidariedade, do diálogo, do intercâmbio das nações como fatores integrativos, sociais e de ruptura com a alienação social.

Mostra inclusive nessa sua mensagem que, o desen-

volvimento é gerador de paz mundial:

"As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam , entre os povos, tensões e discórdias e põem em perigo a paz. Como dizia - mos aos Padres conciliares no regresso de nossa viagem de paz à ONU, " a condição das populações em fase de desenvolvimento deve ser objeto da nossa consideração, ou melhor, a nossa caridade para com todos os pobres do mundo - e eles são legiões infinitas - deve tornar-se mais atenta , mais ativa e mais generosa". Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constroi-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens" (31).

Mantendo a tradição de seus antecessores, Paulo VI, promulga uma mensagem comemorativa da "Rerum Novarum" agora por ocasião do octogésimo aniversário da carta magna social de Leão XIII.

Essa carta apostólica intitulou-se "Octogesima Adveniens", onde analisa ângulos da atual problemática social

como: a urbanização; a desumanização; a problemática da juventude e da mulher; a situação dos trabalhadores; as discriminações raciais, etc.

Essa mensagem é uma continuidade de pensamento sócio-político desenvolvido em sua supra citada carta encíclica "Populorum Progressio".

Enfatiza o caminhar da Igreja nos oitenta anos de compromisso direto com a vida do povo de Deus na sociedade secular.

No magistério da Igreja dos nossos dias encontramos a voz por vezes contrastante da figura do atual Pontífice João Paulo II.

Nascido na Polônia, onde os direitos da pessoa em sentido de partilhar a fé cristã com a dimensão temporal é bastante conflitante, o chefe máximo da Igreja Católica hoje encarna posições de certos antagonismos.

Peregrino pelo mundo todo, já se fez presente nas mais diversas partes do universo, sensibiliza bem de perto a problemática humana. Levanta sua voz muito incisiva para combater a injustiça, o desrespeito aos direitos da pessoa, o imperialismo conflitante das grandes potências monopolistas.

Por outro lado mantém uma intransigência dogmática de princípios de fé e quer alionar a Igreja de uma autêntica participação política. Privilegia o espiritual e tenta fazer com que a Igreja reassuma princípios de ação pastoral já deixados na história.

Não obstante tais posicionamentos não condizentes com a evolução dos princípios sócio-políticos da Igreja hoje, João Paulo II mantém viva a mensagem social herdada de seus antecessores.

Recentemente (1981) publica a encíclica social "La

borem Exercens", onde revitaliza a opção eclesial de solidariedade com a vida do povo pobre e marginalizado.

Revê a doutrina social da Igreja e propõe sua aplicação na atual sociedade, ameaçada por uma cultura moderna e discristianizada. Faz uma integração da doutrina social da Igreja com a realidade de cada povo, onde se diversificam as problemáticas específicas e para as quais o Evangelho tem uma conotação própria (32).

"É fora de dúvida que o trabalho, como problema do homem, se encontra mesmo no centro naquela "questão social", para a qual se têm voltado de modo especial, durante os quase cem anos decorridos desde a publicação da mencionada Encíclica, o ensino da Igreja e as múltiplas iniciativas tomadas em continuidade com a sua missão apostólica. Dado que é meu desejo concentrar as reflexões que se seguem no trabalho, quero fazê-lo não de maneira deforme, mas sim em conexão orgânica com toda a tradição deste ensino e destas iniciativas. Ao mesmo tempo, porém, quero fazê-lo segundo a orientação do Evangelho, para extrair do patrimônio do mesmo Evangelho "coisas novas e coisas velhas". O trabalho, certamente, é uma coisa "velha", tão antiga quanto o homem e a sua vida sobre a face da terra. A situação geral do homem no mundo contemporâneo, diagnosticada e analisa-

da nos vários aspectos geográficos, de cultura e de civilização, exige todavia que se descubram os novos significados do trabalho humano e, além disso, que se formulem as novas tarefas que neste setor se deparam indeclinavelmente a todos os homens, à família, a cada uma das nações e a todo o gênero humano e, por fim, à própria Igreja.

Neste espaço dos noventa anos que se passaram desde a publicação da Encíclica Rerum Novarum, a questão social não cessou de ocupar a atenção da Igreja. São testemunho disso os numerosos documentos do Magistério, emana dos quer dos Sumos Pontífices, quer do Concílio Vaticano II; são testemunho disso, igualmente, as enunciações dos diversos Episcopados; e é testemunho disso, ainda, a atividade dos vários centros de pensamento e de iniciativas concretas de apostolado, quer a nível internacional, quer a nível das Igrejas locais. É difícil enumerar aqui, de forma pormenorizada, todas as manifestações da viva aplicação da Igreja e dos cristãos no que se refere à questão social, porque elas são muito numerosas. Como resultado do Concílio, tornou-se o principal cen -

tro de coordenação neste campo a Pontifícia Comissão "Justiça e Paz". A mesma Comissão encontra Organismos seus correspondentes no âmbito das Conferências Episcopais singularmente consideradas. O nome desta instituição é muito significativo. Ele indica que a questão social deverá ser tratada no seu aspecto integral e complexo. O empenho em favor da justiça deve andar intimamente unido à aplicação em favor da paz no mundo contemporâneo. Constitui, certamente, um pronunciamento a favor deste duplice empenho a dolorosa experiência das duas grandes guerras mundiais que, ao longo dos últimos noventa anos, abalaram muitos países, tanto do continente europeu, quanto, ao menos parcialmente, dos outros continentes. E pronuncia-se a seu favor, especialmente desde o fim da segunda guerra mundial para cá, a ameaça permanente de uma guerra nuclear e, a emergir por detrás dela, a perspectiva de uma terrível autodestruição.

Se seguirmos a linha principal de desenvolvimento dos documentos do supremo Magistério da Igreja, encontramos neles a confirmação explícita precisamente de um tal modo de enquadrar o problema. Pelo que diz respeito à ques

tão da paz no mundo, a posição-chave é a da Encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII. Por outro lado, se se considera o evoluir da questão da justiça social, deve notar-se o seguinte: em - quanto no período que vai desde a *Re - rum Novarum* até a *Quadragésimo Anno* de Pio XI, o ensino da Igreja se concen - tra sobretudo em torno da justa solu - ção da chamada questão operária no âm - bito de cada uma das nações, na fase sucessiva o mesmo ensino alarga o hori - zonte às dimensões do mundo inteiro. A distribuição desproporcionada de rique - za e de miséria e a existência de paí - ses e continentes desenvolvidos e de outros não-desenvolvidos exigem uma pe - requação e que se procurem as vias pa - ra um justo desenvolvimento de todos . Nesta direção procede o ensino contido na Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, bem como na Constituição pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II e na Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI.

Esta direção seguida no desenvolvimen - to do ensino e também da aplicação da Igreja, quanto à questão social, cor - responde exatamente ao reconhecimento objetivo do estado das coisas. Com efei - to, se em tempos passados se punha em

relevo no centro de tal questão sobretudo o problema da "classe", em época mais recente é posto em primeiro plano o problema do "mundo". Por isso, deve ser tomado em consideração não apenas o âmbito da classe, mas o âmbito mundial das desigualdades e das injustiças; e, como consequência, não apenas a dimensão da classe, mas sim a dimensão mundial das tarefas a assumir na caminhada que há de levar à realização da justiça no mundo contemporâneo. A análise completa da situação do mesmo dos dias de hoje manifestou de maneira ainda mais profunda e mais cabal o significado da anterior análise das injustiças sociais; e é o significado que hoje se deve atribuir aos esforços que tendem a construir a justiça na terra, não encobrendo com isso as estruturas injustas, mas demandando a revisão e a transformação das mesmas numa dimensão mais universal." (32a).

Além de sua mensagem à Igreja Universal, vamos ao encontro da palavra de João Paulo II no Brasil, por ocasião de sua peregrinação apostólica.

Nos muitos discursos, homilias e sermões proferidos nas diversas partes e circunstâncias e também a uma diversificada assembléia, chegou a criar surpresas como também reafirmar sua tradicional postura apostólica.

Proclama a defesa dos direitos fundamentais da pes

soa humana, reafirmando à luz da fé e do amor a dignidade e o destino transcendente de todos.

Anuncia a boa-nova da esperança cristã diante dos problemas angustiantes, que afligem a essa população.

Não deixa de advertir a todos que, de uma ou outra forma são responsáveis pela sociedade, de seus graves deveres para com o povo e da necessidade de pautar, dentro dos princípios do amor e solidariedade humana, suas atitudes.

O marco principal de seus pronunciamentos foi sem dúvida a sintonia com a realidade. Soube deixar uma mensagem adequada para cada comunidade e local. Empolgou a grande massa popular pela sua paternidade, firmeza de voz e entusiasmo.

Em análise mais detalhada de todos os seus pronunciamentos no Brasil, deixamos evidenciado o tom mais profético de sua voz. Em contra partida vemos também claro que em diversas circunstâncias, como nas entrelinhas de todas as suas mensagens, temos certo antagonismo na dicotomia entre o espiritual e material. Corroborando a mensagem social faz ver que o papel da Igreja como tal é a obra salvífica, a preocupação com os bens imateriais e escatológicos.

Muito embora tais constatações, não podemos deixar de manifestar o alto valor social de sua mensagem no Brasil e a direcionalidade da mesma às necessidades nevrálgicas do povo brasileiro.

Na amostragem trazemos em trecho de seu discurso às autoridades civis em Brasília no primeiro dia de sua visita a nação:

"Senhor Presidente, Excelentíssimos
Membros do Congresso, Senado e Su -
premo Tribunal Federal, Senhores Mi
nistros de Estado, Senhoras e Senhores
res:

Com vossa honrosa presença, à minha chegada e neste encontro, quisestes tributar ao Pastor da Igreja Universal uma homenagem à qual ele é extremamente sensível: muito obrigado, mais uma vez, a cada um de vós pessoalmente. Quero expressar, por minha vez, a mais alta estima pela elevada missão que desempenhais. O mandato que recebestes vos confere o privilégio - que é também um compromisso - de servir o bem comum de toda a Nação, servindo o homem brasileiro. Deus vos ajude sempre a cumprir este mandato.

Em minhas peregrinações apostólicas pelo mundo, quero também, eu, com a ajuda de Deus, ser portador de uma mensagem e colaborar, na parte humilde, mas indispensável que me toca, para que prevaleça no mundo um autêntico sentido do homem, não enclausurado num estreito antropocentrismo, mas aberto para Deus.

Penso numa visão do homem que não tenha medo de dizer: o homem não pode abdicar de si mesmo, nem do lugar que lhe compete no mundo visível; o homem não pode tornar-se escravo das coisas, das riquezas materiais, do consumismo, dos sistemas

econômicos, ou daquilo que ele mesmo produz; o homem não pode ser feito escravo de ninguém nem de nada; o homem não pode prescindir da transcendência - em última análise, de Deus - sem amputação no seu ser total; o homem, enfim, só poderá encontrar luz para o seu "mistério" no mistério de Cristo.

Quanto seria benéfica para o mundo uma melhor acolhida a esta compreensão do homem a partir da sua plena verdade, a única capaz de dar sentido humano às várias iniciativas da vida cotidiana: programas políticos, econômicos, sociais, culturais, etc. . Bem depressa, ela se tornaria base para programas da verdadeira civilização, que só pode ser a "civilização do amor".

Atendo-se à sua missão própria e em pleno respeito às legítimas instituições de ordem temporal, a Igreja só pode alegrar-se com tudo o que de verdadeiro, justo e válido existe em tais instituições ao serviço do homem: só pode ver com satisfação os esforços que visem salvaguardar e promover os direitos e liberdades fundamentais de toda pessoa humana e assegurar a sua participação responsável na vida

comunitária e social.

Por isso mesmo, a Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis e salvaguardar e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna deste nome, isto é, reformas que visem uma sociedade mais justa e sempre mais de acordo com a dignidade de toda pessoa humana. Ela anima os responsáveis pelo bem comum, sobretudo os que se prezam do nome de cristãos, a empreenderem, a tempo, essas reformas com decisão e coragem, com prudência e eficiência, atendo-se a critérios e princípios cristãos, à justiça objetiva e a uma autêntica ética social, promover assim tais reformas também é maneira de evitar que elas sejam buscadas sob o impulso de correntes, em base às quais não se hesita em recorrer à violência e à direta ou indireta supressão aos direitos e liberdades fundamentais inspiráveis da dignidade do homem.

Desejo ao querido povo brasileiro uma sempre crescente fraternidade, fundada no autêntico sentido do homem: com liberdade, equidade, respeito, generosidade e amor entre todos os seus membros, e com lúcida e

solidária abertura para a humanidade e para o mundo. Desejo-lhe paz segura e serena, base de labor concorde e empenho de todos pelo progresso e bem-estar comuns. Desejo-lhe ainda a suficiência de bens indispensáveis para a própria realização integral . Peço a Deus que cada brasileiro, de nascimento ou de adoção, respeite e veja sempre respeitados os direitos fundamentais de toda pessoa humana. Proclamar e defender tais direitos , sem antepô-los aos direitos de Deus nem silenciar os deveres que a eles correspondem, é uma constante da vida da Igreja, em virtude do Evangelho que lhe está confiado. Assim, ela não cessa de convidar todos os homens de boa vontade e de estimular os seus filhos ao respeito e cultivo desses direitos: direito à vida, à segurança, ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à expressão religiosa privada e pública, à participação etc. Entre tais direitos, impossível não salientar ainda como prioritários o direito dos pais a terem os filhos que desejarem, recebendo , ao mesmo tempo, o necessário para educá-los dignamente, e o direito do nascituro à vida. Sabemos quanto es-

ses direitos sa acham ameaçados em
nossos dias no mundo inteiro"(32b).

O Percurso Histórico da Mensagem Social

(de Leão XIII a João Paulo II)

Como vimos no Magistério oficial da Igreja a doutrina social ocupa um lugar de destaque do final do século passado até os dias atuais, sem interrupção. Nota-se mesmo uma ascensão gradativa dessa doutrina, que toma aspectos inovadores e renovados a partir das exigências que se fazem presentes.

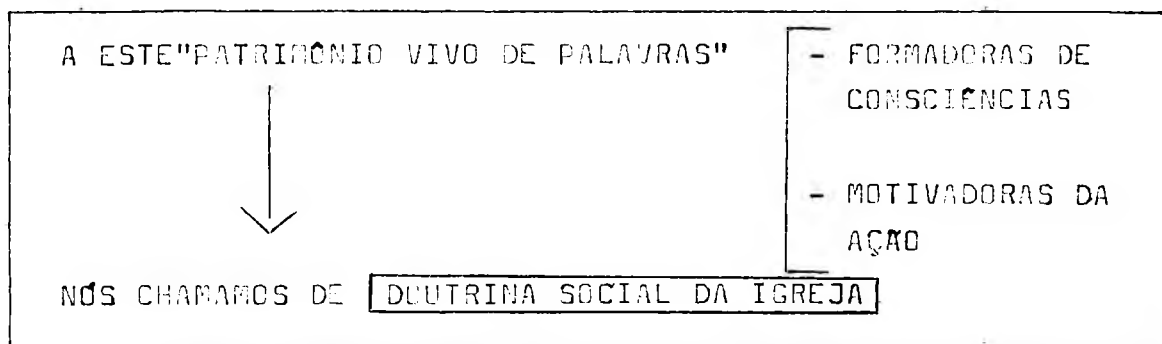
Para termos uma visão de conjunto, fazemos aqui um quadro sinótico da evolução do pensamento social da Igreja.

NO MAGISTÉRIO DA IGREJA

A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Em sua última encíclica "Laborem Exercens", sobre o Trabalho Humano, o Papa João Paulo II fala de PALAVRA E AÇÃO da Igreja diante das realidades sociais, políticas e econômicas.

É uma palavra que nasce em diferentes momentos da história, diante de realidades e contextos sociais diferentes.



MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

Entre os vários pronunciamentos dos Papas, recordamos:

1- Encíclica "RERUM NOVARUM" de Leão XIII (1891):

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) revolução industrial</p> <p>b) condições desumanas e injustas de trabalho.</p> <p>c) trabalhadores sem defesa</p>	<p>- é direito dos trabalhadores associar-se para a defesa de suas justas reivindicações.</p> <p>- é o dever do Estado intervir no campo social e econômico para a proteção dos que não têm defesa.</p>

2- Encíclica "QUADRAGESIMO ANNO" de Pio XI (1931)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) crise econômica</p> <p>b) regimes totalitários</p>	<p>- propõe o corporativismo cristão que privilegia os grupos intermediários (comunidades), fundamentado no princípio da subsidiariedade.</p> <p>- fundamenta nos valores éticos a organização da economia: esta é sujeita às exigências da justiça.</p>

3-As mensagens de Natal de Pio XII(1939-1958)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) o pontificado inicia com a II Guerra Mundial e a época da chamada "guerra fria"</p> <p>b) capitalismo individual versus capitalismo do Estado.</p> <p>c) avanço tecnológico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - situa os problemas em perspectiva ampla (ex. a propriedade no horizonte do destino universal dos bens da terra.) - dignidade humana. - denúncia do capitalismo agrário que expulsa do campo os agricultores humildes. - a paz é possível só se fundada na justiça internacional. - descobre no fundo dos sistemas a mesma raiz do materialismo. - adverte para os perigos do "tecnicismo": <ul style="list-style-type: none"> . gigantismo industrial . burocratismo estatal . consumismo insaciável . uso de critérios meramente quantitativos para ordenar a economia.

4-0 Magistério de João XXIII (1958-1963)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) expansão dos MCS , criando uma consciência global</p> <p>b) cresce a diferença entre países ricos e pobres</p> <p>c) a técnica ameaça destruir o homem</p> <p>d) inter-dependência sempre maior das economias dos diferentes países</p> <p>e) a Igreja empreende uma renovação, face ao sentido de sua presença e missão no mundo : O Concílio</p>	<p>-dimensões planetárias do problema social</p> <p>-o desenvolvimento é a causa dos desequilíbrios internos dos países</p> <p>-a exploração não se limita mais à relação trabalhador e patrão, mas chega à relação países ricos X países pobres</p> <p>-a paz se funda no respeito dos direitos naturais de todos</p> <p>-missão da Igreja é SERVIR: uma Igreja servidora</p>

<p>Os documentos mais importantes de João XXIII são:</p> <p>-Encíclica "Mater et Magistra" (1961)</p> <p>-Encíclica "Pacem in terris" (1963)</p>
--

5- O Magistério de Paulo VI (1963-1978)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) tecnologia: ameaça o homem</p> <p>b) Ao luxo da sociedade de consumo se contrapõe a miséria gritante das maiorias</p> <p>c) As transnacionais são mecanismos de economia, mas fora de um controle racional e ético</p> <p>d) Os pobres tomam consciência de sua opressão</p> <p>e) o homem busca a sua transcendência, redescobrimdo o sentido do seu humanismo e dos valores espirituais</p>	<p>-reconhece uma justa autonomia das realidades do mundo</p> <p>-a Igreja se reconhece inserida numa cultura pluralista, abrindo o diálogo com o homem contemporâneo</p> <p>-no centro da reflexão: o problema DESENVOLVIMENTO, bem como do SUBDESENVOLVIMENTO</p> <p>-O desenvolvimento é SER MAIS</p> <p>-A Igreja não impõe modelos, nem soluções técnicas: não existe um "modelo sócio-econômico cristão"</p> <p>-a Igreja colabora no desenvolvimento integral do homem</p> <p>-segue-se a descoberta (ou discernimento) do comportamento como uma das formas de viver o compromisso cristão.</p> <p>-reflexão social da Igreja sobre o problema do meio ambiente (problema ecológico).</p>

Os documentos mais importantes de Paulo VI são:

- Encíclica "Populorum Progressio" (1967)
- Carta Apostólica "Octogesima Adveniens" (1971)
- Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi" (1975)

6- O Magistério de João Paulo II (1978)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) crise econômica mundial, com re- crudescido so - frimento dos po vos pobres.</p> <p>b) os dois blocos (capitalismo li beral tradicio- nal e capitalis mo dos países socialistas) em conflito.</p> <p>c) busca de novos modelos de de - senvolvimento e de organização social e econô- mica.</p> <p>d) fala-seda neces sidade de uma nova ordem eco- nômica interna- cional.</p> <p>e) continua e amea ça à civiliza - ção atual.</p>	<p>-O homem é centro de aten ção e preocupação.</p> <p>-revalorização da Doutri- na social da Igreja.</p> <p>-diante do homem desafia- do e ameaçado pela cultu ra moderna, a Igreja rei vindica o seu compromis- so social.</p> <p>-"ricos cada vez mais ri- cos às custas de pobres cada vez mais pobres".</p> <p>-o homem acima do capital e dos bens que ele pro - duz.</p> <p>-solidariedade dos traba- lhadores, apoiando a no- bre luta pela justiça.</p> <p>-a Igreja assume uma op - ção preferencial pelos pobres.</p>

Os documentos mais importantes de João Paulo II são:

- Encíclica "Laborem Exercens" (1981)
- Discursos sociais (ex. Puebla, Brasil etc).

Práxis do Político na Igreja da América Latina
(Medellín - Puebla)

A Igreja da América Latina iniciou uma caminhada libertadora lenta e progressivamente já com Leão XIII.

Em 1899 o então Pontífice convoca um Concílio Plenário da Igreja Latino-Americana em Roma. Os temas de relevância aí tratados são aqueles integrados com a realidade social: liberalismo, comunismo, militarismo, anarquismo, etc. É o posicionamento oficial de uma Igreja que já tenta quebrar as amarras de um comprometimento com o poder para questioná-lo.

Entre passos e contra-passos no seu caminhar histórico, a Igreja da América Latina, assume um posicionamento conjunto com a criação da Confederação Episcopal Latino-Americana (CELAM) em 1955. Nesse mesmo ano se dá a primeira conferência geral desse organismo eclesial no Rio de Janeiro.

Entre os temas abordados está a preocupação do episcopado na linha social. Numa Igreja com escassez de clero, grupos cada vez mais significativos de cristãos em diversos ambientes, tomam consciência de sua responsabilidade solidária. Responsabilidade de cristãos mais conscientes de sua fé, num continente marcado por uma tradição católica, não isenta de deficiências e distorções, e que agora buscam os caminhos para a liberdade do homem latino-americano e a construção de uma nova sociedade(33).

Um processo irreversível de transformação da Igreja na América Latina se dá com a segunda conferência geral do CELAM em 1968 em Medellín, Colômbia sentindo os reflexos renovadores da Igreja universal sacudida pelo Vaticano II.

Medellin analisa a "Presença da Igreja na Atual transformação da América-Latina". Há uma clara redefinição dos conceitos Igreja-Mundo. À luz da fé vê-se que uma Igreja institui

ção na realidade de um Continente em transformação não poderia deixar de posicionar-se diante de fatos concretos que assinalam a caminhada desse povo (34).

No campo social são evidenciadas realidades como: estruturas de injustiça; violência institucionalizada; transformações radicais. Tudo isso leva a Igreja a se comprometer de modo mais factual com seu povo.

Há a partir dessas opções um distanciamento assumido, ao menos pelo corpo mais consciente, dos regimes com os quais convivia. Passa daí a identificar-se mais com as classes pobres e exploradas, comprometendo-se em promover e apoiar as organizações de base.

É nesse momento histórico que são lançadas as sementes de uma teologia revitalizadora para a Igreja na América-Latina. Há a partir daí a emergência das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) e da controvertida Teologia da Libertação. Para que a Igreja Latino-Americana assuma a coragem de ir contra uma tradicional e esclerosada ortodoxia para se posicionar pela orto
práxis (35).

A década posterior a Medellin foi de grande maturação para essa Igreja. A práxis da doutrina foi assumida nos mais diversos campos e houve uma eclosão dinâmica eclesial, que deu para a Igreja uma nova imagem. Muito embora com as amarras de facções conservadoras, a caminhada eclesial na América-Latina marcava-se por sinais evidentes de avanço pastoral.

Criou-se uma nova necessidade de reflexão conjunta, de análise histórica do momento, para uma reavaliação de seus compromissos e um reassumir de opções em vista a maior radicalidade. Esse momento histórico se deu na terceira Conferência geral do CELAM, na cidade de Puebla, no México.

Mais representativa, com maior participação e as-

essoramento, Puebla constituiu o marco fundamental do pensamento social político da Igreja na América-Latina.

Diante de agravamentos políticos, econômicos e sociais da realidade latino-americana, a Igreja faz uma redimensão nas suas opções preferências de ação.

O documento final da terceira Conferência Episcopal Latino-Americana é um elenco de 1069 parágrafos. Encontra-se uma doutrina teológica muito voltada ao essencial da vida cristã na realidade da América-Latina. Há no documento uma divisão estrutural em quatro partes:

- A realidade latino-americana, seu contexto histórico, social, econômico, político, eclesial, etc.
- Reflexão doutrinal, uma abordagem teológica da verdade sobre Jesus Cristo. Evangelização nos tópicos da libertação e promoção humanas, da religiosidade popular, da política e ideologias.
- Igreja evangelizadora e evangelizada, o sentido da comunhão e participação na vida eclesial.
- Tarefas urgentes da Igreja tais como opção pelos pobres e pelos jovens, colaboração com os construtores de uma sociedade pluralista e defesa dos direitos humanos a nível nacional e internacional.

Dois pontos altamente positivos abrem o documento: a necessidade que a Igreja sente do conhecimento histórico do povo latino-americano, para cumprir eficazmente sua missão de evangelização. A afirmação de que o povo, cuja evangelização deve prosseguir, é o herdeiro do passado, o protagonista do presente e o construtor do futuro, como peregrino a caminho do reino definitivo (36).

Há ainda a afirmativa de que a história é fundamentalmente a história da evangelização de um povo eclesial, traçando assim um rumo para que os historiadores se ocupem, ao fazer história, do que é essencial na estrutura e no projeto da Igreja.

Privilegiando-se a evangelização, desperta-se como uma Igreja voltada para fora, preocupada não consigo mesma, mas com o povo a ser evangelizado e vivendo sempre na fronteira dos novos desafios e problemas que surgem para a evangelização.

Ela quer contribuir, dentro do marco da realização de sua missão específica, para um futuro melhor dos povos latino-americanos, no sentido de sua conscientização, humanização e libertação.

Preocupado em que os documentos da Igreja e a própria teologia não utilizem o jargão das ciências sociais incompreensíveis para o povo, o Documento de Puebla tenta usar uma linguagem mais simples. Partindo da própria experiência do povo e das comunidades, no seu enfrentamento com a realidade e sobretudo na sua prática libertadora, o documento quer uma linguagem, preponderantemente popular.

Paradoxalmente sente-se aí presente um receio da "doutrina" ser contaminada pelo social. Tal preocupação se liga ao aparente perigo de se recorrer às ciências sociais por medo de contaminação ideológica. Daí uma posição que prefere uma linguagem menos técnica, para se produzir uma leitura da realidade relativamente boa do ponto de vista descrito, embora por vezes abstrato e desconexa, porém bastante fraca e sem vigor teórico ao se lançar à difícil tarefa de propor uma análise e uma interpretação coerente dos muitos fenômenos e processos sociais anteriormente descritos (37).

Não há um fio condutor que teoricamente ilumine o

documento de Puebla. A observação aplica-se não apenas à investigação da realidade tanto histórica, quanto econômica, social e política, mas também à teologia aí presente.

Conclui-se que muitos enfoques se tornam carentes de fôlego e imaginação para responder aos desafios da realidade constatada e perdida em afirmações doutrinárias sem articulação com os problemas reais.

Torna-se por vezes subentendida a problemática que se evidencia como fundamental numa análise explícita e direta.

Fala-se numa visão da realidade à luz da pastoral. Pode-se então entender a preocupação dos bispos em falar enquanto pastores e não enquanto economistas, sociólogos, antropólogos, técnicos ou cientistas, que os mesmos não se julgam ser. Compreende-se outrossim que tenham querido utilizar uma linguagem pastoral, isto é, acessível ao povo e não uma linguagem técnica.

Pode-se ver uma amostragem desse discurso na palavra introdutória do documento:

"Nossa primeira pergunta, neste diálogo pastoral, diante da consciência coletiva é a seguinte: - Vivemos de fato o Evangelho de Cristo em nosso Continente ?

Esta interpelação, que dirigimos aos cristãos, também pode ser analisada por todos aqueles que não participam de nossa fé.

O cristianismo, que traz consigo a originalidade do amor, nem sempre é praticado em sua integridade nem mesmo por nós cristãos. É certo que existe grande heroísmo oculto, mui

ta santidade silenciosa, muitos e maravilhosos gestos de sacrifício . Contudo, reconhecemos que ainda estamos longe de viver tudo o que pregamos. Por todas as nossas faltas e limitações pedimos perdão, também nós pastores, a Deus e a nossos irmãos de fé e de humanidade.

Queremos não só ajudar os outros a se converter, mas também converter-nos, nós próprios, juntamente com eles, de tal modo que nossas dioceses, paróquias, instituições, comunidades e congregações religiosas , longe de serem obstáculos sejam um incentivo para que se viva o Evangelho.

Lançando um olhar sobre nosso mundo latino-americano, com que espetáculo deparamos ? Não se faz mister aprofundar o exame. A verdade é que aumenta, cada dia mais, a distância entre os muitos que têm pouco e os poucos que têm muito. Estão ameaçados os valores de nossa cultura. Estão sendo violados os direitos fundamentais do ser humano.

As grandes realizações que se levam a cabo em favor do homem não chegam a resolver, de maneira adequada, os problemas que nos desafiam.

Mas o que é que temos para oferecer-vos no meio das graves e complexas questões do nosso tempo ? De que modo podemos colaborar para o bem estar dos nossos povos latino-americanos , quando uns persistem em manter a qualquer preço os seus privilégios , outros se sentem abatidos e os demais promovem gestões para a própria sobrevivência e a clara afirmação de seus direitos ?

Queridos irmãos, mais uma vez queremos declarar que, ao tratar de problemas sociais, econômicos e políticos, não o fazemos como mestres da matéria ou cientistas, mas sim, em perspectiva pastoral, como intérpretes dos nossos povos, confidentes de seus anseios, sobretudo os dos mais humildes, que são a grande maioria da sociedade latino-americana".

A clarevidência porém de muitos bispos, do episcopado brasileiro em particular, convidando para assessorá-los , mesmo de fora da conferência, muitos teólogos e cientistas sociais, permitiu que essa contribuição necessária, da parte daqueles que são especialistas no assunto nesses determinados campos, não faltasse de todo nos trabalhos de Puebla.

Dessa forma podemos afirmar que não obstante as críticas procedentes ao texto, encontram-se passagens altamente dignas de um trabalho profícuo e cheio de méritos. O documento em si abre pistas, ilumina, anuncia e denuncia, incita a criatividade

de e ao prosseguimento de uma caminhada de incergão da Igreja com o povo e em sua realidade.

É fundamental sentir a explicitação das opções da Igreja na vida do povo da América-Latina. De modo categórico plenifica sua opção radical pelos pobres, mesmo que isso venha a questionar o paradoxo de sua vida interna.

Aqui parte do texto que revela seu compromisso histórico:

"A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espíri - to, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e proféti - ca opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellin, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conver - são de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral liberta - ção.

A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando. Queremos tomar consci - ência do que a Igreja latino-ame - ricana fez ou deixou de fazer pe - los pobres depois de Medellin, co

mo ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora, no presente e no futuro da América Latina.

Verificamos que episcopados nacionais e numerosos setores de leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores.

Os pobres, também alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos.

A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames.

Isso tudo foi causa de tensões e conflitos dentro e fora da Igreja. Acusaram-na com freqüência, seja de estar do lado dos poderes sócio-econômicos e políticos, seja dum perigoso desvio ideológico marxista.

Na Igreja da América Latina, nem todos nos temos comprometido bastante com os pobres: nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante".

Puebla confirma o papel sócio-político da Igreja na América Latina. Notadamente o pensamento eclesial, manifesto nos diversos eventos das reuniões hierárquicas da América Latina, teve um crescendo no sentido desse seu discurso.

Em quadro sinótico da doutrina da Igreja na América Latina, nas diversas conferências gerais de seu episcopado, constata-se a evolução do pensar eclesiástico, que tenta dar uma resposta evangelizadora no presente e futuro do continente.

O Magistério dos Papas deste nosso século foi acompanhado, assumido e adaptado à realidade local pelo Episcopado da América Latina.

A IGREJA LATINO-AMERICANA

1-Primeiro Concílio Plenário Latino-Americano (1899)

Contexto histórico e social:	Resposta da Igreja:
<p>a) A Igreja da AL ainda não tem uma identidade própria.</p> <p>b) Leão XIII convoca em Roma o Concílio Plenário.</p>	<p>-Os Bispos condenam o ateísmo, o materialismo, o evolucionismo, como negadores do sobrenatural e da revelação.</p> <p>-Condenam também o liberalismo, o consumismo, o militarismo e o anarquismo.</p> <p>-a Igreja é contra os abusos da liberdade.</p>

2-Primeira Conferência do CELAM (1955-Rio de Janeiro)

Contexto histórico e social:	Resposta do Episcopado AL:
<p>a) A AL representa os 25% do mundo católico</p> <p>b) Primeira tomada de consciência dos graves problemas sociais do continente.</p> <p>c) Rápida transformação das estruturas sociais.</p>	<p>-diante da escassez do clero iniciam-se campanhas vocacionais.</p> <p>-preocupação dos bispos na linha social, apresentando 3 linhas de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> .esclarecimento da realidade e difusão da doutrina social da Igreja .educação da consciência social .ação dos leigos na promoção das classes necessitadas. <p>- os Bispos insistem na evangelização dos indígenas.</p> <p>-é criado o CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana).</p>

3-Segunda Conferência do CELAM (1968-Medellin)

Contexto histórico e social:	Resposta do Episcopado AL:
<p>a) a situação econômica das classes populares se torna mais aguda</p> <p>b) redefine-se a relação entre a Igreja e o Mundo</p> <p>c) a Conferência de Medellin é convocada para aplicar o Vaticano II à realidade da AL</p>	<p>- o tema de Medellin é: <u>PRESENÇA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA.</u></p> <p>- No campo social são evidenciadas algumas realidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> .estruturas injustas .violência institucionalizada .transformações radicais .necessidade de uma conversão profunda e total .a economia deve colocar-se a serviço do povo .organização do povo em CEB's.

MEDELLÍN origina um PROCESSO IRREVERSÍVEL DE TRANSFORMAÇÃO DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA. Com isso a Igreja da AL:

- . Distancia-se dos regimes com os quais convivia.
- . identifica-se com as classes pobres e exploradas.
- . compromete-se em promover e apoiar as organizações de base.
- . define a sua missão como anúncio do Reino e denúncia das injustiças sociais do continente.
- . estimula um pensamento teológico original na AL: a teologia da Libertação.
- . desenvolve as CEB's.
- . cria a consciência coletiva para a transformação das estruturas injustas.
- . consagra um modelo de reflexão e de elaboração de seu pensamento que servirá para documentos posteriores:
 - parte de uma análise científica da realidade (VER)
 - confronta esta realidade com a luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja (JULGAR)
 - elabora opções pastorais e linhas de ação e de compromisso para os cristãos (AGIR).

4-Terceira Conferência do CELAM(1979-Puebla de Los Angeles)

Contexto histórico e social:	Resposta do Episcopado AL:
<p>a)Agravamento dos problemas sociais e políticos assinalados em Medellín.</p> <p>b)A violação dos direitos humanos na AL.</p> <p>c)Evangelização recebe a credibilidade através do compromisso social.</p>	<p>-A Conferência define com maior clareza as opções pastorais e suas prioridades.</p> <p>-Ela pretende traduzir em nítidas linhas programáticas e concretas para a AL a mensagem da "Evangelii Nuntiandi" de Paulo VI (1975).</p>

PUEBLA continua o processo de Medellín, mas avança a reflexão sobre os seguintes pontos:

- opções preferenciais: - pelos pobres
- pelos jovens
- Ação conjunta: - em favor dos construtores de uma sociedade pluralista
- em favor da pessoa e da sociedade nacional e internacional
- defesa dos direitos humanos violados sistematicamente no Continente
- Evangelização da Cultura:
 - pretende criticar as culturas emergentes, sem contudo tutelá-las.
 - denuncia-se a proliferação de uma cultura urbano-industrial consumista na AL que agudiza a "dependência".
 - o desafio fundamental consiste em conseguir para todos uma vida mais digna, mais humana.
 - os protagonistas desta nova ordem são todos os PO - VOS DA AMÉRICA LATINA.

A IGREJA DA AMÉRICA LATINA QUER E EXIGE SER A CONSTRUTORA DE UMA CIVILIZAÇÃO DO AMOR, ATRAVÉS DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E MAIS FRATERNA, QUE LEVE A RECONCILIAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.

Por tudo que se conhece de um caminhar da Igreja universal, é incontestável que sua facção na América Latina conseguiu um caminhar historicamente muito mais comprometido com a realidade do mundo.

Talvez o fato de ser uma Igreja mais jovem, não tão marcada pela esclerose milenar, onde as influências de uma dominação centralizadora do Vaticano não tem conseguido manter seu monopólio. É daí que se chegam as emergências de um pensamento teológico novo, contrastante e por vezes interpretativamente manifesto não apenas como reacionário mas até herético (40).

Notas

- (21) Cf. Conc. Vat. II, "Lumen Gentium" e "Sacrosanctum Concilium", em Documentos do Vaticano II
Ed. Vozes 1966, pp. 21 a
- (22) Cf. Boff, Leonardo
Igreja Carisma e Poder
Ed. Vozes - 3ª edição, p. 204.
- (23) Cf. Vaticano II, Gaudium et Spes, em Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr 1971, p. 298.
- (24) Cf. Ib.
- (25) Cf. Boff, Leonardo
Igreja Carisma e Poder
Ed. Vozes - 3ª edição, p.18.
- (26) Cf. Conc. Vaticano II, Gaudium et Spes, em Encíclicas e Documentos Sociais,
Ed. LTr 1971 pp. 371-372.
- (27) Cf. Boff, Leonardo
Igreja Carisma e Poder
Ed. Vozes - 3ª edição, p.25.
- (28) Cf. Atos dos Apóstolos 2,4
- (29) Cf. Boff, Clotóvis
Ensaio de Teologia Política
Ed. Vozes 1971, 13.
- (30) Cf. Paulo VI, Populorum Progressio, em Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr 1972, p.403.
- (31) Cf. Idem, p. 425.
- (32) Cf. "Para uma Teologia da Comunicação na Teoria Latina"
Decos-Colar - Ed. Vozes 1984, p.14.

- (32a) João Paulo VI -
Encíclica "Laborem Exercens"
Ed. Paulinas 1981 pp. 10-12
- (32b) João Paulo II -
A Palavra de João Paulo II no Brasil
Ed. Paulinas . 1980 - pp. 25-27
- (33) Cf. Muñoz, Ronaldo
Nova Consciência da Igreja na América Latina
Ed. Vozes 1979, p. 9.
- (34) Cf. Idem, p.23.
- (35) Cf. Dussel, E.
A Consciência Crítica na Igreja
Ed. Vozes, em Concilium/139 . 1978/9, p. 47.
- (36) Cf. Frei Beto
Diário de Puebla
Ed. Civilização Brasileira, 1979, p.100.
- (37) Cf. Idem, p.83.
- (38) Cf. Documento de Puebla - texto oficial
Edições Paulinas 1979, pp. 74 e 75.
- (39) Cf. Idem, pp. 352-353.
- (40) Cf. Maduro, Otto
Religião e Luta de Classes
Ed. Vozes - 2ª edição 1983, p.9.

Teologia da Libertação: Discurso da Revolução?

A consciência de uma Igreja do povo, que compartilha suas angústias e sofrimentos faz eclodir um novo modo de pensar teologia: Teologia da Libertação. Esta teologia nasceu nos grupos de cristãos que viveram e sofreram problemas da fome, do desemprego, da opressão, da dependência. Não é portanto uma teologia cujo berço é a Europa tradicional ou mesmo o Vaticano. Somente quem entende e vive a situação como a do povo latino-americano é que poderá entendê-la também.

A teologia da libertação é uma tentativa de ler Deus na história de um povo sofrido e marginalizado. É a real interpretação da história da salvação, que se realiza hoje na vida do povo explorado e perseguido (41).

A origem dessa teologia é a América Latina, embora nesses últimos anos haja teólogos em outras partes do mundo que se têm dedicado a tais reflexões, como nos Estados Unidos, J. H. Cone com sua teologia negra da libertação.

O nascimento desse novo discurso da Igreja se deu entre os anos 1962-68. Alguns fatores ocasionaram essa eclosão de um pensar eclesial revolucionário:

- O contexto histórico de grandes acontecimentos na Igreja Universal e Latino-Americana: Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín.
- O sentido evolutivo: a inversão hermenêutica, ou a leitura do Vaticano II a partir da realidade latino-americana, a opção pelos pobres, e a nova prática pastoral da Igreja.
- O contexto sócio-político: a crise do sistema de dominação (crise do capitalismo), a emergência e ascensão dos movimentos populares.
- Golpes militares na América Latina na década dos anos 60 e a

crise da democracia liberal com o advento da Ideologia da Segurança Nacional: o Estado e as novas formas de repressão, dominação e perseguição (42).

- Crise das mediações históricas de cristandade: crise das ideologias (nacionalista, populista, desenvolvimentista); o cristianismo social e sua crítica do Estado.
- Movimentos cristãos: grupos de base, populares ligados a grupos sacerdotais e mesmo bispos.
- O Estado e o novo modelo de dominação: Trilateral, Segurança Nacional, capitalismo monopolista, relatividade democrática, perseguições, etc.(43).

No próprio seio da Igreja universal esse tipo de pensamento cristão começou a ganhar corpo com a realização do Sínodo da Igreja em 1971 (sobre Justiça e Paz); as cartas encíclicas de Paulo VI (1974) "Evangelii Nuntiandi" e "Octogesima Adveniens", Documentos do Episcopado Latino-Americano e de países sul-americanos (Brasil - Nicaragua - Chile, etc).

O importante dessa reflexão é que ela toma seus fundamentos na própria revelação de Deus, na Bíblia. Demonstra como a cristologia e a eclesiologia têm uma estreita ligação com esse processo eclesial do anúncio vivo do Evangelho(44).

O nome Teologia da Libertação não é um adjetivo que a qualifica, mas um substantivo. Um modo de refletir e articular a ciência teológica cristã a partir da prática histórica de libertação dos pobres.

Teologia é ciência cujo sujeito, no sentido técnico do termo, é Deus em si e o homem em relação com Ele (45). Vem a ser uma ciência una em seu sentido global.

A teologia da libertação tem um novo interlocutor que caracteriza sua abordagem. O sujeito é o Deus dos pobres e nos pobres, nas raças oprimidas, que colocam novas questões de

inteligibilidade à fé, ao amor e à esperança cristã.

Há para tal uma inteligibilidade oferecida à compreensão e é explicada através da mediação das ciências sociais e da hermenêutica do sentido da revelação cristã, procurando então explicar a realidade do novo interlocutor através de uma análise de suas causas. Daí a teologia processar-se por uma análise crítica, no interior da fé cristã, a partir da prática histórica de libertação dos pobres (46).

Há pontos nerálgicos na análise da realidade pastoral da Igreja a partir das novas dimensões propostas. Pode-se até mesmo concluir-se sobre tipos definidos da Igreja.

A partir da maneira como a Igreja se comporta diante das classes sociais e do Estado deduz-se os seguintes tipos de Igreja: (47)

Igreja Conservadora -

Esta ligada a classe hegemônica e mantém bom relacionamento com o Estado. A Igreja aceita ser a legitimação do Estado como aparelho para manter o "status quo".

A pregação dessa Igreja está a serviço da classe dominante e é ritualista, dogmática, moralista, subjetivista, intimista, integrista.

Na linha do anúncio do Evangelho ela se torna de um dogmatismo intransigente que tenta impor o dogmatismo de uma classe social. Usa o poder de dominação de uma classe social.

Igreja democrata (social) cristã -

É uma Igreja do aggiornamento, da renovação, uma Igreja que se diz "Pastoral": fechada sobre si mesma, a partir de si mesma e para si mesma. É uma Igreja "Ad intra".

Em relação às classes sociais é uma Igreja de classe média com a ideologia burguesa voltada para ascensão social, mas que se sente insegura diante do poder da classe hegemônica. A classe média precisa de um poder que venha lhe dar segu-

rança. Ela se relaciona com o Estado que é a expressão do poder hegemônico mas que deve levar a classe média a participar. A Igreja se coloca diante do Estado com um grande condicional.

É uma Igreja que critica mas de maneira condicional; uma crítica puramente funcionalista porque fica no nível ético para simplesmente melhorar o social sem questionar até as raízes. Tipo de Igreja reformista e conciliadora dos conflitos sociais. A grande motivação é a missão "pastoral", só que vertical por causa de sua missão "espiritual".

O tipo de pregação é profético mas ambíguo porque teme a clareza e suas consequências. No fundo legitima a injustiça e o pecado social. Neste tipo de Igreja há nuances de Igreja de "direita", de "centro" e de "esquerda", mas mesmo assim ambígua.

Igreja socialmente engajada -

Com esse tipo há mudança na vida social da Igreja. Começa a acontecer na América Latina com Medellin (opção pelos pobres, movimentos populares e CEBs), é o fim do regime de Cristandade (aliança perfeita e harmônica entre a Igreja e as mediações sociais da classe hegemônica, e do Estado) é o começo de uma nova etapa. A Igreja começa a mostrar sua identidade, sinal do Reino, a partir das classes dominadas. Provoca assim uma verdadeira revolução, pois de repente a Igreja faz a opção pelos pobres e o "status quo" parece ameaçado.

Daí a reação diante da Igreja: política e ideológica. É uma Igreja que se torna sinal do Reino de Deus. Ela sabe que não é o Reino, mas sabe o que fazer para ser o germe do Reino (48).

Em relação ao Estado, a Igreja faz uma ruptura com ele, porque o Estado está a serviço da injustiça e da opressão. Essa ruptura com o Estado ainda continua com uma certa ambiguidade

de política porque ela se diz apartidária, dedicada à organização do povo podendo cair num certo populismo, receiando ir até o fim exigido para uma transformação social justa e igualitária.

A ambiguidade aparece também na falta de um projeto político social a favor das classes sociais dominadas e oprimidas. Há dois exemplos em que o episcopado procurou sair dos embaraços dessa ambiguidade: A Carta dos Bispos do Nordeste: "Ouvi os clamores de meu Povo" (6.5.73) e "Carta Pastoral dos Bispos da Nicarágua (1979).

É uma pregação profética que procura atingir as estruturas da sociedade evangélica, que se compreende a partir dos pobres: grande lugar hermenêutico para se compreender que é Deus e Jesus Cristo.

Leva a uma prática nova que se exprime nos movimentos populares que nascem da base (movimento de luta, reivindicações) e movimentos comunitários onde se procura maior participação e contra as discriminações. O sujeito da História é o próprio povo e não o homem burguês. É preciso construir uma história a partir das classes dominadas.

Igreja Popular -

É um nome que procura precisar mais o que entendemos por Igreja dos pobres, Igreja que nasce do povo pela força do Espírito (Puebla 263). É uma resposta de fé que nasce nas classes populares como compromisso ao Senhor Jesus e à vinda do seu Reino.

É a Igreja que procura encarnar-se nos meios populares e na América Latina vê-se um empenho da hierarquia em convocar e organizar a Igreja a partir das classes populares ou da opção pelos pobres.

Há ainda uma indefinição quanto a Igreja popular dentro desse projeto teológico. Embora já se tenha caminhado muito

no sentido da Igreja engajada, a Teologia da Libertação pretende avançar ainda mais. A grande contestação em torno do sentido dado a Igreja popular é certa desagregação dos pontos dogmáticos da tradicional teologia eclesiológica. Em sentido concreto, essa definição na sua práxis leva a comunidade cristã a se equiparar a caminhada hierárquica.

Quando teólogos da libertação se posicionam diante dos poderes hegemônicos da Igreja hierárquica, esta se levanta com os anátemas seculares (49).

Esse modo de ser da Igreja é também o tido como tipicamente político, sem os verdadeiros moldes de uma doutrina espiritualmente salvífica. É sobretudo a Igreja revolucionária, das guerrilhas a evangélicas. É atrás dessa pregação que, na visão da Igreja tradicional e mesmo social, a Igreja insinua a luta de classes, posiciona-se politicamente e mesmo assume o poder secular.

Assim tem sido vista facções significativas da Igreja na América Latina, onde o compromisso real de vida com o povo cria as contestações, que são re-criadoras. Não se duvida, que como no cristianismo nascituro "o martírio era semente de novos cristãos", a perseguição "ad intra" e "ad extra", entabulada contra essa Igreja libertadora, já tem dado frutos de novas comunidades.

O discurso político da Teologia da Libertação passa a criar dimensões avantajadas na América Latina. A Igreja passa a ter junto ao poder civil um lugar de respeito, onde sua voz, pelo menos a oficial (Conferência de Bispos, Cardeais, etc) é ouvida e em parte até temida.

É um caminhar irreversível, muito embora a palavra essencial da Igreja romana seja ainda a recusa do político. A ruptura feita pela Teologia da Libertação inaugura um novo tempo messiânico na América Latina, onde o anúncio do Deus da esperança, da libertação se faz atual e profundamente aceito (50).

CEBS: Novo modo de falar Igreja

Do discurso libertador da Teologia da Libertação, concomitantemente a Igreja é expressão vivencial de sua práxis nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

Como entender essa fala de Igreja, a partir da celebração vital da fé ? (51).

O específico das comunidades eclesiais de base reside no seu caráter religioso. Este é o eixo em torno do qual se movimentam. As pessoas que participam dessas comunidades, não o fazem por interesse de ordem profissional, educativo ou político. Aí se encontram motivadas pela fé. É a mesma fé em Jesus Cristo, vivida e explicitada em comunhão com a Igreja, que impele a gente simples do povo a participar de comunidade de base.

Para a dona de casa ou o operário, a comunidade de base é o lugar no qual eles rezam e celebram a sua fé. Esta dimensão religiosa é o determinante no universo simbólico das comunidades. As pessoas comparecem às reuniões a fim de rezar, participar do culto, refletir sobre o Evangelho, seguir a novena, assistir à celebração eucarística ou fazer círculo bíblico.

Este dado pode representar um problema para o agente pastoral que queira imprimir outro caráter à comunidade de base. É o caso do agente que queira fazer da comunidade uma reunião sindical ou um centro social. Ora, a comunidade, como Igreja, tem o seu papel específico determinado pela sua natureza e pelos seus objetivos. É certo que, supletivamente, a Igreja pode desempenhar um papel para o qual ela não está destinada, como manter um hospital ou uma escola. Isso se justifica em regiões onde os recursos mínimos de atendimento à população dependem exclusivamente da iniciativa da Igreja. Fora disso, é função do Estado assegurar assistência aos doentes e educação ao povo.

Dentro de sua missão específica a Igreja se propõe hoje, em nosso país, a fazer uma evangelização politicamente libertadora. Isso em razão de um fator subjetivo e de um fator objetivo. O fator subjetivo reside na renovação propiciada pelo concílio Vaticano II, as conclusões de Medellin, a teologia da libertação, a reformulação da pastoral, o reflexo, dentro da Igreja, do aguçamento das contradições sociais, o avanço da consciência política de seus agentes, a retomada da inspiração evangélica traduzida em compromisso efetivo com os mais pobres. O fator objetivo reside na implantação de um regime forte em nosso país, capaz de controlar e abafar as correntes discordantes. Isso fez com que restasse, na conjuntura interna, uma única instituição legal, juridicamente consolidada, ideologicamente arraigada na tradição e nos costumes do nosso povo, e em condições de escapar ao controle direto do poder público: a Igreja. Por força de sua índole religiosa e do seu sistema interno de organização, a Igreja impede que o poder público possa influir diretamente na nomeação, na orientação e na destituição de seus bispos. Sobre qualquer instituição pública ou privada pode ser aplicado um ato institucional removendo as suas lideranças por razões de subversão ou corrupção. Menos sobre a Igreja. Este dado, associado às mudanças internas ocorridas na comunidade eclesial nesses últimos anos, sobretudo em nosso Continente, faz com que a Igreja passe a desempenhar um papel muito especial, devido à falta de partidos políticos em condições de canalizar as aspirações populares e de instituições jurídicas capazes de reagir ao arbítrio do poder. De um lado, torna-se ela a caixa de ressonância das aspirações de justiça, a "voz dos que não tem voz". De outro, por propugnar a redemocratização ou mesmo uma nova sociedade, a Igreja sofre perseguição e se vê aliada aos que são tidos como inimigos do regime. Isso se acentua tanto mais, quanto mais a Igreja

assume a defesa dos direitos humanos e se compromete com a bandeira da libertação social (52).

É dentro desse quadro que muitos agentes do pastoral procuram realizar, em suas comunidades, uma evangelização politicamente libertadora. De uma pregação supostamente neutra, espiritualista, verticalista, mantedora das contradições entre as classes sociais, passa-se a uma evangelização que incorpora o despertar para os problemas sociais, os direitos humanos, a denúncia das estruturas injustas, o projeto global de libertação do sistema capitalista. Assim, nas comunidades, busca-se uma forma de aliar a pregação do Evangelho com o despertar para a realidade, ligar fé e vida, meditar sobre os "fatos da Bíblia" e sobre os "fatos da vida", associar devoção religiosa e postura política, Reino de Deus e construção de uma nova ordem social. Faz-se, em complemento ao discurso religioso, um discurso político.

Ao contrário do que espera o agente pastoral, o povo simples não acolhe com entusiasmo esse discurso político associado ao discurso religioso. Situação um pouco parecida com a dos hebreus que, libertados da opressão no Egito, sentiam saudades do tempo em que viviam como escravos. De tal forma a ideologia da classe dominante se introjeta na consciência do dominado, que este passa a acostumar-se com a "segurança" de sua situação e a temer os riscos de qualquer perspectiva de mudança. Na prática, diante da proposta de libertação, a primeira reação do povo é de impotência, por acreditar na onipotência do sistema, capaz de perpetuar-se; ou de medo, por acreditar na onipresença do sistema, capaz de esmagar qualquer sinal de descontentamento.

Nas comunidades eclesiais de base, o povo participa com interesse quando se trata de rezar, cantar ou celebrar. Quando a reunião ingressa no terreno da vida, dos problemas sociais, os participantes se retraem, ficam reticentes. Devido a

insistência do agente pastoral, é costume alguns membros da comunidade começarem a repetir certos termos que ele adota - como "libertação" - sem, contudo, aprenderem o verdadeiro conteúdo dessa terminologia. Às vezes, esse discurso político consegue estabelecer uma espécie de dialeto progressista entre os membros da comunidade, mas raramente produz uma mobilização efetiva em vista da transformação da realidade. De fato, dificilmente essa absorção vocabular, e mesmo a constatação das injustiças sociais, chegam a se traduzir numa nova práxis ou conduzem a um discernimento diante das contradições existentes. E, muito menos, modificam as formas e expressões comuns à religiosidade popular.

Estabelece-se uma defasagem, entre a proposta libertadora do agente e a reação da comunidade, em geral tímida e medrosa. É como se os membros da comunidade preferissem continuar acomodados em sua opressão, a se arriscarem na busca de uma mudança cujo alcance eles não conseguem apreender. Como superar essa defasagem? Ou, antes, quais as possíveis causas dessa situação ambígua, na qual o discurso libertador, em vez de catalizar, afasta os que mais precisam ser libertados? Pois, não é verdade que alguns membros de comunidades têm procurado outras religiões e seitas "mais espirituais", onde "a reza não é trocada pela conversa sobre salário"? (53).

Em busca dessas possíveis causas, procuremos aprofundar a nossa análise, a partir da prática mesma da pastoral de comunidades eclesiais de base no meio popular.

O discurso religioso e o discurso político -

Nas reuniões das comunidades há um discurso religioso e um discurso político. Na missa, o discurso político se faz no decorrer da liturgia da palavra, sobretudo na explicitação dos textos bíblicos, enquanto o discurso religioso se faz na

liturgia eucarística. No círculo bíblico o discurso político é feito ao se tratar dos "fatos da vida", enquanto o discurso religioso ocorre na meditação do texto da bíblia. No culto, o discurso político se faz pelo comentário do evangelho, e o discurso religioso se faz pelas orações participadas. O povo acolhe o discurso religioso e teme o discurso político. O povo busca^mentusiasmo as manifestações religiosas aparentemente desprovidas de discurso político: a procissão, a romaria, a missão tradicional. Onde estaria o problema, na consciência alienada do povo ou no agente ? Ora, a alienação do povo não deve ser considerada um problema. É um dado. O problema é como enfrentar este dado, ajudando a libertar o povo dessa alienação. Portanto, a razão da defasagem não estaria no povo, mas na falta de clareza do agente pastoral.

Não há, na pastoral popular, um discurso meramente religioso, seguido por um discurso político. Há, dentro do discurso religioso, um determinado discurso político pois a linguagem religiosa e suas formas de expressão não são politicamente neutras. Aliás, não é tanto pelo objeto ou pela temática que abor^dam, que o discurso religioso se distingue do discurso político. É a estrutura de um e outro discurso que diferem. As regras que comandam o discurso religioso não são as mesmas regras que comandam o discurso político. O primeiro se dá a partir da esfera do sagrado, supõe a adesão de fé a uma revelação sobrenatural, fala sobretudo do que deve ser. O segundo se dá a partir da esfera do real, dentro da racionalidade científica, fala sobretudo do que é e visa a transformação da realidade. Entretanto, um contém necessariamente o outro. (54).

Esse dado não é percebido pela consciência metafisicamente dualista do agente, que concebe um discurso religioso anterior ao discurso político e não nota a forte e influente proposta política contida no interior de seu discurso religioso -

no gesto de um rito, na letra de uma música, nas palavras de uma oração.

Portanto, o povo não é, de fato, refratário ao alcance político do discurso religioso. O povo é refratário ao discurso político que ameace e tenda a suprimir o discurso religioso. A proposta política contida no discurso religioso, e simbolizada por este, o povo aceita e acolhe. Ocorre, porém, que esta proposta, aceita pelos membros da comunidade, está forjada à luz da ideologia dominante. Numa determinada sociedade, a ideologia dos membros dessa sociedade é a ideologia da classe que domina essa sociedade. Assim, o povo acolhe o discurso religioso que, politicamente, consolida e confirma a ordem vigente. Ao contrário, o povo recusa o discurso posterior, explicitamente político, pela contradição que ele apresenta frente ao discurso anterior.

Para superar esse impasse, seria preciso não fazer, na pastoral popular, dois discursos sucessivos, como se o religioso fosse neutro e o político o complementasse. Deveria haver um só discurso, próprio ao caráter da comunidade eclesial - o discurso religioso politicamente libertador. Para tanto, é necessário que o agente pastoral consiga apreender o conteúdo político do universo simbólico da religião, conhecer a função integradora do mito e a função mobilizadora do rito, detectar a introjeção da ideologia dominante no universo religioso. Só assim esse agente poderá imprimir ao universo simbólico da religião um caráter libertador. E fazer, junto à sua comunidade, uma leitura do Evangelho pela ótica do oprimido, de tal modo que o seu discurso religioso seja simultaneamente libertador.

O papel ideológico da linguagem religiosa

Numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, por força da contradição entre os que detêm o capital e os que fornecem o trabalho, a ideologia predominante nessa sociedade visa encobrir essa realidade. Uma poderosa arma ideológica é a linguagem, que pode en-cobrir ou des-cobrir o real. A linguagem própria das camadas que dominam essa sociedade procura encobrir as contradições do real, sobretudo a linguagem religiosa. Esta, ideologicamente manipulada pela classe dominante, visa dar ao oprimido a visão de que, tanto a ordem natural quanto a ordem social, decorrem da vontade divina e só por ela podem ser modificadas. Assim, frente a uma natureza hostil ou a uma sociedade injusta, não resta senão rezar, fazer penitência, aprofundar a fé, a fim de que Deus se compadeça dessa situação. Qualquer atitude de mudança dessa realidade por parte do homem, representa uma dupla subversão: à ordem permitida por Deus e às autoridades constituídas por ele (55).

A linguagem religiosa, em nossa sociedade, está historicamente viciada pela ideologia predominante nessa sociedade. É uma linguagem que não reflete as contradições do real, nem concorre para modificá-lo. As suas manifestações simbólicas, como o rito da missa, foram relegadas à subjetividade dos fiéis e perderam a sua genuína força objetiva.

Portanto, o discurso religioso da pastoral popular só será libertador, na medida em que adotar uma nova linguagem, capaz de dar novo conteúdo às suas formas de expressão simbólica. Essa nova linguagem não deve ser confundida com uma linguagem explicitamente política. Trata-se de descobrir uma linguagem especificamente religiosa, intrinsecamente libertadora, tão reveladora do real que posua a mesma força de conversão e mobilização que a linguagem de Deus na Palestina no primeiro século da nossa era.

O universo mental do agente e o universo mental do povo -

É uma característica da formação eclesial, predominante entre os agentes pastorais, a tendência idealista de querer dar mais valor ao que se pensa sobre a realidade que à ação capaz de transformar essa realidade. Julgam-se as pessoas pelo que elas falam, e não pelo que elas fazem. Da mesma forma, esses agentes costumam avaliar um regime social pelo seu discurso ideológico, e não pela situação objetiva da população trabalhadora. Assim, torna-se acentuada a preocupação com a clareza dos conceitos, a ortodoxia da doutrina, a lógica dos enunciados, em detrimento da prática social, da ação libertadora, das tarefas concretas.

Por força desse condicionamento, o agente pastoral faz das reuniões da comunidade uma sessão reflexiva, cerebral, onde a "conscientização" constitui o objetivo mais importante. Ora, por viver num universo onde não há separação entre vida intelectual e trabalho manual, reflexão e ação, conhecimento e experiência, o povo rapidamente se sente saturado por esses cultos discursivos e por essas reuniões intelectualizadas.

O universo mental do agente é muito diferente do universo mental do povo. Essa constatação deve estar clara, a fim de se encontrar uma pedagogia correta na evangelização libertadora. O povo vai à reunião da comunidade para rezar e falar, cantar e suplicar, em atitudes e palavras, e não para absorver a reflexão do agente ou rezar apenas com o espírito, sob um silêncio fúnebre e arrastado. Se observarmos, fora do catolicismo oficial, as manifestações populares de religiosidade, vemos o povo dançando, tocando instrumentos musicais, enfeitando o corpo, partilhando bebidas e alimentos, deixando-se possuir pela divindade. As raízes africanas e indígenas de nosso povo não combinam com essa

liturgia importada da Europa, formal, cerimoniosa na qual quase toda atividade é privilégio do celebrante, enquanto a comunidade quase que só assiste.

Por outro lado, o agente pastoral não apenas deve incentivar as formas próprias de manifestação da religiosidade popular, como também impedir que as reuniões se esgotem em si mesmas. Igreja é missão, serviço no mundo, fermento na massa. Assim, cada reunião da comunidade deveria se prestar a uma avaliação do trabalho e a uma redistribuição de tarefas, a um balanço da ação e a um planejamento de atuação no real, aproveitando-se a própria estrutura do rito religioso: o ato penitencial serve ao momento da avaliação, da autocrítica, enquanto o ofertório serve à reafirmação do compromisso, à distribuição de tarefas, em torno dos frutos da natureza e do trabalho do homem que, igualmente partilhados, prenunciam a sociedade sem classes a ser construída e anunciam a presença do Senhor que conduz a história à plenitude do reino.

A esfera da necessidade e a esfera da liberdade -

Todo ser humano articula a sua vida entre essas duas esferas básicas: a esfera da necessidade e a esfera da liberdade. A esfera da necessidade está diretamente ligada à satisfação de nossas exigências mais elementares, como comer e beber. A esfera da liberdade ultrapassa as nossas necessidades animais e abarca as nossas necessidades especificamente humanas: a investigação científica, o aprimoramento técnico, a festa, a fantasia, a utopia, o lazer, a criação artística, a vida espiritual (56).

A gente simples que participa das comunidades de base faz parte dessa imensa parcela da população que vive imersa na esfera da necessidade. A vida do povo se resume em trabalhar e descansar para continuar trabalhando, a fim de obter recursos

à satisfação de suas necessidades mais elementares: comer, beber, pagar o aluguel ou o crediário, comprar a roupa ou o remédio, tomar o ônibus e enviar os filhos à escola. Já o agente pastoral que não está reduzido ao nível da sobrevivência, não vive premido pela esfera da necessidade. Por força de sua situação de classe e de suas relações sociais, ele tem a sua esfera de necessidade relativamente assegurada. Mesmo que não tenha dinheiro, não passa fome: mesmo que não tenha casa, não dorme na rua; mesmo que não esteja empregado, não se sente ameaçado pelo espectro da miséria. Portanto, o agente pastoral está mais próximo dessa pequena parcela da população em condições de usufruir da esfera da liberdade.

As camadas populares não possuem tempo e recursos para usufruir dos amplos benefícios da esfera da liberdade, acessíveis somente às classes superiores. No entanto, todo ser racional, por mais oprimido que seja, necessita emergir de sua animalidade, de sua necessidade imediata, da luta direta pela sobrevivência. Para o povo, essa esfera do lúdico, da fantasia, da utopia, da maravilha, está no futebol, na cachaca, na roda de samba, nas novelas de TV, na religião. Dentro do trabalho, a vida do povo é opressão, dureza, horário, obrigação, dívidas, perda de energia, cansaço, incerteza. Fora do trabalho, na religião, por exemplo, o povo busca aquilo que a vida real não lhe dá: a fantasia, o sonho, a recompensa, a proximidade com o divino, a glória, a bênção de Deus, as graças dos santos, a utopia, o milagre.

O agente pastoral, por mais consciente que seja, também não pode passar sem essa esfera lúdica, da fantasia, da utopia, da maravilha, da gratuidade. Mas, por força de sua situação de classe e de suas relações sociais, não precisa esgotar essa necessidade humana na religião: Vai ao cinema ou ao teatro, à

praia ou ao bar, à festa ou ao sítio, à ociosidade ou à diversão. E não procura fazer dessas atividades um mecanismo de conscientização política - embora todas elas encerrem um determinado conteúdo político. No entanto, esse mesmo agente, quando anima o culto popular, procura fazer do culto um mecanismo de conscientização política. Ora, isso é quase o mesmo que ir com os amigos à praia num domingo de sol e, lá chegando, alguém propor ficarem lendo e discutindo o último informe econômico da Fundação Getúlio Vargas... Em suma, ao comparecer ao culto e encontrar uma reunião em torno de fome, salário e opressão, o povo se sente ludibriado, cestrado em sua esfera de liberdade, imerso ainda na esfera da necessidade, justamente quando tentava se livrar dela por alguns momentos. Daí o afastamento da comunidade, a busca de outras religiões mais "espirituais", ou mesmo de manifestações religiosas católicas "apolíticas".

Esse impasse não seria superado pelo novo respeito ao culto tradicional e às formas espontâneas de manifestação da religiosidade popular. À menos que estejamos convencidos de que a religião possui, numa sociedade opressiva, o mesmo papel que uma diversão ou uma fantasia. Se, porém, acreditamos na revelação de Deus como des-cobrimento da realidade, desnudamento das contradições e explicitação do sentido último e absoluto do movimento histórico, então uma tarefa se nos impõe: a de encontrar uma forma de articular os elementos místicos, utópicos, festivos, próprios do universo religioso, e o conteúdo da fé cristã, oriundo da Revelação, de modo a fazer com que essa força simbólica desencadeie energias libertadoras. Portanto, nem podemos admitir essa manipulação ideológica que faz da religião uma válvula de escape da opressão vigente e fator de alienação da consciência popular; nem podemos destituir a religião de seus elementos próprios, a ponto de não saber distingui-la de uma reunião política.

Fé x Política: Contradição no discurso da Igreja ?

Como comunidade da Igreja, as comunidades de base têm um caráter próprio que não pode ser esquecido. O fato dessas comunidades estarem organizando uma parcela das camadas populares, despertando-a para a força de sua união - numa época em que nenhuma outra instituição, exceto a Igreja, pode atuar legalmente junto à base popular sem prestar contas ao poder público - não significa que o processo de libertação se esgote na e pela Igreja. A Igreja não pode pretender substituir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de bairro, os mecanismos próprios de luta política, embora possa, supletivamente, preencher o vazio deixado pela quebra desses mecanismos. Saiba-se, porém, que esta é uma função transitória e provisória que a Igreja, enquanto tal, pode desempenhar precariamente (TV).

Exigir das comunidades de base que elas sejam, simultaneamente, oposição sindical, embrião partidário, centro social, é confundir as coisas, limitar o trabalho junto ao povo, mormente pelo caráter excludente desse instrumento que é a comunidade de fé. Quanto mais clareza tivermos a respeito do papel social e histórico da Igreja, decorrente de sua missão teológica, quanto mais entendermos as suas limitações concretas, subjetivas e objetivas, mais clareza teremos quanto ao caráter das comunidades, a seu papel e suas limitações.

Comunidade da Igreja não deve ser outra coisa senão comunidade de fé. Essa afirmação nada tem a ver com certa concepção de uma Igreja politicamente neutra, ideologicamente imune, socialmente pairando acima das contradições entre as cla-

ses. Falamos de uma comunidade de fé, animada pelo Espírito, destinada a anunciar, explicitamente, por palavras e ações, a mensagem libertadora de Jesus. Comunidade comprometida com a opção radical de Jesus pela libertação dos oprimidos, na qual se revela a plenitude do amor do Pai. Comunidade que exerce, dentro da história, o papel de sal, fermento e luz, a partir da sua união em torno da Palavra de Deus e do Espírito que conduz a história na direção do reino.

A fé informa toda a vida do cristão e exige o seu compromisso com a transformação permanente da história, até que o Senhor faça novas todas as coisas. Sendo essencialmente comunitária, a fé se alimenta, se firma e se exprime a partir desse espaço determinado que chamamos de Igreja. Assim, todas as vezes que a comunidade eclesial se dedica a atividades político-partidárias, educativas, assistenciais, relegando a segundo plano o seu papel específico de animação da fé, os seus membros tendem a não crescer na vida de fé. Neste caso, a Igreja acaba assumindo tarefas que não lhe são próprias e para as quais não está preparada (50).

Uma, é dever dos cristãos, junto aos demais homens, criarem os mecanismos próprios à luta política, organizarem sindicatos, mobilizarem o povo em suas reivindicações específicas - sem conotações confessionais ou vinculação à Igreja. Pretender que a comunidade eclesial como tal seja, com exclusividade e por tempo indeterminado, uma espécie de mecanismo de luta política, é estar disposto a pagar o ônus de um processo histórico castrado, com instrumentos eficazes de luta e, por outro lado, de ter uma Igreja impotente, fracassada, diante de tarefas a que se propõe, sem condições de efetivá-las.

Do discurso genérico à ação concreta -

O discurso religioso é, por natureza, um discurso

genérico, simbólico, ético, que estabelece uma meta, um projeto, aquilo que deve ser, sem propor mediações concretas dentro de uma estratégia definida. Não é um discurso analítico. Assim, o discurso religioso enuncia princípios, mas não desce aos detalhes da aplicação; estabelece normas, mas não determina um plano de ação; aspira à justiça, mas não diz com que meios alcançá-la dentro de uma circunstância concreta.

O agente pastoral procura conscientizar os membros da comunidade, falando-lhes de fraternidade, união, direitos humanos, mundo novo, ricos e pobres. Por mais que a comunidade esteja aberta a estas prepostas genéricas, elas não são suficientes para operar uma mudança na prática da comunidade. Mesmo que a comunidade deseje ardentemente um mundo de justiça - o que fazer concretamente para alcançá-lo? Quase sempre o agente pastoral não sabe ajudar a comunidade a encontrar resposta a esta questão.

O discurso genérico é capaz de sensibilizar a consciência popular, mas não é capaz de mobilizar o povo. É uma consciência sensibilizada, sem ação consequente, é como um tronco sem raiz. Acaba perdendo a sua vitalidade. Cu conduz a uma profunda alienação, frequente nos meios eclesiais: a de reduzir a realidade ao nível dos conceitos, como se o discurso sobre a história fosse suficiente para transformá-la.

O povo não se mobiliza em função de bandeiras genéricas, de caráter jurídico-político, próprias à consciência progressista da classe média. O povo, num primeiro momento, se mobiliza em função de seus interesses diretos: água encanada, luz para o bairro, mais transporte, segurança no trabalho, custo de vida, loteamento clandestino, etc. É através de ações concretas em função desses interesses imediatos, que o povo chega a absorver e a entender a força de sua união, a luta pela justiça, a

busca de um mundo novo. É só através dessas ações concretas é possível avaliar o resultado objetivo do trabalho feito pela comunidade.

Essa animação feita pela pastoral popular, traduzida em tarefas e lutas específicas, permitirá ao povo criar os instrumentos próprios à sua organização e à sua ação política, com ônus para a comunidade eclesial.

Dentro desse programa de ação, deve o agente pastoral estar consciente da diferença de níveis de aspirações entre a classe média e a camada popular. Por ter as suas condições econômicas de vida relativamente asseguradas, a classe média é mais sensível às reivindicações políticas, especialmente as que refletem o seu próprio interesse de classe, como a luta pela cristia, constituinte, direitos humanos. Essas demandas, embora revertam indiretamente em benefício do povo, não são capazes de mobilizá-lo, uma vez que as reivindicações específicas do meio popular não se colocam diretamente no nível jurídico-político, mas no nível econômico. Exemplo disso é a mobilização popular pela custo de vida, pela reposição salarial e, no campo da luta pela terra.

História e transformação da realidade -

Ué, na consciência do agente pastoral, um dado que determina tanto a sua palavra quanto a sua ação: a percepção da vida e do tempo como movimento histórico. Esta é a espinha dorsal na qual centramos e enraizamos as nossas ações, as nossas discernimentos, as nossas buscas, a nossa vivência de fé. Dele decorre uma práxis transformadora do mundo.

Este dado é intrínseco à revelação cristã, cuja base é a história de um povo e a práxis revolucionária de um homem, Jesus de Nazaré. Todavia, a consciência popular, condicionada pe

la ideologia dominante, nem percebe a vida e o tempo como movimento histórico, nem produz uma práxis de transformação do mundo. Este é concebido como imutável. A consciência popular não possui essa espinha dorsal, na qual as categorias libertadoras possam ser enraizadas. O povo percebe a vida como fenômeno biológico e não como fenômeno biográfico. Assume-a como uma prova a ser recompensada por Deus. Sua percepção do tempo não coincide com a do agente pastoral, pois é cíclica, imediatista, fatalista. Seu calendário é marcado pelos principais acontecimentos de sua própria existência. Não há percepção, perspectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização social (59).

Seria necessário, como mínimo, nos níveis das comunidades: a consciência de vida e do tempo como movimento histórico e uma atuação que modifique, de alguma forma, a realidade. Só nessa perspectiva é possível acreditar no Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, no Deus da história, que se revela pelas sinais da libertação do povo. Só essa consciência histórica, fundada numa práxis, é capaz de permitir que a pastoral popular tenha uma ressonância libertadora, voltada para a construção de um mundo futuro cuja plenitude já está assegurada, na fé pela promessa do Senhor.

A mudança de lugar social -

Da parte do agente pastoral, é preciso que ele passe a apreender a fé, a história, a vida pela ótica do oprimido. Isso só é possível através de uma mudança de lugar social. Passar do lugar social do opressor, para o lugar social do oprimido. Isso não significa necessariamente mudar de local de moradia, residir num bairro da periferia ou na roça. Significa, antes, uma postura adquirida sob duas condições:

- Um compromisso eficaz com os interesses objetivos dos oprimidos: Por força da dominação a que estão submetidos, muitas vezes os oprimidos não percebem, subjetivamente, os seus interesses objetivos. Uma das tarefas da pastoral popular é pôr fim a esta alienação. Para tanto, é necessário que o agente faça desses interesses objetivos os seus próprios interesses, rompendo com os interesses objetivos das classes média e alta. É claro que passar a viver territorialmente junto aos oprimidos propicia, ao agente pastoral, melhores condições para essa sua conversão evangélica, na medida em que ajuda a apressar sua inserção no meio popular. Mas não é o simples fato de morar no meio do povo que consolida o compromisso do agente com este mesmo povo. Para que se efetive este compromisso, é necessária a outra condição.

- Uma mudança de ótica: Uma modificação da nossa maneira de ver e entender o homem e a vida, e de ler a história. Para tanto, não nos basta estar inseridos no meio popular, pois a maneira de o povo ver e entender é pela ótica dominante, que ele introjeta sob influência da cultura e dos costumes vigentes. Essa mudança de ótica se opera, ao nível da fé, por uma radicalidade evangélica capaz de assumir a preferência de Jesus pelos mais pobres e, ao nível da radicalidade, por uma ideologia contrária à dominante em nossa sociedade. Como encontrar essa ideologia contrária à dominante ?

Não se pode buscá-la na consciência popular, eivada de elementos da ideologia dominante, introjetada graças, sobretudo, aos meios de comunicação social. Nem se deve pretender encontrá-la nas teorias elaboradas pelos intelectuais que gozam de um lugar ao sol no sistema e não possuem nenhuma prática popular. Essas teorias não servem senão para justificar o próprio sistema ou tentar preservá-lo mediante possíveis reformas. Assim, só uma ciência sistematize os interesses objetivos dos oprimidos,

capaz de dissecar as contradições internas do capitalismo, de analisar o seu processo de produção de mercadorias, a articulação das forças produtivas com as relações de propriedade, dentro de uma concepção dialética, pode propiciar essa ética a partir do oprimido.

A fé nos fornece, pela revelação divina, o sentido último e absoluto da história, mas não se propõe a nos explicar o movimento dos astros ou a produção da mais-valia. A fé tem a sua dimensão específica, que deixa de ser respeitada todas as vezes que se procura fazer da fé uma racionalidade da história. Ora, os fenômenos da história só podem ser explicados pela ciência da história. Essa ciência tem o seu estatuto próprio que, como toda ciência, a fé deve admitir e respeitar. Dentro do sistema capitalista, só à luz dessa ciência podemos compreender a realidade em que atuam as forças que se interagem no curso da história.

Formação e Mentalização: Base para ação social

Vimos que há diferença entre o universo mental do agente pastoral e o universo mental dos membros das comunidades. A mudança do lugar social, como foi dito, pode reduzir essa defasagem. Contudo, isso não é suficiente para solucionar o problema. É o próprio povo que deve assumir a direção de sua caminhada. É claro que não serão todas as pessoas do meio popular a tomarem as mãos dessa direção. Serão as lideranças geradas e consolidadas pelo próprio trabalho. Essas lideranças constituirão a ponte entre o agente pastoral e a comunidade popular, formando efetivamente a vanguarda pastoral.

Com vanguarda pastoral o trabalho fica na dependência do agente. O povo não assume a caminhada sozinho. Com a eventual saída do agente, o trabalho corre o risco de regressar à estaca zero, por falta de pessoas da própria comunidade formadas para levá-lo adiante. Com a chegada de um novo agente, dotado de outra visão pastoral, nova dependência se estabelece, fazendo com que a comunidade passe a caminhar numa direção diferente da primeira. Em outras palavras, para que um agente pastoral possa avaliar positivamente o resultado de seu trabalho, ele deve estar seguro de que, caso seja afastado da área, a comunidade prosseguirá caminhando no mesmo rumo.

A vanguarda pastoral não nasce espontaneamente. A formação na ação, a partir da prática, não se dá pela simples participação espontânea da comunidade, mas exige momentos de recuo perante a prática, nos quais a ação pastoral adquire o seu embasamento teórico. Sem essa abstração do real, sem essa reflexão sobre a ação, sem esse emergir da situação dada, a vanguarda pastoral não adquire visão de conjunto de seu próprio trabalho, nem conhece o seu projeto histórico (66).

Um dos mecanismos apropriados à formação da vanguarda pastoral é o treinamento.

A função do treinamento é qualificar o pessoal da base; formar os próprios agentes da base; consolidar a vanguarda pastoral. O treinamento é permanente. Não se esgota numa única reunião ou num encontro de fim de semana. Assim, como os agentes pastorais têm seus encontros frequentes (treinamento permanente), o treinamento cria aos elementos de vanguarda o espaço necessário ao aprofundamento e à avaliação de sua prática - de prática da comunidade.

Para que haja mudança social são necessárias condições objetivas e condições subjetivas. São condições objetivas: a conjuntura internacional e nacional, a crise econômica, a incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as atuais relações de propriedade, o desemprego, a luta contra a tradição entre as classes, o desgaste político do governo. Enfim, tudo aquilo que, independente da nossa vontade, concorrea para tornar patente a necessidade da mudança. São condições subjetivas: a consciência política do povo, os partidos representados e a transformação, a organização popular, a vanguarda em condições de orientar o processo de mudança. É a soma das condições objetivas e subjetivas que modificam a realidade.

Todo trabalho de conscientização popular, em vista da libertação, tem a finalidade de - independente da intenção de seus agentes - criar as condições subjetivas. Dar ao povo a consciência da opressão em que vive e da libertação de que é capaz. Essa consciência libertadora não nasce espontaneamente no povo. Por mais sofrido que seja um povo, ele não adquire, automaticamente, essa consciência. Essa consciência não pode nascer onde só a ideologia dominante predomina. O melão não nasce de semente de laranja, não nasce abacate. A consciência libertadora do povo vem de fora do povo. Vem dos membros da classe média e dos intelectuais que se comprometem com a causa do povo. Vem da ciên

cia da história e da ideologia que ela reflete numa dada realidade. O treinamento é o veículo pelo qual se opera essa mudança na consciência e, portanto, na prática dos agentes de base. Sem treinamento não há formação de vanguarda pastoral e sem vanguarda não há crescimento qualitativo da pastoral popular e continuidade de trabalho assegurada.

A formação de agentes da base para a base fará surgir, evidentemente, pessoas de origem popular com um nível de reflexão, emprego adequado de certos conceitos, maior capacidade de verbalização, interesse por livros. Aplicada a esfera de liberdade iguais que, antes, viviam asfixiados na esfera da necessidade. Isto é normal e positivo, pois propiciará, a esta vanguarda, uma situação mais humana. Seria um grave erro encarar esse processo de promoção e qualificação como uma forma de elitização dos elementos de base - como se a ignorância, a falta de reflexão, a dificuldade de se exprimir, a incapacidade de abstração e de visão global da história, fossem valores populares e não frutos da opressão em que o povo vive. O importante é que essa conscientização do elemento de base aprofunde o seu compromisso com o meio de origem.

Não é por saber falar uma língua estrangeira ou tocar um instrumento musical que um operário deixa de ser operário. É o lugar que ele ocupa objetivamente no processo de produção social que define a sua condição de operário. Não devemos dos sintomas da opressão em que vive o povo, um elenco de virtudes; nem do alto nível de politização, mais uma propriedade privada das classes dominantes...

O populismo e o vanguardismo -

Dois desvios devem ser evitados na prática da pastoral popular: o populismo eclesial e o vanguardismo eclesial.

O populismo eclesial é a atitude dos agentes que generalizam o povo, a ponto de defenderem a não-intervenção nas comunidades. Esta tendência acredita que o povo, por si só, é capaz de se conscientizar e de se libertar. Desconfia de toda e qualquer sugestão ou idéia que não partam do próprio povo. Nas reuniões, deixa que só o povo fale. Os agentes desta tendência preferem ficar calados, aprendendo com os participantes, absorvendo a sabedoria popular. Desconfia de toda e qualquer sugestão ou idéia que não partam do próprio povo. Nas reuniões, deixa que só o povo fale. Os agentes desta tendência preferem ficar calados, aprendendo com os participantes, absorvendo a sabedoria popular. Despoitam a religiosidade popular assim como ela se apresenta. Em sua opção pelo povo, procuram viver como o povo vive, trabalhar como o povo trabalha, e se comprometem a fazer os passos que o povo dar (61).

Esta tendência se revela também no trabalho espontaneísta, sem planejamento e avaliação, feito de qualquer maneira, à base do "eu-achismo", sem análise da realidade, sem clareza de objetivos e ações atingidos, senão os universalmente genéricos. Essa tendência abarca os agentes que não se qualificam para a inserção no meio popular, como se este não merecesse um mínimo de respeito e servisse de cobala a qualquer improvisação pastoral. É o caso de agentes, sobretudo religiosos, que são transferidos da esfera burguesa para a esfera popular, sem nenhuma preparação, nenhum treinamento, nenhuma leitura, nenhum conhecimento da realidade. Tendem a confiar apenas na própria intuição pastoral e em sua capacidade de improvisação, graças ao poder que a instituição eclesial lhes concede.

Sob a máscara de profundo respeito ao povo, esse populismo eclesial se contradiz, ao julgar necessária a presença de seus agentes junto às comunidades. Isto revela que, de fato,

ele não acredita que o povo seja capaz de, por si só, assegurar o trabalho - tanto que a caminhada das comunidades é animada por esses agentes.

Por outro lado, no estilo obreirista ou pauperizante, com que vivem no meio do povo, os partidários desta tendência ajudam a reforçar a falsa idéia - embora difundida - de que a pobreza é uma virtude agradável aos olhos de Deus. Assim encobrem a verdadeira causa da pobreza, que é a contradição entre os donos do capital e os fornecedores de mão-de-obra. Esquecem-se que a Palavra de Deus aponta a pobreza como sinal de injustiça, sem jamais canonizá-la. Se chama o pobre de "bem-aventurado", não é pelo fato de ele ser pobre, mas pelo fato de ele merecer a promessa da posse do Reino, sacramento de um mundo novo que não interessa sendo aqueles que só têm a ganhar com a mudança. Se a Igreja, a exemplo de seu Mestre, faz algo pelo pobre, não é pelo sentimento de partilhar dessa condição social, mas, na linha da encarnação, de assumir a situação do pobre para ajudá-lo a se libertar da pobreza - não pela ascensão às outras classes, mas pelo fim das contradições antagônicas entre as classes (42).

O vanguardismo eclesial é a atitude dos agentes que julgam o povo incapaz, ignorante, que julgam autosuficientes no encaminhamento da pastoral popular. Acredita nesta tendência que não tem o que aprender com o povo, nem se deve perder tempo, respeitando a caminhada das comunidades. O importante é politizar o mais depressa possível as bases populares. E os vanguardistas acreditam mais nas próprias idéias que na prática testada e avaliada em comunidade.

Resulta esta tendência de uma formação elitista, derivada da crença moldada pela ideologia dominante, de que a história é feita por aqueles que detêm o poder. No fundo, esta ten-

dência desconfia da capacidade de o povo assumir o seu próprio processo pastoral. Nem sequer abre condições para que elementos da base possam se qualificar e participar das decisões pastorais. Reflete esta posição uma incapacidade de descobrir, por trás do discurso verbalmente limitado do povo, toda uma riqueza de linguagem que se exprime de vários modos. Por outro lado, esta tendência aceita, intrinsecamente, que o povo deve ser manipulado, dirigido, empurrado, consolidando a divisão social que determina a dominação das camadas privilegiadas sobre as camadas populares.

É através da análise da realidade em que atua, que o agente pastoral pode, junto à sua comunidade, determinar os objetivos de seu trabalho. Essa análise é que mostra qual o papel da Igreja na dada situação, inclusive as tarefas que, supletivamente, ela deve assumir. Tendo-se clareza quanto aos objetivos, o planejamento do trabalho deve ser definido a longo prazo, o médio prazo e a curto prazo. Planeja-se o que é possível avaliar concretamente. Assim, planejar uma "conscientização das bases" é uma proposta genérica demais que não permite, ao fim de um período de trabalho, avaliar o resultado. Mas se dentro desse objetivo se planeja realizar cinco treinamentos ou uma campanha por mais transportes no bairro, então é possível saber o resultado pela verificação do programa de trabalho estabelecido.

Dentro da programação devem ficar claras as prioridades a serem atingidas e os meios pelos quais os objetivos serão progressivamente alcançados. Cada pessoa envolvida na missão deve saber qual é a sua tarefa específica e dizer em que carga horária e em quanto tempo pretende cumpri-la. Em se tratando de evangelização, a comunidade deve estar ciente de quem ela irá evangelizar, como se fará isto, o que se pretende atingir e em quanto tempo. Mesmo que esse planejamento não possa ser cumprido, pelo menos ele ajudará a pastoral a descobrir os seus desvios e

as suas dificuldades - e só na medida em que houver consciência da limitação, é que haverá esforço para superá-la.

O Discurso Social Político da Igreja no Brasil

Ainda hoje a imensa maioria dos brasileiros é batizada na Igreja Católica e uma boa maioria continua a fazer questão de celebrar o casamento na Igreja, seja por convicção, seja bom número de vezes por tradição ou pressão social.

Quer queiramos quer não, apesar de toda uma série de transformações: separação da Igreja e do Estado (1890), instalação das Igrejas protestantes históricas, multiplicação dos Pentecostais e das Assembléias de Deus, surgimento da Igreja Católica Brasileira, reviviscência das religiões afro-brasileiras, difusão do sincretismo religioso e das "religiões" orientais - quer queiramos quer não, a Igreja Católica no Brasil é um fato sociológico indiscutível e que comporta um peso político com o qual é preciso contar.

Acresce que a partir de 1952 surge a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - a CNBB (hoje, a segunda mais numerosa do mundo, com cerca de mais de 300 bispos) que aos poucos vai se firmando, suscitando um trabalho coordenado, planejando em âmbito regional e também nacional. Ao passo que antes cada bispo vivia e trabalhava por sua própria conta, mais em contacto com Roma, através da nunciatura, do que com seus vizinhos de episcopado... A não ser quando surgia uma liderança como a do cardeal D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro (1921/42). Hoje, mesmo levando em conta as variadas tendências existentes em episcopado tão numeroso, com problemas tão diversificados e de origens às vezes tão diversas (dos 30 e poucos prelados da Amazônia apenas 3 ou 4 são brasileiros), já se torna possível - em clima de plena liberdade - que as Assembléias gerais do episcopado aprovem documentos significativos e de peso como "Exigências cristãs de uma ordem política" (fev. 1977); e que venham a criar e a

dar cobertura a organismos atuantes e discutidos como o CIMI (Comissão Indigenista Missionária), para os índios, MEB (Movimento de Educação de Base) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) (63).

"A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) nasce, em 1952, dos contatos, debates e objetivos de um grupo de bispos, na sua maioria do Nordeste, sob a coordenação de D.Hálder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Eram pastores que tiveram longa experiência de Ação Católica, que viveram de perto problemas pastorais abordados com uma visão e métodos modernos , acompanhando, como assistentes eclesiais, militantes, leigos no engajamento de sua militância cristã em meio a complexas realidades temporais".

"Só uma política muito hábil conseguiria firmar aos poucos a autoridade da CNBB, sua necessidade como catalizador nos momentos críticos, sua função de ajuda concreta na orientação da pastoral mais adequada e nas posições da comunidade eclesial em face de situações delicadas que se multiplicarão na década de 1960.

Durante dez anos, o grupo inicial de bispos, enriquecido com outros elementos, promovidos ao episcopado em cadeia de afinidade e sugestões, controlará, praticamente as linhas mestras da orientação da entidade máxima da hierarquia brasileira, fazendo com que a Igreja se postasse na linha de frente das diretrizes de reforma social. Esta atitude receberia um respaldo de segurança e estímulo com a atuação do Papa João XXIII ao fazer um apelo premente por uma "pastoral de conjunto"(1958/1959)". (64).

"No início do decênio de 1960 a Igreja no Brasil vai responder com o Plano de Emergência (1962) aos reclamos de João XXIII que, desde 1958, preocupado com o caso de Cuba, urgia uma atenção pastoral coordenada e preparada em bases técnicas.Os

dez anos de experiência da CNBB formariam a retaguarda das possibilidades de uma execução em âmbito nacional.

As proposições do Plano de Emergência nos revelam as linhas da comunidade eclesial, procurando o equilíbrio de um programa pastoral que não perdesse de vista, ao mesmo tempo, as atividades de base (vida interna) e a projeção da Igreja no social com orientações oficiais para os católicos, no momento vivamente divididos. Este objetivo de harmonizar atividades internas e externas se revela na própria divisão do Plano de Emergência : na primeira parte, inclui reforma paroquial, reforma do ministério sacerdotal, reforma dos educandários, Pastoral de Conjunto ; na segunda parte, econômico-social, visa às frentes agrárias levando à sindicalização rural, Movimento de Educação de Base, Formação de Líderes, eventual colaboração com a Aliança para o Progresso, a coordenação de Obras Apostólicas e Sociais, Aliança Eleitoral pela Família (65).

Ainda ao se falar dos resultados da V Assembléia Geral Ordinária da CNBB (25.04.62), insiste-se sobretudo, em sua parte em um plano para a Igreja no Brasil:

"Os problemas sociais estão na ordem do dia. A missão de pastores pede aos Bispos uma atenção especial neste campo, abrangendo todos os seus aspectos" (66).

Focaliza-se principalmente que:

"Somos (os bispos) solícitos no combate ao Comunismo, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos ver a ditadura do Estado Marxista, mas nem sempre sentimos a ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo das estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização" (67).

Sem dúvida nenhuma, vê-se que mesmo ao se tratar dos problemas sociais, o enfoque não se dirige estruturalmente

para o social, mas tem suas vistas voltadas para o "esforço de cristianização" a ser (ou que tem sido) executado.

Reviu-se, ao tratar dos problemas econômico-sociais, as atividades que vinham se desenvolvendo através do Movimento de Educação de Base (MEB), das Frentes Agrárias e do trabalho de Sindicalização Rural, da Formação de Líderes e da Aliança Eleitoral.

Sem emitir nenhum "documento especial" neste campo, acrescenta-se no Plano de Emergência a declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a mensagem da Comissão central da mesma, ambas datadas de 14 de julho de 1962.

Nessa "Mensagem" faz-se um "veemente apelo a todos os Poderes da República, sem distinção, no sentido de corresponderem às esperanças do povo, que deseja e reclama um Governo firme, bem orientado e organicamente estabelecido, coordenado nos seus diferentes setores e harmônico nos seus múltiplos órgãos, de maneira a inspirar o respeito e a confiança, que procedem do Direito, da Lei e da Autoridade. Só então poderemos promover as chamadas Reformas de Base, recalmadas por todos e de urgência inadiável. Entretanto, de nada valeriam os melhores códigos ou as leis mais justas, sem um clima de honestidade e de segurança por parte dos governantes e governados" (68).

Se bem que no texto citado percebe-se indiretas referências discordantes ao esquema político desenvolvido pelo Presidente Goulart e seus auxiliares, vê-se também que a Igreja assumia como suas as reformas de base por ele propugnadas, enfatizando as referentes à situação agrária e à situação educacional, as quais ela (CNBB), além de apoiar, fazia também área de sua atuação (MEB, Sindicatos Rurais e Frentes Agrárias).

Na mesma data da "Mensagem" acima analisada, 14 de julho de 1962, a CNBB dá divulgação a esta declaração, que,

além de focalizar aqueles mesmos aspectos, ainda afirma que embora sem desejar "insuflar as massas" não pode deixar de fazer "um apelo a quantos se sintam, em consciência, responsáveis pela afluência do povo, de modo especial pela fome que decorre da impossibilidade de adquirir os gêneros de primeira necessidade".

Insiste-se em que o governo deve estar imbuído de desejos de ser "exemplo de honestidade, austeridade e interesse prioritário pelas necessidades do povo".

Após denunciar os "exploradores da miséria e especialmente os "comunistas" e lembrar que "às autoridades incube deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, através de Sindicatos, na direção de greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva", a Declaração diz saudar "com alegria, as reformas de base, que passaram a ser o anseio de todos os responsáveis, - Poderes da República, Partidos Políticos, Classes Dirigentes". Ainda declara-se como "inadiáveis", principalmente as "Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Eleitoral, Reforma Administrativa".

Em conclusão, pode-se afirmar que estes três documentos (Plano de Emergência, Mensagem e Declaração da Comissão Central da CNBB), situam-se de início numa perspectiva de lucidez: "tenhamos a coragem cristã de reduzir às devidas proporções nossa veleidade de sermos o maior país católico do mundo" (69).

Em meados de fevereiro de 1963, encerra-se, ainda, a Primeira Semana Rural de Minas e Espírito Santo, semana esta promovida pelo Secretariado Regional Leste II da CNBB. Sua finalidade foi reunir bispos, sacerdotes e leigos, "para estudar juntos e juntos planejar".

Nesta semana, o assunto Reforma Agrária, como era de se esperar, foi largamente debatido. Conclui o documento ela-

borado na dita semana, de maneira incisiva:

"Chega de promessas e de demagogia. Até hoje não se fez nada de expressivo pelo meio rural. Queremos, de imediato, a reforma agrária. Mas esta reforma, em Minas Gerais pelo menos, não consiste só em divisão de terras, porque, de acordo com pesquisas dignas de fé, o que nos falta não é apenas a terra para o homem, é também o homem para a terra. Queremos, pois, de imediato, uma reforma agrária que proporciona condições de vida na terra para o nosso homem do campo" (70).

Mais radical ainda é a declaração de 30 de maio de 1963 da Comissão Central da CNBB, mais precisa em sua crítica contra o "sistema" capitalista. Neste documento, os bispos brasileiros afirmam, retomando a mesma linha das "Mensagem" e "Declaração" inseridas no Plano de Emergência:

"As massas populares não participam do processo brasileiro, porque a miséria continua, assim como a mortalidade infantil, com suas assustadoras cifras, e o impacto das realidades rurais e urbanas é a causa de gravíssimas situações como a despersonalização (...) Também, ninguém pode pensar que a ordem na qual nos vivemos seja aquela que a nova encíclica proclama como o fundamento inabalável da paz. Nossa ordem está ainda muito viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista, que dominou o Ocidente durante os séculos passados(...)" (71).

Podemos sentir nesse modo de falar incisivo da Igreja, o delineamento de uma mentalidade mais aberta e compromtida como organismo ou instituição.

Do seu nascimento aos nossos dias a CNBB foi absorvida por um grupo episcopal mais engajado. Seus documentos, cuja amostragem já pudemos divisar, refletem um modo de falar daqueles que querem uma Igreja popular, envolvida na realidade social, que luta pela dignidade e libertação do homem.

Anteriormente à revolução de 64, mesmo diante dos questionamentos do "fantasma" do comunismo, a Igreja tem coragem de demonstrar sua opção por uma reforma social de base.

Após 64, com a prudência que até certo sentido encoberta uma demagogia, passa a atuar na contestação do regime. Como força um tanto mais resguardada, com amplo respaldo popular, toma a voz do povo através de seus pastores.

Sentimos aqui a divisão de duas facções, aquela comprometida com o poder e respaldada pelo messianismo espiritualista, minoritária mas com vultos de expressão no episcopado, e esta, a da maioria, que se compromete com o povo e luta pela sua libertação, no sentido de um messianismo histórico. Esta última facção é a que mantém a liderança da CNBB. Daí na sua fala oficial estar sempre presente um toque existencial e um sinal de inserção na vida do povo de Deus.

Este posicionamento foi dando força às atuações de cada bispo em suas dioceses e mesmo na sua união nas regionais.

Dividida por regiões episcopais conforme divisão territorial, a CNBB passa a atuar mais concretamente em cada uma dessas partes. Conhecedores da problemática regional os pastores se unem para pronunciarem-se como grupo diante das mais diversas realidades. Nos lugares de maior conflito social, vamos encontrar também uma ação mais presente quer de um bispo pessoalmente, quer do colegiado episcopal regional. Assim os regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste da CNBB, passam a figurar como grupos questionadores e de franco protesto contra as atitudes do governo. Tudo pelo fato de nessas áreas se darem os grandes conflitos sociais de terra e indígenas.

Por outro lado nas grandes metrópoles como S. Paulo, Rio e outras capitais, surgem como expoentes figuras indivi-

duais do episcopado ou do clero, que se colocam na linha de frente da contestação. São os que apoiam os operários, os grevistas ou aqueles cujos direitos fundamentais são lesados.

Essa voz dos fatos repercute persuasivamente no seio da comunidade tanto eclesial como civil. Nesse sentido analisaremos no segmento seguinte dessa dissertação.

Mas no decorrer de sua história a Igreja no Brasil, identificada no seu organismo máximo a CNBB, tem feito ouvir a sua voz. Através de suas assembleias gerais e de seus escritos divulgados pela Comissão Episcopal de Pastoral, tem se pronunciado sob os diversos aspectos de sua missão social: * Igreja e Política * Comunidades:Igreja na Base * Pastoral Carcerária * Igreja e Educação * Pastoral da Saúde * Pastoral Social * Pastoral da Terra * Prostituição:desafio à sociedade e à Igreja * Manual simplificado do trabalhador rural * Por uma sociedade superando as dominações * Subsídios para uma política social * Sobre conflitos de terra * Direitos dos povos indígenas (72).

Esses e muitos outros títulos nos dão ciência que o colegiado eclesial está atento às realidades sociais.

Na análise teológica do documento sobre "Igreja e Política", encontramos textos como este, que justificam a missão crítica da Igreja na sociedade:

"O fundamento da missão crítico-social da Igreja repousa na incumbência, recebida de Cristo, de anunciar e urgir o crescimento do Reino até que toda a Criação seja conduzida à plenitude. É em vista do mundo-que-há-de-vir, mundo de Paz, de Justiça, de Amor e de Reconciliação, que a Igreja procede

à leitura dos acontecimentos presentes e clama por uma comunidade onde haja mais Paz, mais Justiça, mais Amor e mais compreensão. É com os olhos fitos no Evangelho do Reino que ela pode e deve denunciar os que contrariam os projetos divinos atinentes à comunidade humana, como também animar os que promovem condições mais humanas de realização do bem comum.

A Igreja, face à realidade sócio-econômico-política, não pode renunciar ao múnus de proferir um juízo evangélico com relação à humanidade ou desumanidade da situação. A compreensão que a Igreja tem de si mesma e do Evangelho levam-na a ver em cada ser humano uma pessoa criada à imagem e semelhança de Deus, destinada a uma vida em plenitude. Vida em plenitude não só no futuro distante, além do tempo, mas já no momento presente. Para chegar ao seu pleno desenvolvimento, toda pessoa e toda sociedade devem ter garantidos alguns direitos que lhes são conferidos não pelos homens, mas pelo próprio Criador. De acordo com um ensinamento já muitas vezes proclamado pela Igreja, alguns direitos são universais e invioláveis(cf.

GS, n. 26) e devem ser defendidos ,
respeitados e promovidos sob qual -
quer regime político (cf. GS,n. 29,
35; DH, n. 6).

Será útil recordar alguns desses di
reitos admiravelmente expressos por
JOÃO XXIII em sua Encíclica "Pacem
in Terris":

"Direito à subsistência física - To
do ser humano tem direito à vida, à
integridade física e aos meios ne -
cessários e bastantes para uma exis
tência decente, principalmente no
que se refere à alimentação, ao ves
tuário à habitação, ao descanso, à
assistência médica e aos serviços
sociais" (PT, n. 11).

"Direito aos bens do espírito - To-
do ser humano tem direito ao respei
to à sua pessoa, à sua reputação, à
liberdade na procura da verdade, na
expressão e difusão do pensamento ,
na criação artística, salvas as exi
gências da ordem moral e do bem co-
mum. Todo ser humano tem igualmente
direito a uma informação objetiva "
(PT, n. 12).

"Direito ao salário condigno - Ao
trabalhador é devido um salário a
ser determinado segundo as normas
da justiça. Tomando-se em conta as

possibilidades do empregador, a remuneração do trabalhador deve proporcionar-lhe e a sua família um nível de vida conforme à dignidade humana" (PT n. 20).

"Direito de associação - Do fato de estar o homem ordenado à Vida em sociedade, decorre o direito de reunião e associação, como também o direito de dar aos grupos as estruturas que melhor pareçam servir aos seus fins, e o direito de assumir livremente certas responsabilidades com vistas aos mesmos fins" (PT, n. 23).

"Direito à vida política - À dignidade da pessoa humana é inerente o direito de tomar parte ativa na vida pública e de contribuir pessoalmente para o bem comum" (PT, n. 26).

"Direito à proteção da ordem jurídica - Da ordem jurídica querida por Deus promana para a pessoa humana o direito inalienável que garanta a cada um a segurança jurídica e uma esfera concreta de direitos defendidos contra qualquer arbitrariedade" (PT,n.26).

"Direito de livre autodeterminação na sociedade - A dignidade da pessoa humana exige que cada um aja conforme determinação própria, consciente e livre. Na vida da sociedade, é das decisões pessoais que se deve esperar o

respeito dos direitos, o cumprimento das obrigações, a cooperação com um grande número de atividades. O indivíduo deverá ser movido por convicção pessoal, por própria iniciativa, pelo seu senso de responsabilidade e não por coação e pressão externas . Uma sociedade que se fundasse unicamente em relações de força, nada teria de humano: ela conculcaria necessariamente a liberdade dos homens, em lugar de ajudá-los e incentivá-los a se desenvolverem e a se aperfeiçoarem" (PT, n. 34).

Não é, portanto, para defender os seus interesses particulares de comunidade visível, e muito menos qualquer privilégio, que a Igreja se sente impelida a manifestar-se sobre problemas de caráter sociopolítico . Conscientemente procura a Igreja renunciar, em nossos dias, a privilégios, que, em lugar de favorecer a sua tarefa, se constituem em empecilho. O silêncio e a acomodação seriam em muitos casos o modo fácil de angariar simpatias e proteção. O que reivindica a Igreja e não poderá deixar de fazê-lo, é liberdade para cumprir a sua missão.

No exercício de sua função crítica

não falta à Igreja a consciência da complexidade dos problemas sócio-econômico-políticos, que dificultam enormemente a tarefa dos governantes. Sabe que é inútil sonhar com uma comunidade humana isenta de tensões. Não seria possível, nem desejável na vida presente. A comunidade humana, historicamente, vem fazendo progressos mediante o confronto de idéias, e o embate de forças antagônicas. A Igreja ao proclamar o Amor, a Justiça, a Paz não o faz , pois, com o intuito de desfazer tensões quando podem estas ser benéficas. A Igreja anuncia a todos que o Amor, a Paz, a Justiça são possíveis. Reconhece que fatores inerentes à própria vida política tais como o alcance limitado das decisões, e outros que dela não dependem, estão na raiz de muitos antagonismos. Toda comunidade humana traz em si as marcas dos pecados coletivos e o ônus de um legado histórico. Pela atitude crítica, a Igreja não pensa colocar-se contra os anseios da comunidade, que tem os olhos voltados para um futuro mais promissor. A Igreja não pode ausentar-se dos esforços de uma comunidade empenhada

em realizar um desenvolvimento mais orgânico e integral. Pelo contrário, para ser fiel ao Evangelho ela deve colocar-se sempre ao serviço da comunidade, porque está no mundo a serviço do Reino de Deus." (73).

Uma das questões mais polêmicas de nossa realidade social é o problema da terra. De um lado a defesa do direito de propriedade, do outro a justiça social diante dos sem terra. A Igreja tem se manifestado quer por palavras como sobretudo por atos diante dessa conflitante realidade. Como poderemos ver nos relatos que subsequentemente faremos, já somam dezenas de líderes de comunidades eclesiais que têm imolado sua vida por essa causa. Entre os documentos de alto alcance da CNBB, não podemos deixar de salientar este sobre a "Igreja e os problemas da terra". A assembléia geral dos bispos reunida em fevereiro de 1980, promulga esse documento, onde penetra a fundo nessa problemática: concentração da propriedade da terra no Brasil; o modelo político a serviço da grande empresa; questão da terra dos povos indígenas; migrações e violências no campo; concentração do capital e concentração do poder; a terra é um dom de Deus a todos os homens; terra de exploração e terra de trabalho.

Na introdução desse documento encontramos a justificativa do posicionamento da Igreja:

1. A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitando de alcançá-la.
2. Reunidos na 18ª Assembléia Geral,

nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, decidimos dirigir uma palavra aos nossos irmãos na Fé, a todas as pessoas de boa vontade e responsabilidade, especialmente aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas, sobre o problema da terra e dos que nela vivem e trabalham.

3. Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária.

4. Focalizamos diretamente o problema da terra como se apresenta no meio rural. A gravidade e a complexidade do problema no meio urbano, que merecerá oportunamente a nossa atenção, são aqui examinadas na sua relação com o problema do campo.

5. Procuramos valorizar, preferencialmente, o ponto de vista, o modo de pensar e a experiência concreta dos que sofrem por causa do problema da terra.

6. É missão da Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e Pai comum dos homens. Movidos pelo Evangelho e

pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra.

7. Cientes de que este problema nos chama à prática da justiça e fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja um motivo de ânimo e de esperança a todos os que, no campo, precisam da terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia. Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem "ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam únicos proprietários da terra", como já denunciava o profeta Isaías (Is5,8). Convidamos também a todas as pessoas de boa vontade a que se unam e apoiem os nossos lavradores, não só para que eles reconquistem a terra, mas para que possam trabalhar, manter-se dignamente e produzir os alimentos de que todos precisamos, e que se unam e apoiem os que vivem em condições subumanas nas favelas e periferias das cidades. (74)

É também importante notar que a Igreja no seu discurso tem feito ver o seu papel evangelizador. Assessorada pelo

pensamento teológico, tem utilizado dos momentos fortes do ano litúrgico, para chegar até o povo de Deus sua mensagem.

Assim vamos encontrar no tempo da quaresma e semana santa, ocasião de grandes concentrações religiosas e de profunda vivência dos mistérios salvíficos pregados pela Igreja, a chamada "Campanha da Fraternidade". Momento de evangelização, que a Igreja no Brasil concentra sua mensagem sobre um tema de relevância para a comunidade do povo de Deus. Fazemos aqui menção dos lemas da Campanha da Fraternidade, desde seu início em 1964 até o que está proposto para 1986:

1964 - LEMBRE-SE: VOCE TAMBÉM É IGREJA

1965 - FAÇA DE SUA PARÓQUIA UMA COMUNIDADE DE FÉ, CULTO E AMOR

1966 - SOMOS RESPONSÁVEIS UNS PELOS OUTROS

1967 - SOMOS TODOS IRMÃOS

1968 - CRER COM AS MÃOS

1969 - PARA O OUTRO, O PRÓXIMO É VOCE

1970 - SER CRISTÃO É PARTICIPAR

1971 - RECONCILIAR

1972 - DESCUBRA A FELICIDADE DE SERVIR

1973 - O EGOÍSMO ESCRAVIZA, O AMOR LIBERTA

1974 - ONDE ESTÁ TEU IRMÃO ?

1975 - REPARTIR O PÃO

1976 - CAMINHAR JUNTOS

1977 - CONECE EM SUA CASA

1978 - TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS

1979 - PRESERVE O QUE É DE TODOS

1980 - PARA ONDE VAIS ?

1981 - SAÚDE PARA TODOS

1982 - A VERDADE VOS LIBERTARÁ

1983 - FRATERNIDADE SIM - VIOLÊNCIA NÃO

1984 - PARA QUE TODOS TENHAM VIDA

1985 - PÃO PARA QUEM TEM FOME

1986 - TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS (75).

Justificando o tema "Terra de Deus, Terra de Irmãos", para a CF de 86, a Igreja assim fala nesse texto:

"Na sequência dos anos anteriores , especialmente 1985 (Fome), 1984 (Vida), 1983 (Violência), 1982 (Educação), 1981 (Saúde), 1980 (Migrações) 1979 (Ecologia), 1978 (Trabalho e Justiça), a Igreja conclama os cristãos e todos os demais irmãos do Brasil para, em 1986, refletirem sobre "TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS".

Esta proposta, resultado de ampla consulta, visa procurar respostas , nos caminhos da justiça, do amor, da fraternidade, ao imenso clamor pela terra em nosso país, clamor surgido do acelerado empobrecimento de grande maioria de nosso povo, o que vem gerando graves problemas fundiários e a morte de muitos irmãos.

Este tema-gerador ajudar-nos-á na celebração da Quaresma e da Páscoa em 1986, concretizando nossa oração, nossa reflexão e nossa ação por um mundo mais justo,

Sonhada por todos como "terra onde corre leite e mel" (Ex 3,8), onde nutrimos nossa vida e construímos nossa história, a terra, porém, é hoje

mal utilizada pelo homem. Tornou-se causa de sofrimento, empobrecimento da maioria e enriquecimento de alguns, morte de muitos e ameaça para todos. Dom maravilhoso de Deus, ela requer, porém, a participação de todos para estar a serviço de uma vida verdadeiramente humana. A história o comprova: sem fraternidade , fruto de conversão, não haverá terra para todos. A terra, dom de Deus, é dom para todos os homens e jamais só para alguns.

A situação do Brasil atual demonstra que a problemática dos índios, do homem do campo e da cidade tem muito a ver com a questão da terra. O mesmo se diga quanto à saúde, moradia, alimentação e outros aspectos da vida, dependentes da terra. Nesse contexto aparece, também, a questão ecológica, a das migrações, do desemprego e subemprego, das drogas, da violência e até mesmo de certas crises religiosas no meio do povo (76).

Semelhante a CF. dá-se também a Novena de Natal, o tempo litúrgico forte do Advento e Natal. É este outro momento de profunda evangelização na Igreja do Brasil, onde são sobretudo trabalhadas as comunidades de base ou os pequenos grupos de reflexão. É uma verdadeira força orgânica que se concentra de norte a sul, movimentando milhares ou mesmo milhões de adeptos.

Sob muitos outros aspectos poderíamos analisar a atuação da Igreja no Brasil no campo social político. Vamos deixar agora que o próximo segmento nos introduza na realidade vivencial dos fatos.

Notas

- (41) Cf. Ronucci, Paulo
Teologia da Libertação - O que é ?
Ed. Vozes 1984, p.6.
- (42) Cf. Muñoz, J.
Nova Consciência da Igreja na América Latina
Ed. Vozes 1978, p. 27.
- (43) Cf. Dussel, E.
History and the theology of liberation
Erbis Books, NY 1976, p.81.
- (44) Cf. Torres, S.S.
Verso Una Teologia del Terzo Mundo
II Regno/Documenti - Roma - 1978, p.218.
- (45) Cf. Tomás de Aquino
Summa Theologica I, qs. 1 art 3.
- (46) Cf. Gutiérrez, G.
La Fección Histórica de los pobres.
Selección de trabajos, CEP, Lima, 1979.
- (47) Cf. Boff, L.
Mission et université conciliante de L'Eglise-Lumière et Vie
1978, 137, p.33.
- (48) Cf. Concílio Vaticano II
Doc. "Lumen Gentium" nº 5 em Documentos do Vaticano II
Ed. Vozes 1966
- (49) Cf. Boff, L.
Igreja Carisma e Poder
Ed. Vozes 3ª edição.
- (50) Cf. Cardinal, F.
O Papel Político da Igreja
Ed. Vozes, em Concilium/177, 1982, 22.

- (51) Cf. Roff, Clodovis
Comunidade Eclesial - Comunidade Política
Ed. Vozes, 1978 p. 20.
- (52) Cf. Idem, p. p. 172
- (53) Cf. Reflexões sobre CEBs, em
Cadernos Pastoriais nº 13, 1983 - Fortaleza
- (54) Cf. Idem.
- (55) Cf. Maduro, Otto
Religião e Luta de Classes
Ed. Vozes 2ª edição p. 78
- (56) Cf. CEB - Poder da Igreja no Meio do Povo, em
Cadernos Pastoriais nº 19, 1983 - Fortaleza
- (57) Cf. Carlonat, F.
O Papel Político da Igreja, em Concílium, 1982/7 p. 94 ss
Ed. Vozes.
- (58) Cf. Roff, Clodovis
Comunidade Eclesial - Comunidade Política
Ed. Vozes, 1978, p. 59.
- (59) Cf. CEB - Poder da Igreja no Meio do Povo,
em Cadernos Pastoriais nº 19, 1983 - Fortaleza
- (60) Cf. Burallossi, S.
Comunicação na Igreja, em Concílium, 1973/1 p. 3
Ed. Vozes
- (61) Cf. Teologia da Comunicação na América Latina
Poncho-Valim
Ed. Vozes, 1984, pp. 154 ss.
- (62) Idem, pp. 154 ss.

- (63) Cf. Cadernos de Informação nº 2
CPV - Abril 1978
- (64) Cf. Lustosa, frei Oscar
Presença da Igreja na Sociedade Brasileira
Mimeografado pp. 20-21.
- (65) Cf. idem, p.20.
- (66) Cf. Plano de Emergência - Documentos da CNBB
1962 p.10.
- (67) Cf. idem, p.10.
- (68) Cf. Mensagem - citada no Plano de Emergência
pp. 51-52.
- (69) Cf. Plano de Emergência p.9.
- (70) Cf. REB - Revista Eclesiástica Brasileira
Ed. Vozes - Vol. 23 março 1963 p. 221.
- (71) Cf. Mensagem - citada no Plano de Emergência p.52.
- (72) Cf. Estudos da CNBB
Ed. Paulinas 1974
- (73) Cf. idem, pp. 45 a 48.
- (74) Cf. Igreja e Problemas da Terra - Documentos da CNBB
Ed. Paulinas 1980
- (75) Cf. Campanha da Fraternidade 1986 - CNBB
Fórmula Gráfica e Editora Ltda - Brasília 1985.
- (76) Cf. idem, pp. 3 e 4.

Mensagem dos Fatos: Relação Igreja-Estado

(1964 - 1985)

O Movimento militar de 31 de março de 1964, encontrou naquela época o episcopado bastante dividido - basta ler com atenção a nota a respeito divulgada no mês de maio seguinte pela CNBB; ao passo que os novos donos do poder já traziam com bastante clareza e decisão a sua "Doutrina da Segurança Nacional".

Em compensação, no 1º semestre de 1964 os bispos do Brasil, com seus assessores, preparavam a 3ª sessão do Concílio Vaticano II, marco para a Igreja universal e para a Igreja no Brasil. Tanto mais que para esta o Concílio se prolongava e se concretizava melhor com a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, reunido em Medellín (Colômbia) no mês de agosto de 1968, solenemente inaugurado pelo próprio papa Paulo VI, que assim se exprimia: "Diante do futuro é necessário audácia, soou a hora da esperança...". "Os pastores devem tornar suas angústias dos seus povos. Não devemos solidarizar-nos com sistemas que favorecem opressoras desigualdades e insuportáveis condições de inferioridade para a população menos favorecida...". Os bispos tomaram a sério, em Medellín, estas orientações, que buscaram concretizar em 16 documentos que abordam desde o tema da justiça até o da pobreza da Igreja, passando pela pastoral das elites, pela formação do clero, pela pastoral popular, etc.

É incontestável que a preocupação com a evangelização dos pobres e dos marginalizados - imensa maioria em nossa terra - e com os direitos humanos desrespeitados em quem quer que seja, sensibilizou efetivamente setores ponderáveis, ainda que minoritários, da Igreja no Brasil: bispos, padres, religioso(a)s e leigos de ambos os sexos.

Assim sendo, na medida em que o Movimento de 1964 absolutizava cada vez mais a Doutrina da Segurança Nacional, imbuído de um anti-comunismo obsessivo e que, a partir do AI-5 (de

zembro 1968) chegava ao puro arbítrio, à tortura sistemática aos sequestros e assassinatos impunes- não era de estranhar que acontecesse o que vinha e continua acontecendo: um conflito à luz do dia entre as diretrizes que ainda hoje norteiam os chefes militares do país e os cristãos mais comprometidos com a sorte dos marginalizados e oprimidos, sejam eles bispos ou simples membros ativos de Comunidades de Base do nosso interior. Conflito que foi explicitado no contundente documento da Comissão Central da CNBB de novembro de 1976: "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus".

O relacionamento entre Igreja e Estado no Brasil continua evoluindo em função de novas tomadas de posição mais ou menos significativas da parte de cada um dos parceiros (77).

- Após 31 de março de 64

Os bispos têm que tomar posição numa Igreja dividida, sobre a legitimidade do novo regime: devem ainda definir sua atitude face à repressão que ora se inicia, não somente com vistas ao MEB e à Ação Católica, mais ainda sobre certo número de padres e alguns bispos, dentre os quais se destacam Dom Hélder Câmara e Dom Jorge Marcos de Oliveira, este último bispo de Sto. André (SP).

Notamos que a presença da Igreja no movimento de 1964 foi sem um pleno compromisso hierárquico (enquanto corpo) , porém bastante intensa, em nível individual.

Como já vimos em relação ao discurso social da Igreja no Brasil, durante todos êsses anos, de 64 até nossos dias, houve um nítido posicionamento da Igreja em relação ao regime. Isso porém não se deu desde o momento da revolução, como compromisso global da Igreja como corpo. Mais do que a mensagem os fatos foram falando.

Cientes de que o discurso vivenciado nas atitudes é mais condizente com a realidade, achamos oportuno reproduzir aqui uma cronologia de fatos.

Vamos nos ater a fatos os mais diversificados, sem um elo de união entre eles, mas que espelham o posicionamento da Igreja no Brasil nesse período.

Remontamos com mais detalhes aos acontecimentos dos idos de 64, primeira década da revolução, sobre os quais pairam maior esquecimento. Limitamo-nos a mencionar pouca coisa da última década, pelo fato de os sentirmos mais vivos na memória e de termos vivenciado mais presentemente a tais acontecimentos.

Estamos utilizando para tal a valiosa colaboração dos "Cadernos de Informação" do Centro Pastoral Vergueiro, S. Paulo e dos Cadernos do Iser da Editora Marco Zero, Rio de Janeiro.

Passamos a apresentar os fatos sem uma preocupação cronológica ou hierárquica:

..Já no dia 3 de abril de 1964, um grupo católico, que havia sido elemento destacado na organização da maciça demonstração de 19 de março em São Paulo contra Goulart, publicou seu próprio manifesto, onde declarava que, embora a primeira batalha tivesse sido ganha, esta tinha de ser consolidada eliminando a corrupção e o comunismo. Esse grupo endossava a escolha do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência, porque era um general "sem ligações políticas" (78).

..No entanto, a Ação Católica Brasileira, da Arquidiocese de São Paulo, fizera o seguinte pronunciamento a respeito da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

"Expressamos o nosso profundo desgosto ante a exploração da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro e da utilização política da religião, com o que se cria um clima de divisão da Igreja a partir das diferenças de opção existentes no

plano temporal" (78).

.. Apenas dois dias depois da eclosão do movimento de 31 de março, forças policiais militares, armadas com metralhadoras cercaram a Escola Apostólica (o seminário menor) dos Dominicanos em Juiz de Fora (MG) e, apesar do enérgico protesto do superior da casa, a invadiram e deram nela uma busca. O fato era tanto mais grave que a Escola abrigava, apenas 2 ou 3 religiosos e um grupo numeroso de meninos e adolescentes que se destinavam a integrar mais tarde essa mesma Ordem. O superior da casa foi chamado a depor, na sede da Auditoria, dois dias depois, quando lhe foi dito que a operação visava a prisão de "subversivos" que se teriam refugiado na Escola. (79)

.. Talvez o primeiro pronunciamento oficial por parte do novo governo que dizia respeito ao relacionamento entre Igreja e Estado tenha sido o seguinte:

"O Serviço de Relações Públicas do Gabinete do Ministério da Guerra deu ontem à imprensa a seguinte nota: Ao se perguntar hoje sobre a posição do Comando Supremo da Revolução sobre a Doutrina Social da Igreja, expressa no último manifesto do Episcopado brasileiro "30.05.63" que indica as reformas necessárias para o desenvolvimento nacional e o subdesenvolvimento de várias áreas do território brasileiro onde se manifestam os efeitos da insatisfação social, respondeu textualmente o Gal. Costa e Silva: A Doutrina Social da Revolução coincide com a Doutrina Social da Igreja. A Revolução participa dos desejos da justiça social do povo - 12.4.64". (80).

..A Igreja adota a atitude de reservada prudência . Não abandona as opções por reformas de base. Na mensagem de 13 de abril de 1964, assinada por 17 bispos do NE, reunidos no Recife por ocasião da posse de Dom Hélder, advertindo contra os riscos de injustiças e restrições à liberdade, eles assim se exprimem:

"Manifestamos como pastores, um duplo anseio: que inocentes, eventualmente detidos em um primeiro momento de inevitável confusão, sejam quanto antes restituídos à liberdade; e que mesmo os culpados sejam livres de vexames e tratados com o respeito que merece toda criatura humana" (81).

..No dia posterior à publicação deste documento, a residência episcopal de Dom Hélder Câmara é invadida por um contingente do 4º Exército e as Forças Militares só foram retiradas após protesto do Arcebispo junto ao Comandante Gal. Justino Alves Bastos. A operação foi explicada como uma tentativa de localização de uma irmã do ex-governador do Estado de Pernambuco, Sr. Miguel Arrais. No mesmo dia (15.04.64) toma posse na presidência da República o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco.

..No programa de rádio semanal "A Voz do Pastor" de D. Jaime Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, a posição da Igreja era encarada da seguinte forma:

"Fizeram muito bem as Forças Armadas em exigir o expurgo não só dos comunistas militantes, senão igualmente dos ladrões oficiais que prejudicavam o povo e se escondiam por trás de seus defensores, amigos e benfeitores. Causa nojo tanto hipocrisia" (82).

..Durante audiência no dia 28.04.64 com os seminaristas do Colégio Pio Brasileiro em Roma, o Papa Paulo VI assim se expressou a respeito da situação brasileira:

"Longe de pretender julgar o que aconteceu - nem Nos caberia fazê-lo - sentimos ser dever de Nosso coração confortar e confirmar os sentimentos mais altos de afeto e fidelidade com relação a vosso país neste momento de temores e paixões.

Vós, certamente, tereis também sentido crescer em vossos espíritos uma ansiedade especial, que preenche habitualmente o espírito dos cidadãos leais e honestos, a ânsia da ordem

civil, a da concórdia e a paz interna de um povo jovem e grande como o vosso (...)

E então, restabelecida a calma, estendei vosso ânimo para o futuro de vosso país, e a vós, também, ainda que dis - tantes e inesperientes dos gigantescos problemas que o agitam , surgirão como são urgentes e implorantes as evidentes necessida - des espirituais e sociais do Brasil.

Queremos esperar (...) que vossa Nação (...) não se deterá no caminho das necessárias reformas sociais, não tar - dando a adotar as medidas que satisfaçam as exigências legítimas das classes operárias, não dissipará as esperanças das massas po - pulares por ajuste equitativo econômico-social, em que as neces - sidades dos pobres, a instrução e educação do povo, a assistên - cia social e sanitária dos menos abastados, as habitações nos bairros periféricos das grandes cidades e das regiões desoladas no nordeste e de outras no interior do imenso território, as trans - formações da agricultura, as realizações dos planos industriais e assim por diante, tenham a devida consideração de todos os que cuidam e dirigem os interesses públicos." (83).

..No dia 01.05.64, dia do trabalhador, o secretariado regional de São Paulo emite mensagem à população, na qual fica claro o clima reinante na época no seio da hierarquia da Igre - ja em São Paulo e se firma uma posição clara frente ao panorama político que se esboçava. A seguir o texto:

"Passado o primeiro impacto dos acontecimentos po - lítico-sociais que sacudiram a Nação, organizado o Governo que deverá reger os destinos do País, chegou a momento de dirigirmos, com mais vagar, ao clero, religiosos e fiéis de nossas Dioceses, uma palavra de confiança e orientação.

Julgamos que não será demasiado agradecer a Deus, ainda uma vez, pelo que de positivo teve e continua tendo o movi - mento político-militar de março último.

Enche-nos o coração de alegria recordar como, uma vez mais, o bom senso e os bons sentimentos brasileiros evitaram inútil derramamento de sangue.

Com satisfação igual vemos a nova ordem implantada em nossa Pátria, esforçando-se para debelar totalmente o perigo do comunismo que já assumia proporções assustadoras, infiltrando com propósitos inaceitáveis na mais justa e inadiável das campanhas reformistas; e acoroçoado, cada vez mais, tanto pela inconsciência de alguns em avaliar sua atuação sorrateira, como pela pertinácia de outros em manter o "status quo" que prepara, incentiva e dinamiza a pregação extremista.

Não podemos esconder o nosso júbilo ao verificar que os líderes do movimento político-militar vêm, repetidamente, afirmando que a revolução não foi feita para conservar privilégios. E que as reformas de base exigidas pelas mais profundas aspirações do nosso povo estão realmente na meta esclarecida de seus propósitos patrióticos.

Se houve fatos a lamentar na compreensível confusão dos primeiros momentos de luta, sobretudo no que tange a nossos movimentos de Ação Social e de Ação Católica, vale aqui repetir o que já disseram a respeito nossos irmãos no Episcopado, responsáveis pelas dioceses do Nordeste: "Aos bispos, sucessores dos Apóstolos em cada Diocese, cabe julgar da justificação de seus programas e métodos, da fidelidade evangélica e prudência do agir de seus militantes"(84).

Sem dúvida nenhuma, uma das figuras mais polêmicas e mais atacadas dessa época foi a de D. Hélder Câmara. Já em 1960, num breve diálogo com o futuro presidente, o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, este assim se dirigia a Dom Hélder Câmara:

"Sei que o senhor é apaixonado pela ação social

da Igreja. Eu, porém, considero que ela está abandonando demais suas funções religiosas e exagerando a intervenção em assuntos pertencentes ao Estado. Foi o que ainda, há poucos dias, em Natal, disse ao Arcebispo Dom Eugênio Salles" (85).

.. Nos primeiros dias de maio de 1964, D. Hélder volta a se encontrar com o então presidente da República, Castelo Branco, em companhia de D. Fernando Gomes. Diz-se que ele colheu uma ótima impressão desse encontro, o que foi declarado à imprensa posteriormente.

Se por um lado as relações ao nível presidencial caminhavam em termos cordiais e diplomáticos, ao nível de escalões menores as acusações eram mais duras. A respeito das declarações feitas por Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara, contra D. Hélder Câmara, assim se manifestou o Arcebispo Metropolitano de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos em defesa do Arcebispo de Olinda e Recife:

"O Governador Carlos Lacerda foi pouco feliz e ligeiro nas acusações a Dom Hélder, por pretender torcer, diminuir ou ridicularizar sua obra com comparações pequenas e comprometer o bom sentido de quem as profere e pretender desconhecer a inteligência de quem ouve ou lê tais invectivas... Considero necessárias e urgentes as reformas de base, tantas vezes lembradas pela Igreja e que se inspiram nos princípios cristãos de acordo com a mensagem da Comissão Central da Conferência Episcopal de abril de 1963" (86).

Note-se que D. Hélder Câmara havia sido transferido do Rio de Janeiro para a Arquidiocese de Olinda e Recife (12 de março de 64) e que o governo havia proibido a continuação do curso de educação de base que era transmitido pela Rádio de Olinda e outras emissoras do Nordeste (86).

.. D. Hélder não cessa de clamar por reformas em seguidas palestras e entrevistas à imprensa. A tônica é reconhecer

a situação da população brasileira e a necessidade de medidas para promover o desenvolvimento. Em meados de junho de 1964 afirmava ele:

"Nós apoiaremos largamente aqueles que pensam e dizem que sem reformas fundamentais - autênticas e não aparentes, democráticas e cristãs - a revolução se perderá (...). Nós continuaremos a nos bater pela Promoção Humana de milhões de brasileiros que vivem em condições sub-humanas. Como: pela educação de base, que leva ao sindicalismo rural, ao sistema cooperativo, à organização da comunidade" e mais adiante: "Sem reformas, é impossível superar o obstáculo do subdesenvolvimento e de manter a paz social (...) sem reforma agrária, a situação, quase desumana dos trabalhadores rurais persistirá (...); sem qualquer espírito sectário eu continuo a afirmar que o presidente Castelo Branco procura dar conteúdo social à situação, atento às angústias do povo nos seus planos de reforma democrática" (87).

.. No dia 02.06.1964 foi publicada a Declaração Oficial da Comissão Central da CNBB, abordando as mudanças acontecidas, o julgamento da Igreja e suas primeiras reservas:

"O Brasil foi há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra . Seria além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e civil. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a proteção divina se faz

sentir, de maneira sensível e insofismável. De uma a outra extremidade da pátria, transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos mili-tares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos con-correram para libertarem-na do abismo iminente". (88)

.. No mesmo documento citado, o episcopado faz, com idêntica liberdade, as suas primeiras reservas ao Movimento de março, e que se tornam claras nas linhas a seguir e numa numero-sa série de fatos alinhados no final desse capítulo:

"Critério - A Revolução, segundo afirmam seus diri-gentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o país do comunismo e fazer valer a justiça, o direito e o bom-senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no tratamento dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribui-ção da força como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita. Mercê de Deus, mito nos tem tranquilizado a palavra oficial, quer a do Sr. Presidente da República desde que, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu toda a responsabilidade de Supremo Magistrado. Contudo, ao reconhe-cer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores inten-sões do Governo, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de Bispos, sacerdotes, militan-tes, leigos e fiéis (...)

Acusações - Por outro lado, não aceitamos, **nem** jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes, a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais (...).

Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas. Nossas condições cristãs e a sagrada instituição da família, assim como o sentimento religioso do povo não devem servir para acobertar aqueles que deturpam a verdade e corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo (89).

..Logo no início do ano de 1965, a destacar no período de 10 a 17 de janeiro, reuniu-se o Secretariado da Pastoral de 52 dioceses do Nordeste, em Natal. Dessa reunião foi tirada uma carta manifesto onde se destaca:

"A providência divina nos confiou o destino espiritual da mais crítica das reuniões brasileiras em desenvolvimento. Sobre 18% do território nacional concentram-se 32% da população brasileira, das quais dois terços vivem em condições extremamente difíceis. Nós lutamos ainda, contra a mortalidade infantil,

o analfabetismo, a ignorância técnica, as doenças endêmicas, de onde resultam as sérias dificuldades que as autoridades encontram para tornarem eficazes as medidas tomadas para resolver os problemas. Não é dentro de tal situação humana que se pode recrutar quadros humanos aptos ao desenvolvimento da região. No Nordeste como em outras regiões do país, as estruturas sociais não estão preparadas para aceitar a promoção das massas humanas".

De sua parte, os bispos anunciam sua decisão "de continuar a orientar os trabalhadores e de intensificar a ação junto aos patrões de boa vontade, sendo que aí boa vontade é mais que a disposição à assistência social: a aceitação da promoção humana e cristã dos trabalhadores do campo e da cidade".(90).

.. "este mesmo período intensificava-se a repressão no Sul do país. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre (RS), envia uma mensagem às vítimas das investigações militares e políticas para exprimir-lhes sua solicitude e seu intento de solicitar ao presidente da República o restabelecimento da confiança do povo brasileiro "em um regime visando o bem comum, identificando-se com a liberdade e os mandamentos de Deus".

O professor Ernani Fiori, líder católico do Rio Grande do Sul, que já havia sido demitido da universidade, é denunciado juntamente com dezoito estudantes pertencentes à JUC(91).

Dom Scherer, comentando o episódio, afirma que "só pelo fato de serem católicos eles rejeitam a doutrina comunista"

A intervenção de Dom Scherer somente conseguiu isentar de culpa três padres tachados pelo exército de "elementos perigosos". Tais padres foram submetidos a estreita vigilância.

.. Em 14 de março de 1965, 107 personalidades brasileiras lançam um manifesto contendo uma crítica severa ao regime. Um dos signatários é Alceu de Amoroso Lima. Alguns dias depois, um grupo de cerca de 300 católicos envia uma carta ao Núncio A -

postólico Dom Baggio, repelindo a "abertura para a esquerda" preconizada pelos assinantes do manifesto e afirmando sua adesão ao papa Paulo VI que havia condenado a "abertura para a esquerda " (...)(92).

..No dia 16 de fevereiro em artigo de sua coluna no Correio da Manhã, Alceu de Amoroso Lima, afirma que se agora os bispos não são presos "foi somente porque o regime militar ficou com medo de se tornar ainda mais impopular". Sentimentos análogos a estes foram expressos pelos dominicanos de Belo Horizonte numa entrevista concedida ao mesmo jornal: "a falta de respeito com que bispos, padres, fiéis e militares da Ação Católica foram tratados está próxima de uma perseguição religiosa".(92)

..No primeiro aniversário do Movimento de 1º de abril por ordem do governo, é realizado em todas as catedrais um repicar de sinos para comemorar o evento.

Em São Paulo, o cardeal Rossi, presidente da CNBB, pronuncia um sermão no qual declara:

"É um dever de profunda gratidão a Deus que nos reúna hoje, em torno do altar de Deus. Nós comemoramos o fato que, há um ano, a nação brasileira, fiel a sua vocação histórica, com a proteção do Senhor e pela bravura, a piedade e a força de seus filhos, descartou o iminente complot comunista." (93)

..Numa carta enviada ao presidente Castelo Branco , assim se expressam vários padres e bispos, entre eles Dom Jorge Marcos, Bispo de Santo André:

"Queremos, de início, declarar a V. Exa. que es - crevemos com a convicção de sermos, como V. Exa., responsáveis por uma parte do Povo de Deus, neste País e, num esforço ingente, de vivermos nossa responsabilidade.

É no mais alto espírito de cristianismo e de fidelidade à doutrina-social da Igreja, apresentada, solenemente, pe

los últimos Papas, que nos dirigimos a V. Exa.

Queremos emprestar nossa voz ao povo, hoje impedido de falar. Deliberadamente deixamos de pedir assinaturas aos líderes das classes operárias, produtoras, liberais e estudantis, pelo receio de que eles viessem a ser vítimas da perseguição de elementos ligados ao governo.

Não temos nenhuma cor política partidária e muito menos ânimo subversivo ou tendência de sublevação das massas.

Desejamos, apenas, testemunhar de público que o governo, responsável máximo pelo bem do Brasil é, por isso mesmo, o maior responsável pelo atual sofrimento do povo brasileiro , ainda na hipótese de que suas medidas, geradoras da crise atual, se tenham inspirado em boas intenções.

Constatamos, senhor presidente, que o governo de Vossa Exelência se preocupa, com a recuperação econômica do Estado, deixando de lado o que deveria ser a finalidade essencial , primordial, de todo governo: "O BEM-ESTAR SOCIAL" (94).

..No dia 13 de maio de 1966, a Ação Católica Operária (ACO) do Nordeste, publica um manifesto sobre a situação dos trabalhadores na região, endereçado a todos os homens de boa vontade:

"No decorrer do mês de fevereiro, leigos e padres do Nordeste, sob as bençãos dos bispos da região, reuniram-se durante três dias, no Recife, para, à luz do Evangelho, refletirem sobre a situação da classe operária nordestina (95). O encontro revelou que a situação da classe operária no Nordeste é marcada, sobretudo, pelo desprezo ao homem. Esses desprezo de que são vítimas os trabalhadores, se traduz num clima de perseguição de todo tipo; nas sonegações salariais; na facilidade das demissões; na lentidão da Justiça do Trabalho; na tomada de decisões que afetam gravemente a vida dos trabalhadores, sem que estes sejam

ao menos consultados; na exploração do trabalho dos menores; nos trabalhos pesados que vão além da capacidade física dos operários, etc... Há como que todo um plano em execução para destruir pessoas pela destruição de sua dignidade, de seus direitos. O operário que sofre tantas injustiças é um homem sem liberdade, sem perspectiva, sem esperança, sem fé, sem amor. A insegurança o traumatiza, o irrita, o revolta. Sua capacidade de produção diminui à medida que vai sofrendo humilhações (...). A situação impede o trabalhador de se realizar como homem" (96).

..Em meados de 1966, as acusações se voltavam principalmente para o MEB; em nota da CNBB distribuída em 17.06.66 via-se que:

"A Comissão Central Diretora da CNBB, que criou o MEB, que exerce a suprema autoridade através do Conselho Diretor Nacional, sente o dever, nesta hora difícil que o MEB atravessa, de afirmar solenemente que o MEB não pode ser acusado de subversivo ou comunista, apesar de erros ou falhas naturais em instituições humanas. Declara que o MEB é um válido testemunho, no Brasil, da materna preocupação da Igreja pelo homem no mundo de nos sos dias, o que vem sendo reconhecido e proclamado até fora dos limites de nossa Pátria. Reafirmando assim sua responsabilidade suprema pelo MEB, a Comissão Central da CNBB recomenda entretanto ao CDN que, no espírito do Concílio Vaticano II, incremente os estudos em curso no MEB sobre sua reestruturação, para que o laic ato católico possa, quanto antes, assumir a plena responsabilidade de sua atuação apostólica e benemérita" (97).

.. "O encontro pessoal da tarde de domingo último(14/agosto) pareceu-me cordial e deixou-me a impressão de que V.Exa. realmente desejava por um termo à série de equívocos que vêm surg indo entre militares e bispos do Nordeste. Comuniquei esta impressão a Dom José Delgado (arcebispo de São Luiz) e a Dom Eugê-

nio Salles (arcebispo de Natal). Chegamos até a redigir uma nota tranquilizadora a ser enviada a todos os bispos da Região e suspendemos a reunião dos Metropolitãos do NE, que iríamos convocar para Recife ou Salvador.

O discurso de V. Exa., na manhã de 15 de agosto p.p. - a ser fiel ao resumo divulgado pela imprensa - parece-nos inamistoso, com indisfarçáveis e injustas alusões à Declaração dos Bispos. Injustas por que V. Exa. sabe - mesmo sem aludir ao trabalho constante da Igreja não só em ajuda aos necessitados, mas em ajuda ao desenvolvimento - V. Exa. sabe o que a Operação Esperança vem oferecendo de colaboração a órgãos como a Sudene e a Cohab. Em vão esperei alguma nota da Secretaria de Imprensa da Presidência desfazendo intrigas que encontraram, nas palavras de V. Exa., excelente ponto de partida.

Ficamos, Excelência, em situação difícil: a esclarecimentos prestados em caráter privado seguem-se ao que parece, acusações públicas. O desejo sincero de não agravar a delicada situação nacional leva-me a revelar mais este equívoco, desta vez particularmente grave em vista de partir de V. Exa. Respeitosas saudações em J.C." (98)

..O mês de setembro de 1966 é marcado em todo Brasil pelas manifestações estudantis, em protesto contra o governo, e pela repressão policial. Seria interessante a esta altura fazer uma resenha do envolvimento da Igreja nessa fase do movimento estudantil.

Em fins de julho de 1966, realizara-se em Belo Horizonte um congresso estudantil, que repercutirá por todo o País não apenas por se ter realizado contra a vontade do governo, mas devido ao manifesto de apoio ao clero de Belo Horizonte, mormente pelos dominicanos e franciscanos que hospedaram universitários de outros Estados. As monjas de N. S. das Graças, por sua vez,

hospedaram as Universitárias. O motivo apresentado para que não se autorizasse o encontro era que se tratava de um congresso subversivo, com caráter político e de oposição ao Governo e, para impedi-lo, foram feitas muitas prisões de estudantes e Belo Horizonte mantida sob constante vigilância policial. Quando se tornou pública a realização do congresso e o plano de ação dos estudantes, as acusações voltaram-se não tanto contra a UNE, mas contra os padres que deram hospedagem aos estudantes. Acusava-se a Igreja de Belo Horizonte (e de todo o Brasil) de esquerdismo, de oposição ao governo, etc (99).

..Dom Jorge Marcos de Oliveira, conforme declaração em 15 de setembro de 1966, numa reunião estudantil, analisa entre outras coisas o papel dos estudantes na vida nacional:

"O Governo do Brasil se esconde atrás das armas de nossos péssimos policiais e militares, para impedir manifestações livres. O universitário deve participar, como classe, da vida nacional em todos os seus aspectos. São os futuros dirigentes da Nação, os futuros líderes e precisam praticar. Líderes não se fazem nos gabinetes nem nos quartéis. Líderes nascem na prática, sofrendo e até apanhando e, indo para a cadeia como tem acontecido. Proibir o estudante de participar, como grupo, de política, é uma ofensa à liberdade do homem (...). Impressiono-me com o temor que os militares têm dos estudantes. Tem havido vários movimentos estudantis: Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e agora São Paulo e no Rio. Por que este temor?" (100).

- A Campanha "FÉ NO BRASIL"

"Durante o mês de dezembro, o jornal A FOLHA DE SÃO PAULO pretende criar um movimento de opinião pública "que restaure a confiança na capacidade de recuperação do povo brasileiro em todos os setores". Cartazes afixados nas ruas e uma inten-

sa propaganda é iniciada para que cada um se associe à campanha "Fé no Brasil". "Confiamos no Brasil" proclamam cartazes nas fachadas das lojas, às entradas dos cinemas, no Viaduto do Chá, etc...

A 3 de dezembro, o cardeal de São Paulo, após um beneplácito eclesiástico à campanha, declarando: "Só posso aplaudir a iniciativa da FOLHA em empreender esta campanha de otimismo e patriotismo. Estou empolgado por esse empreendimento". Está previsto que um "Encontro de Fé", a 30 de dezembro, será o ponto culminante da campanha.

O lugar é a Praça da Sé, onde o cardeal celebra missa solene às 18 horas ao mesmo tempo que, convidados pelas emissoras de rádio, todos os paulistas fazem um minuto de silêncio e prece a fim de manifestar sua confiança no destino do Brasil.

Doze outras dioceses do interior paulista aderem à campanha e organizam "Encontros de Fé": Mogi das Cruzes, São Carlos, Bragança Paulista, São João da Boa Vista, Santos, Botucatu, Sorocaba, Lorena, Marília, Jales, Taubaté e Lins.

Na Capital, para abrir a cerimônia da Praça da Sé, um gravador irradia uma "Ave Maria" dita em latim pelo Papa Paulo VI, bem como uma mensagem ao Brasil. Autoridades civis do Estado, presentes ao ato, transmitem ao povo reunido seus votos de Feliz Ano Novo.

D. Cândido Padim, ao associar-se à campanha, declara: "Louvo a campanha da FOLHA, mas sugiro também que exijam instrumentos adequados ao desenvolvimento econômico e promoção humana. E, neste momento em que se elabora uma nova Constituição, é necessário chamar a atenção para a necessidade de criação de instrumentos jurídicos de soerguimento humano (...). Na missa que celebrarei à meia noite do dia 31, colocarei a intenção de rea -

firmar a co-responsabilidade da Igreja nos destinos do Brasil " (101).

.. Ressalte-se que a nova Constituição do Brasil, não provocou qualquer declaração importante por parte da Igreja e é votada em dezembro pelo Congresso sem intervenção especial dos padres, deputados ou senadores. Apenas duas vozes isoladas, a de Tristão de Ataíde e a de D. Jorge Marcos, bispo de Santo André, se erguem contra a nova carta: "É uma afronta ao sentimento democrático brasileiro", declara Tristão numa conferência. (102)

.. D. Antonio de Castro Mayer, bispo de Campos (SP) redige uma circular endereçada ao episcopado Brasileiro e publicada nos jornais somente a 5 de outubro.

Dom Castro Mayer faz-se advogado de certa corrente de pensamento, representada em particular por Gilberto Freyre, Eugênio Gudim e Gustavo Corção, exprimindo angústia diante da linguagem dos bispos do Nordeste, linguagem que arrisca ter consequências graves "para um país que deseja repelir, de maneira decisiva, o comunismo".

Entre as causas dessa angústia o prelado distingue o fato de que o Manifesto dos Bispos "não deixa de favorecer, de algum modo, a criação de mentalidade materialista e igualitária, preconizada pelo socialismo marxista".

Mais adiante ele declara que o documento "não mostra nenhuma apreensão sobre o eventual proveito que os comunistas - sempre empenhados em insuflar a luta de classes - poderiam tirar de semelhante linguagem".

É sobre essa circular que se apóia o editorial do ESTADO DE SÃO PAULO de 6 de outubro, intitulado: "A palavra da Igreja". O editorialista se rejubila de reconhecer, nas palavras D. Castro Mayer "aquela velha Igreja, sob cuja proteção vive e procura realizar o seu destino a nossa terra". É de sublinhar que

"a intervenção (dos bispos do Nordeste) se afastava fundamentalmente do espírito e do significado das palavras do Santo Padre Paulo VI" (103).

.. No dia 02.08.67 os estudantes e padres beneditinos, tornam-se notícia. O Congresso da UNE é realizado no mosteiro de Vinhedo, perto de Campinas, nos dias 26,27,28 de julho; 11 padres norte-americanos, de Vinhedo e Campinas, são detidos pelo DOPS. Entre os presos, estavam o prior do mosteiro, monge Leo Paul Rothrauf e o irmão leigo Terence Edward Hill. Como havia sido preso um cidadão americano, houve a interferência do Consulado dos EEUU, além da intervenção do superior dos padres de Santa Cruz, Congregação que administrava o Colégio Notre Dame, local do encontro, e do diretor da Associação Comercial. Todos solicitaram a libertação do prior que, de fato foi posto em liberdade, mesmo depois de ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Mais delicada, todavia, foi a situação do irmão leigo, que era considerado pelo DOPS um dos principais responsáveis pela realização do certame" (104).

A tarde do dia 3 cerca de 40 dominicanos, beneditinos, camilianos, agostinianos, seculares, missionários da Consolata (todos alunos do I.F.T.) fizeram uma manifestação em frente ao DOPS paulista, protestando contra a prisão do irmão Terence e de diversos estudantes que também lá estavam recolhidos. Por ocasião dessa manifestação 12 deles foram detidos aos pescoços por dezenas de investigadores e depois de colocados em fila foram levados para dentro do casarão de onde saíram três horas depois. Além disso, o DOPS apreendeu, os documentos de todos os 40 que representavam várias ordens e congregações e que contavam com a autorização dos superiores dos conventos de São Paulo para o ato de protesto (105).

..Já uns poucos dias antes, a 1ª de agosto, apresentaram-se no convento das Perdizes em São Paulo (dos Dominicanos), como representantes do Ministério de Educação e Cultura, procurando por frei José Maria e estando este em viagem, solicitaram a presença do frei Chico. Nesse instante, os agentes se identificaram como pertencentes à Polícia Federal, dando-lhe voz de prisão. Enquanto frei Chico se preparava para acompanhá-los os policiais invadiram a clausura, ocasião em que os demais frades do convento exigiram que o Prior fosse acompanhado por outros quatro frades. O frei foi levado para a 7ª Cia. de Guardas. Em seguida, um grupo de frades se dirigiu ao DOPS onde ficaram fazendo passeata em frente ao respectivo prédio. Horas mais tarde frei Chico foi solto.

Logo ao tomar conhecimento da prisão, o cardeal arcebispo de São Paulo, na época Dom Agnelo Rossi, enviou carta de protesto, a título confidencial, ao Governador do Estado, Abreu Sodré, o qual, por sua vez, promete queixar-se ao presidente da República. A causa da prisão deve ter sido a proposta de um movimento de greve pela Paz Mundial, feita durante uma missa em 11 de julho. O movimento seria uma greve de 24 horas de âmbito mundial pela paz.

Os seminaristas de São Paulo, encabeçados pelos presidentes do Diretório Acadêmico 11 de outubro, da Faculdade Anchieta e da Academia de São Paulo, divulgam manifesto de apoio ao congresso da UNE e de protesto "contra a prisão de estudantes e padres e de todos aqueles que, em nosso país, defendem o direito de associação e de livre expressão do pensamento" (105).

..O jornal O ESTADO DE SÃO PAULO publicou editorial intitulado "As ordens religiosas e a segurança nacional". Falando das Ordens "solidárias com aqueles que se decidiram a declarar guerra aberta aos regimes alicerçados nas chamadas liberdades

individuais que continuam a ser a razão e a essência da civilização ocidental", concluiu o artigo pedindo a expulsão delas: "É o que nos leva a crer que está chegando o momento de refletir o governo da República, antes que seja tarde, naquela página da história em que se descreve o ato de Pombal quando, diante de fatos bem menos graves do que aqueles que se vêm desenrolando em nossa terra, mostrou que há limites para tudo, até mesmo para a ação daqueles que, em nome da Igreja - uma Igreja que não sabem respeitar -, se julgam no direito de se sobrepor inclusive a soberania do Estado".

(Talvez seja interessante comparar este editorial com aquele publicado pelo mesmo jornal no dia 07 de agosto de 1966, logo após o congresso da UNE em Belo Horizonte, e intitulado : "As ordens religiosas e a sociedade" cujo conteúdo e conclusões são rigorosamente parecidos).

- O Documento contra a Opressão

Em agosto de 1967, cerca de 300 padres católicos dirigiram a seus bispos uma "Carta aos bispos", um documento de 18 laudas denunciando a miséria, a fome e a política salarial...

Transcrevemos aqui seu teor central, que procura refletir as preocupações pastorais daquele representativo grupo:

"Com o propósito de comunicar-lhes algumas das sérias preocupações que afligem nossa consciência" (...) "chamamos a atenção para estas realidades que são, para nós, educadores também e testemunhas da fé, motivo de graves apreensões". Garantem que esta iniciativa "traduz com sinceridade o pensamento de padres decididamente comprometidos com a Igreja presente no Brasil de hoje, para servir e salvar a todos".

O documento começa com a descrição da situação atual do povo brasileiro, descrevendo-o como "um povo assassina-

do", um "povo roubado", acrescentando:

"O que mais nos impressiona, de qualquer lado que olhem e quanto mais de perto tentamos conhecer a realidade e as atitudes das pessoas, é que o Brasil não é essa terra cristã que costumamos dizer. Sentimos que a vida de fé, vivida e transmitida no passado, dentro de um contexto sociológico de tipo colonial, vai aos poucos se extinguindo com as transformações deste contexto e se torna sem forças para criar atitudes novas de fé, frente às realidades novas do Brasil de hoje".

Em seguida, a carta analisa as atitudes da Igreja frente à realidade brasileira denunciando, em primeiro lugar, o assistencialismo e o paternalismo das atividades eclesiais, sem procurar atacar as raízes destes problemas:

"A linha de ação da Igreja na prática é a convivência com a bruta exploração da população e a tentativa ilusória de resolver casos individuais de miséria e de doença".

Para realizar tais tarefas como as agora analisadas, a Igreja precisa da contribuição dos ricos, dos favores políticos e governamentais, perdendo, por esta dependência, a liberdade da palavra e das atitudes. Por isso, é necessário, segundo os padres assinantes, a "libertação da Igreja dos poderes econômicos".

Critica-se, em seguida, aquilo que na "Carta" se chamou de "fé comercializada", o "triunfalismo hierárquico", a função do padre como "homem do culto" e, sobretudo, como "distribuidor" dos sacramentos.

Questiona-se ainda as frequentes reuniões do episcopado:

"Das últimas reuniões do episcopado temos a sensação profunda e séria de uma Igreja que não entra na vida cotidiana dos homens e do mundo de hoje".

Da crítica à declaração de Aparecida, em que se recomenda falar sobre: Eucaristia, pecado original, Imaculada Conceição... pergunta-se se são estes os problemas de fé, hoje, no Brasil. Os padres-assinantes respondem que não. Insistem sobretudo na função de evangelização e no papel de profetas. A concepção de profetismo aí se manifesta em toda a sua força.

"O profeta, acima de tudo, não expõe doutrinas, mas cria. Sensível ao seu tempo, à vida que o rodeia, aos acontecimentos, penetra na intimidade dos desígnios e juízos de Deus sobre seu tempo e os revela aos homens" (...). "Diante de homens que valorizam mais o ter, o poder, o prestígio social, a custo quase da miséria, da escravidão e da humilhação de multidões, (querem eles)... viver como o comum do povo, desvincular-se realmente dos poderes econômicos, rever as fontes de sustento para padres e bispos" (106).

- Fala o Presidente

Ao findar o ano de 1967 o presidente Costa e Silva necessita fazer declarações públicas afirmando que não há atrito entre a Igreja e o Governo:

"Não há atrito entre a Igreja e o Governo. O que existe são divergências entre alguns elementos do clero e alguns oficiais das Forças Armadas, mas não divergências entre as duas instituições". Segundo a análise do presidente da República, os setores derrotados pelo movimento de março tentaram primeiro dividir os militares. Malograram e, agora, buscam agular minorias estudantis e camadas do clero contra a revolução. O presidente manifestou a certeza de que a Igreja não se deixará envolver pelas manobras dos subversivos e revelou ter constituído D. Eugênio Salles seu "embaixador" para explicar à Conferência dos Bispos a posição governamental em face dos últimos incidentes(107).

- Política Indigenista

Um assunto que sempre foi polêmico entre a Igreja e o Estado é aquele referente à Pastoral Indigenista. Em 18 de fevereiro de 1968, realiza-se um encontro patrocinado pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária da CNBB, para tratar desse assunto. Além de analisar a situação dessa pastoral e a situação do índio naquela época, o encontro aprova um texto final que em seu item II dava as recomendações para efetivar as linhas de ação proposta:

"Relações com o governo: A extinção do SPI e a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pode modificar as relações existentes entre a Igreja e o Governo no tocante às populações indígenas. A lei que criou a FUNAI deverá ser em breve regulamentada. Acha-se de grande importância um diálogo e a tentativa de colaboração com o governo na elaboração deste regulamento. Atualmente este diálogo deve ser mantido não apenas por missionários isolados, mas de uma maneira global e organizada, pela CNBB e, especificamente, pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária. Conhecendo os objetivos e opções da política indigenista do governo, será mais fácil à Igreja determinar a sua atitude e sua linha de ação. Em qualquer hipótese deve ser ressaltada a liberdade para a ação missionária da Igreja" (108).

..A 1ª de abril de 68, dia do aniversário da revolução de 1964, uma manifestação de milhares de estudantes da capital de Goiás foi violentamente dispersada pela polícia que fez uso de armas. Balanço: um morto (vendedor ambulante).

Antes da agitação, o bispo auxiliar de Goiânia, D. Antonio Ribeiro tentara em vão, de um dos palanques instalados para o desfile, acalmar os estudantes.

Após a intervenção armada da Polícia foi a vez do arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos, se manifestar. Obteve do

governador do Estado que a partir do meio-dia, os soldados voltassem para os quartéis.

No dia seguinte, numerosos estudantes compareceram à catedral para encomendar missa pela vítima da véspera. A comissão de estudantes reuniu-se com o arcebispo, o bispo auxiliar, o bispo auxiliar e alguns padres. Fora, a catedral foi cercada pela Polícia. D. Fernando tentava moderar os estudantes e mostrá-lhes as consequências de um agravamento de tensão, quando um policial à paisana entrou na catedral perseguindo um grupo de estudantes. Atirou e feriu um jovem e uma moça.

Indignado, D. Fernando interrompeu prontamente seu diálogo com as autoridades e enviou um telegrama ao presidente da República no qual declarava, principalmente: "(...) Elemento, conforme estou informado, da Polícia Civil, apoiado por extensivo aparato bélico que cercava toda a Igreja, agrediu a tiros e feriu dois estudantes, cujo sangue tingiu a nave central de nossa catedral... Espero que V. Excia. tome as providências que julgar oportunas no sentido de pôr termo a tamanha e sacrílega arrogância..." (109).

- O Movimento Familiar Cristão

No dia 03 de maio de 1968 era preso em São Paulo, o Sr. José Sollero Filho, vice-Presidente da Equipe Central Nacional do Movimento Familiar Cristão. Foi detido pela Polícia Federal e, posteriormente transferido para o quartel da Polícia do Exército. Dois pronunciamentos públicos foram feitos depois da libertação:

"O Movimento Familiar Cristão, por sua Equipe de Direção no Estado da Guanabara, decidiu proclamar de público a sua posição que é a de Famílias-membros do MFC neste Estado em face do recente episódio da prisão de seu companheiro José Solle

ro Filho, objeto de farto noticiário nos meios de comunicação social:

- O MFC da Guanabara expressa seu profundo pesar e seu enérgico protesto, pela prisão, em São Paulo, de José Soltero Filho, vice-presidente da Equipe Central Nacional do Movimento Familiar Cristão. Convidado a 'prestar esclarecimentos' na agência da Polícia Federal daquela cidade, ali compareceu, sexta-feira, dia 03 de maio do corrente, foi ali detido arbitrariamente, e dali foi transferido para o Quartel da Polícia do Exército, onde permaneceu preso durante 4 (quatro) dias, tendo sido libertado às 13:30 horas do dia 07, terça-feira; tudo isso sem que soubessem, sua esposa, seus dez filhos, seus amigos e companheiros, sequer o pretexto de tal violência (110).

.. O Episódio Comblin -

O padre José Comblin, belga de nascimento, há dez anos na América Latina, era na ocasião professor de Teologia no Seminário Regional do Recife. No início de junho prepara um estudo para a composição de um documento a ser enviado à II Conferência do Episcopado Latino-Americano a ser realizada em Medellín, na Colômbia. Este texto provisório, de uso restrito, entretanto, ganha notoriedade na imprensa sendo publicado na íntegra por vários órgãos jornalísticos nos dias 13 e 14, gerando a partir desta data intensa polêmica entre os que apoiavam seus pontos de vista, e aqueles que viam no documento uma peça de alta periculosidade subversiva.

O clima que se instalou após este episódio, bem como após os problemas levantados durante a reunião de Medellín, culminaram com a expulsão do padre Comblin a 24 de março de 1972.

O documento é bastante extenso e interessante, fugindo, entretanto, ao escopo desta publicação sua transcrição na

íntegra. Destaque-se uma apreciação do próprio Pe. Comblin, emitida logo após a divulgação escandalosa do documento:

"(...) Afinal de contas, que diz o famoso documento? Simplesmente sugere algumas reformas de certas instituições eclesiais - por sinal sugestões feitas há tempo por várias pessoas muito mais ilustres do que o autor. No que se refere à filosofia política, o documento denuncia alguns dos mitos da juventude atual: mitos da ação violenta, mito de Cuba e de Guevara, mito do socialismo, mito da agitação estudantil. Mas ao mesmo tempo o documento denuncia os mitos mais antigos da democracia liberal, do regime pseudo-representativo, o mito da vontade da maioria, o mito das eleições democráticas, etc. Trata-se de estimular a procura de novas formas - aliás novas dessa novidade de aparência de muitas realidades esquecidas do passado de ação política. Trata-se de evitar a tentação dos fanatismos dos jovens e a tentação das rotinas dos velhos. Nem sequer se põe em discussão a legitimidade da Revolução de 1964 - plenamente reconhecida pela Igreja naquele tempo - menos ainda a legitimidade indiscutida do Governo atual do Brasil. Somente isso? Infelizmente, somente isso. O fantasma dissipou-se" (111).

- Implicações Políticas da Campanha da TFP

A campanha de assinaturas contra a "infiltração comunista no seio do clero" organizada pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade por ocasião da publicação do documento do pe. Comblin sobre o Documento-base do CELAM, foi encerrada solenemente no dia 12 de setembro em São Paulo, sede do movimento.

O manifesto a ser endereçado ao papa conta com 1.500.000 assinaturas, recolhidas em 158 cidades do país.

Foi dada ampla publicidade a assinatura de várias

personalidades entre as quais se destacam: Da. Iolanda Costa e Silva, primeira dama; Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energia, que em duas entrevistas (13 e 25 de setembro) lembrou o fato de seis ministros terem também assinado o manifesto, assim como inúmeros oficiais superiores das Três Armas; Gal. Sizeno Sarmento, comandante do 1º Exército; Flávio de Suplicy Lacerda, reitor da Universidade Federal do Paraná. A respeito deste último, a TFP desmentiu teria ele declarado contribuir com dinheiro para as atividades da Sociedade.

Em relação aos meios políticos, Dom Sigaud teve vários encontros. O primeiro foi a conferência que fez para oficiais da Vila Militar na Guanabara a 20 de agosto (veja NOTÍCIAS nº 60), que motivou uma declaração favorável do ministro do Exército, Gal. Lyra Tavares, sobre as relações cordiais entre as Forças Armadas e vários prelados.

O segundo foi a visita demorada ao Presidente da República a 13 de setembro por motivo do encerramento da campanha da TFP. Conforme declaração do bispo, a visita teve a finalidade de informar o Presidente sobre o apoio da maioria dos bispos e do clero à linha política do Governo (112).

- A Comissão Central dos Bispos e a Situação Política.

"De 17 a 19 de fevereiro de 1969, reuniu-se em São Paulo (SP) a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para elaborar um pronunciamento oficial do episcopado sobre a situação criada a partir do AI-5, de 13 de dezembro de 1968.

Depois de muitas hesitações e de intervenção do próprio Nuncio no sentido de chegar a uma real tomada de posição foi elaborado um texto prudente e 'equilibrado'.

Sob o título 'Declaração dos membros da Comissão Central da CNBB - Presença da Igreja', o documento baseia-se no direito que a Igreja tem de falar sobre o assunto e dá a motivação: o bem comum do país é a responsabilidade dos pastores. A seguir expõe o dever de participação da Igreja que 'não pode fugir na hora presente, de uma leal colaboração com o governo em todos os setores onde sinceramente se procuram a verdade, a justiça, a liberdade e o amor'.

No parágrafo sobre as necessárias reformas, os bispos recusam tanto a visão marxista da sociedade quanto a capitalista baseada sobre o lucro, a concorrência e a propriedade privada. A concepção materialista da vida opõem a do homem solidário. Rediram, por outro lado, que se puzesse cobro à ambiguidade de certos termos como subversão, socialização, democracia, conscientização, segurança, desenvolvimento.

A respeito da missão da Igreja, fazem os bispos idêntico "balanço" entre a concepção marxista da religião e mentalidade de um paganismo disfarçado. Afirmam-se contrários a 'movimentos efetivamente subversivos', assim como ao 'abuso do poder econômico ou político em benefício próprio'.

O parágrafo mais destacado nos comentários dos meios políticos é aquele que dá a posição da Igreja relativamente à situação jurídica oriunda do AI-5. Diz o texto: 'A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedade, entre as quais, a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação; ameaça a dignidade da pessoa humana, de maneira física ou moral; institui poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade'. E os bispos, a seguir, fundamentam suas preocupações em citação de Pio XI, tirada da

Encíclica 'Mit brennender Sorge', de condenação ao nazismo em 1937. O final do documento é um apelo à fidelidade do Evangelho e do magistério da Igreja.

A 21 de fevereiro, o documento é levado ao Presidente da República pelo cardeal do Rio, D. Jaime Câmara, acompanhado pelo secretário geral da CNBB, D. Alóisio Lorscheider. A imprensa publica dia 23 a nota oficial da Presidência da República sustentando a publicação da mensagem da Comissão Central...(113)

- Relembrando a "Marcha da Família"

Dia 19 de março de 1976, na cidade de São Paulo, no Esporte Clube Pinheiros, comemorou-se o 12º aniversário da "Marcha da Família com Deus pela liberdade". Entre as cerca de duzentas pessoas presentes, encontravam-se o general Ariel Pacca da Fonseca, comandante da 2ª RM, representando o comandante do II Exército; o brigadeiro Clóvis Pavan, comandante do 4º Comando Aéreo Regional; Major Ismael Armond, secretário especial das comunicações, representando o governador do Estado, e o ex governador Abreu Sodré.

Depois da celebração de um culto ecumênico pelo Rabino-mór Fritz Pinkus, pelo Reverendo Adivaldo Pires da Silveira e frei Benjamin Salvador Ridolfo, tomou a palavra a irmã Maria de Lourdes, conselheira do Movimento Feminino de Arregimentação e da União Cívica Feminina, e idealizadora da realização dessa marcha.

Ela conta, então, como surgiu a idéia da marcha e como esta se concretizou.

"Em 5 dias - das 10 horas da noite do dia 13 (de março), às 16 horas daquela data (19 de março) - algo extraordinário ocorrera, já escapando por assim dizer, a um controle pessoal. Quando quase um milhão de pessoas se reuniu para afirmar

seu repúdio à violência e ao desprezo à pessoa humana que o comunismo consagra, como princípio ideológico e prático. Parecia-me que anos haviam decorrido, desde o momento da noite de 6^a feira 13, quando o deputado federal Antonio Sylvio da Cunha Bueno, acompanhado pelo nosso saudoso dr. José Carlos Pereira de Souza, seu secretário, Augusto Bravo, visitara 3 religiosas no Hospital São Paulo.

Dissera-nos ele, então: 'O discurso de hoje do Presidente não deixa mais dúvidas', o Brasil já está nas mãos do comunismo, a partir da sua cúpula. Que fazer? E, olhando-nos com um desejo de contida ação, declarou: 'Algo precisa ser feito'.

Subitamente, vi diante dos olhos o espetáculo da televisão daquela tarde: o então presidente, com um terço na mão esquerda, vociferando: 'Não é com o terço na mão que se resolvem os problemas da base'.

A figura gravou-se-me na mente para sempre e naquele momento veio-me a resposta: o terço foi sempre uma das grandes forças contra os poderes das trevas... E concluí: um desafio a Nossa Senhora? Ele verá que não são somente as forças materiais que governam o mundo. Antes, outras mais poderosas, as impelem...

A irmã prossegue na narrativa. Conta aproveitar o dia 19 de março, festa de São José, padroeiro da Igreja Universal e da Família, para uma manifestação de repúdio. O deputado, a princípio, se espantou. Organizar uma grande manifestação em tão poucos dias! Mas, decidiu em seguida levar a proposta à frente. A imediata repercussão foi tão grande e diversificada, que

..."foi então proposta e aceita a substituição do nome da Marcha - inicialmente só de católicos - para uma demonstração geral, no espírito do Concílio Vaticano II: 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade'... Saímos, nós freiras, certas de que dali por diante, nada mais teríamos a fazer, senão pedir à

Sua Excia. Revma., o Cardeal de São Paulo, a permissão para comparecer à Marcha, o que, embora não aconselhando, nos foi permitido plenamente.

Quanto ao resto, as senhoras e os senhores sabem o que se passou... Mas voltemos ao presente. Este ato de fé trazia e traz consigo, implicitamente, um compromisso: o de sermos fiéis a ela. Não nos baste apenas mudarem os homens: é preciso que as idéias e os atos, que ela impulsionou, correspondam à verdade...

Olhai para o panorama do mundo, neste momento. Panorama tão semelhante ao dos idos de 1939. Os homens de todo o mundo e a juventude, que conhece os fatos só de longe, não aprenderam aquela tremenda, odiosa, dolorosíssima lição. E se apertam - não sejamos cegos por não querer ver para outra investida, unidos às forças das trevas... Que esse 19 de março de 1976, seja para nós, mais que uma comemoração. Como aquele de 64, que seja um despertar para as realidades, um ponto de partida, uma certeza" (114).

- Pastoral Indigenista Espionada

D. Moacyr Grecchi, prelado do Acre e Purus, em nome da 2a. Assembléia Regional da Pastoral Indigenista, reunida em Rio Branco-AC, no começo de agosto, dirigiu uma "Comunicação às autoridades" datada do dia 10 desse mês, em que narra o seguinte:

Esta assembléia é feita pela segunda vez, por causa da importância que damos à grave problemática das populações indígenas de nossa região. Cada dia mais nos apercebemos como esses povos indigenas tão ricos em valores, estão sendo destruídos pela ação dos seringalistas, empresários e gerentes das empresas agro-pecuárias, que os exploram com mão-de-obra barata e,

ultimamente, lhes tiram definitivamente as terras que lhes pertencem por um direito secular.

Dando-nos conta desta situação consideramos de máxima importância a decisão de nossas Igrejas, isto é, revisar a atitude tomada e os trabalhos pastorais realizados entre os índios. Revisão séria e científica, com o objetivo de melhor estabelecer linhas de ação pastoral indigenista, em que esperamos engajar todos os que são seguidores fiéis do Evangelho e de todos os que têm boa vontade.

No final do primeiro dia de trabalho desta assembleia, depois de várias visitas de pessoas estranhas, que se apresentaram com credenciais falsas, pudemos confirmar uma ação de investigação em relação aos debates realizados, chegando no ponto de instalarem microfones para gravação na sala de reuniões, do que temos provas em nossas mãos. Não sabemos, e nem nos importa saber, quem realizou mais esta ação ilegal, contrária à Constituição nacional e à Declaração universal dos direitos humanos. Cabe-nos apenas deixar claro que tal atitude e procedimento atestam que estamos num estado de controle em que a liberdade não passa de uma palavra sem conteúdo. Finalmente ao fazer esta declaração às autoridades e à opinião pública, queremos afirmar que este fato vem confirmar a nossa apreensão de que grupos e organismos de repressão estejam apoiando e acobertando a ação de empresários inescrupulosos que promovem um capitalismo selvagem, sem controle, o que os torna co-responsáveis do genocídio lento dos povos indígenas, que vem acontecendo no Acre, Rondônia e Sul do Amazonas, dizimados cultural e fisicamente. Se assim não fosse, como entender o fato de quererem controlar os debates de nossa reunião sobre pastoral indigenista? (115).

- Governador de Mato Grosso ataca a Igreja...

Durante palestra na Escola Superior de Guerra, o

governador de Mato Grosso, sr. Garcia Neto, afirmou:

"A Igreja serviu por séculos para acobertar as grandes desigualdades sociais. Alguns militantes do cristianismo, com o tempo, se divorciaram da palavra de Cristo, depois que João XXIII resolveu dar uma nova filosofia à Igreja, protegendo os fracos e oprimidos. Mas, alguns praticantes do cristianismo - no tem bem, não estou falando de toda a Igreja - exageraram, e procuraram acobertar as injustiças. Houve uma radicalização, e, como toda radicalização, esta também foi perniciosa, Cristo não pregou a subversão, como muitos pregam. Eu tenho um folheto de uma prelazia de meu Estado, que diz entre outras coisas: 'enquanto o rico dorme, o pobre trabalha e passa fome'. Numa escola dessa prelazia, um padre-professor dava problemas de matemática como es se: 'chegou um agricultor para trabalhar na fazenda de um rico. No fim do ano tinha colhido 100 sacos de arroz. O rico ficou com 99'. Isso, para mim, é subversão... Já denunciei ao Ministério da Justiça a ação dessa Prelazia..." (116).

- Igreja - Governo: Contatos e Tensões; um balanço

Neste mês de novembro, no ano de 1676, a Santa Sé criava duas dioceses: a de Olinda e Recife e a do Rio de Janeiro, e elevava a diocese de Salvador-BA a ARQUIDIOCESE. Todas três celebraram o seu tricentenário.

O governo Geisel fez questão de prestigiar as celebrações na cidade de Salvador. O ministro da Justiça, Armando Falcão, o representou no encerramento das festividades, a 21 de novembro. Interpelado pelo repórter a respeito da significação de sua presença nessa oportunidade, o ministro se posicionou:

"A minha presença aqui, por designação do presidente Geisel, em sua alta clarividência, já é em si uma mensagem e um gesto de boa vontade. Quanto às interpretações sobre a mi -

nha vinda, elas ficam por conta de quem as faz. Também não sou nenhum mediador, pois não existe qualquer problema entre o governo brasileiro e a Igreja, não havendo, por isso, necessidade de mediador entre Igreja e Governo" (117).

Participaram desta comemoração final, D. Eugênio Sales, D. Helder Câmara e D. Ivo Lorscheiter, este último secretário geral da CNBB. D. Ivo, em entrevista à imprensa, disse por sua vez:

"O Governo deveria fazer agora uma análise das aspirações do povo brasileiro que, pelo que deixou transparecer nas urnas, está exigindo algumas mudanças"

(A respeito das relações Igreja-Governo, acrescentou:) "o fato de a última pastoral da CNBB ter sido mais incisiva, não quer dizer que estamos modificando nossas relações. O que acontece é que fazemos comentários sobre os últimos acontecimentos, mas nosso relacionamento continua a ser o melhor possível, apesar de algumas discordâncias" (118).

- Igreja-Estado: um diálogo em ponto crítico.

As restrições sofridas por padres e bispos no desempenho da ação social da Igreja em favor das camadas mais humildes da população, especialmente dos sem terra, e o entendimento, por parte do governo, de que neste mister a ação sacerdotal se tem revestido de conotação claramente subversiva, exacerbando tensões sociais, induzindo a luta de classes, e criando um clima de intranquilidade que entende inaceitável, reduziram o diálogo Igreja-Estado a seu ponto mais crítico desde que ocupava a Presidência o general Garrastazu Médici.

A palavra oficial do governo, transmitida na nota oficial do ministro Armando Falcão, consideram a colocação da "Comissão Pastoral da Terra", sobre os incidentes ocorridos em

Conceição do Araguaia, inaceitável e acusando setores de cúpula da Igreja - aquela entidade é vinculada à CNBB - de alimentar a subversão e fomentar a intranquilidade, indicam que as tentativas de conciliação fracassaram e poderá haver a confrontação.

Há precisamente um mês, quando a CNBB, através de nota oficial, condenou as ordens social, política e econômica vigentes no Brasil, os estrategistas do governo optaram pelo que parecia, então, o comportamento mais sagaz: ao ficar evidenciado que tal nota discrepava do pensamento de alguns setores da própria Igreja, preferiram dar tempo ao tempo, porque tais setores assumiram sua defesa, embora sem fazê-lo declaradamente. A atitude de inércia calculada aparentemente obteve algum sucesso, sobretudo através dos pronunciamentos do cardeal arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, e da entrevista do Padre Leboni em Conceição do Araguaia, dias antes de ser libertado.

O governo, através de assessores diretos do presidente da República, negou com veemência que estivesse fazendo composições com determinadas alas da Igreja a pretexto de se defender de críticas que entendia injustas e ditadas por propósitos ainda não suficientemente esclarecidos. Um mês depois, tais propósitos já parecem suficientemente esclarecidos. Para o governo, como se depreende da clara e áspera nota do ministro da Justiça. Ela, porém, pelos antecedentes representados pela ordem do dia do ministro Sylvio Frota, do Exército, por ocasião das comemorações do aniversário da Intentona Comunista, a 27 de novembro, pelo discurso do general Sergio de Ary Pires, que na mesma oportunidade falou em nome das Forças Armadas e por diversos pronunciamentos do ministro do STM, brigadeiro Huet Sampaio, o último dos quais esta semana, simboliza o pensamento do governo. É tanto isto parece ser correto que o comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, que pela inteligência e habilidade vem ob -

tendo no setor de segurança e repressão sob sua jurisdição o que antes se fazia pela violência, e por esta razão passou a ser considerado um "fraco" pelas áreas radicais do sistema, manifestou-se, ainda que indiretamente, contra setores da Igreja. Ao receber anteontem, em São Paulo comando do governo boliviano, Dilermando aludiu a "uma força, a querer nos tirar a crença de um Deus Supremo, numa família que unida respeita e ama sua pátria.

O ministro do Exército, na ordem do dia relativa à Intentona Comunista, advertia que "o marxismo adotou perigosa forma de infiltração para minar a sociedade brasileira", acrescentando que aqueles que "aproveitam-se das franquias democráticas para destruir a própria democracia, escondem-se sob as mais variadas vestes, muitas das quais secularmente respeitadas", com a finalidade de abusar da boa fé dos camponeses criando focos de rebeldia e estimular a luta de classes. Esta mesma luta de classes a que se referiu há dois dias o presidente Geisel para enfatizar que no Brasil não há lugar para este tipo de manifestações.

Na mesma solenidade em que Frota fez aquelas colocações o generalque falou em nome das Forças Armadas, Ary Pires, comandante da 2a. Brigada de Infantaria, denunciava a "infiltração espiritual" da seguinte forma: "A ação de elementos desviados de seus reais misteres ou dispostos a acomodar-se; preocupados unicamente em colocar-se na vanguarda do progressismo mas que, na verdade, se juntam aos contestadores da ordem espiritual e desviam o povo dos verdadeiros caminhos da fé". Há 48 horas, enquanto Geisel enfatizava que no Brasil não há lugar para a luta de classes, o brigadeiro Huet Sampaio, presidente do STM, proclamava-se "um católico à antiga" e denunciava os perigos de uma crescente rebeldia entre os padres, especialmente no estado do Pará. Enquanto estes fatos se desenrolavam, dirigentes eclesiásticos passaram a demonstrar publicamente seu descontentamento em

razão das violências o que teria sido submetido o padre Maboni , envolvido nos episódios de Conceição do Araguaia. Mais ainda: o presidente da CNBB e do Conselho Episcopal Latino-Americano - Celam - dom Aloisio Lorscheider, em resposta ao discurso do brigadeiro Huet Sampaio dizia: "Se a Igreja levanta a voz a favor dos humildes que são desrespeitados em seus direitos fundamentais, fá-lo justamente dentro de sua missão de ajudar os homens para se libertarem de todo e qualquer pecado, e entre os quais o da injustiça". (119)

..Dias antes dos incisivos pronunciamentos militares alusivos à Intentona Comunista de 27 de novembro de 1937, o presidente da Câmara, deputado Célio Borja, promoveu um jantar ecumênico em sua residência, do qual participaram altas autoridades civis e militares e dignatários da Igreja, entre os quais o núncio apostólico dom Carmine Rocco, o cardeal-arcebispo dom Eugênio Sales, do Rio de Janeiro e o arcebispo de Brasília, dom José Newton. Ao que parece, um simples contraponto marcado pela cordialidade social entre homens de boa educação, no crescente desentrosamento entre Igreja e Estado, não obstante entre os presentes o artifice da recomposição do relacionamento entre ambos, antes mesmo da posse de Geisel, o ministro Golbery do Couto e Silva.

E agora, o que vai acontecer? Como são claras as evidências de que o governo brasileiro firmou uma orientação que não condiz com a linha de ação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Igreja, como instituição internacional costuma se mobilizar como força de pressão em favor de seus representantes (e a CNBB não age contra a orientação do Vaticano), parece previsível que uma nova etapa de dificuldades poderá se abrir entre ambos. Obviamente, o clima de antagonismo não atingiu o nível do governo anterior, quando foi proibida a concessão do títu

lo de "cidadão honorário de Salvador" ao arcebispo primaz do Brasil e cardeal da Bahia, dom Avelar Brandão Vilella. Mas também parece claro que, se as cúpulas do governo e da Igreja não se entenderem rapidamente, a desarmonia em suas bases poderá adquirir consequências imprevisíveis (120).

- O Assassinato do Pe. Rodolfo e do índio.

Como foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, na manhã do dia 15 um grupo de 62 pessoas bem armadas invadiu a Colônia Indígena de Meruri, administrada pela Missão Salesiana do Mato Grosso, após haver interrompido o trabalho de uma das três equipes que faziam a demarcação da Reserva, por ordem da FUNAI, obrigando os topógrafos e índios Bororo que executavam o serviço a acompanhá-los até a sede da Colônia. Lá insultaram e agrediram o padre Gonçalo Ochoa (ver depoimento), usando igual procedimento com o padre Rodolfo Lunkenbein, diretor da Colônia, que chegou ao local pouco depois. Os líderes do grupo, sobretudo João Marques de Oliveira ("João Mineiro"), José Antonio Guedes Miguez, Manuel Borges ("Preto") e Alair Borges, não conseguindo obter dos missionários qualquer reação às suas provocações, agrediram o Padre Rodolfo e os Bororo que foram defendê-lo, matando o padre e o índio Simão Cristino, e ferindo outros quatro Bororo: Lourenço Rondon (Txibae Ewororo), Gabriel dos Santos (Bakorokudo), José Rodrigues e Tereza, mãe de Simão. No tiroteio, um dos atacantes, o menor Aloísio Bispo, foi atingido pelos próprios companheiros vindo também a morrer no próprio local (121).

- Os Acontecimentos com D. Hipólito.

"Aos 30 minutos do dia 23 de setembro, a Rádio JB recebeu telefonema de pessoa que mandou tomar nota de uma mensa-

gem, com rapidez, pois ia desligar em seguida:

"O BISPO D. HIPÓLITO MANDARINO ACABA DE SER SEQUESTRADO, CASTIGADO E ABANDONADO NUM SUBÚRBIO DA ZONA NORTE. O CARRO DELE FOI MANDADO COMO AVISO PARA A CNBB. O JORNALISTA ROBERTO MARINHO TAMBÉM ACABOU DE RECEBER ADVERTÊNCIA; TUDO DA ALIANÇA ANTICOMUNISTA BRASILEIRA".

(Telefonema idêntico foi dado, à mesma hora, para a Agência France Presse).

"Nu, com pés e mãos amarrados, banhado de mercúrio cromo e seviciado, o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hipólito, 52 anos, foi encontrado às 21:30 horas de ontem (dia 22) na rua Japurá, em Jacarepaguá, duas horas depois de ter sido sequestrado. Às 23:30, o carro do bispo explodiu em frente à sede da CNBB, no Largo da Glória, e aos 30 minutos de hoje, uma bomba foi jogada na casa nº 1105, da Rua Cosme Velho, residência do sr. Roberto Marinho" (122).

..No dia 31 de julho de 1977 são presos ao desembarcar em Goiânia dois membros da MISEREOR. No documento da CNBB divulgado no dia seguinte, o fato é assim descrito:

1. Lamentamos informar que, ao desembarcarem ontem, 31.07.77, à tarde, no Aeroporto de Goiânia, foram detidos e interrogados separadamente, sem maiores explicações, por agentes da Polícia Federal, durante mais de duas horas, o Dr. Ulrich Koch Dr. Godofredo Deelen e o Sr. Harold Schisteck, da Organização católica alemã 'Misereor'.

O Dr. Koch é da alta direção executiva e juntamente com o Dr. Deelen, membro da mesma organização e responsável pela secção II dos projetos para a América Latina, estão em visita ao Brasil a diversas organizações católicas de assistência e promoção humana. O Sr. Schisteck é bolsista da entidade aqui no Brasil e ajuda a analisar os projetos, especialmente na área do

Nordeste. Antes de se dirigirem a Goiânia, estiveram em contato com a arquidiocese de São Paulo, e no Rio de Janeiro, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Conferência dos Religiosos do Brasil.

A Organização Misereor é uma organização dos católicos, dirigida pelos bispos da Alemanha, com sede na cidade de Aachen, e promove, anualmente, uma grande coleta por ocasião da Quaresma. Os recursos adquiridos são enviados como ajuda aos países em desenvolvimento, não só da América Latina, mas também da Ásia e África. Os programas assistenciais são feitos em estreita colaboração e supervisão dos bispos desses continentes.

A arquidiocese de Goiânia, da qual são hóspedes, acompanha o assunto e orientou-os no sentido de também dar ciência do fato às Embaixadas da Alemanha Federal, Holanda e Áustria, países de origem dos referidos senhores.

2. A CNBB continua recebendo mensagens de solidariedade, diante da iminente e possível expulsão de Dom Pedro Casaldáliga. Chegaram telegramas manifestando suas preocupações neste sentido de Dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, em nome do Regional Leste I (Estados de Minas e Espírito Santo); Dom Alberto Ramos, arcebispo de Belém em nome do Regional Norte II (Estado do Pará) e Regional Nordeste I (Estados do Maranhão, Piauí e Ceará).

Anteriormente já haviam chegado manifestações do Regional Nordeste II (Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte) Sul I (Estado de São Paulo); Sul II (Estado do Paraná), Sul IV (Estado de Santa Catarina), Centro Oeste (Estado de Goiás), e Extremo Oeste (Estado de Mato Grosso) (123).

.. Restrições a viagens de D. Helder:

Em março de 78 veicula notícia de que o Vaticano estaria fazendo restrições a viagens ao exterior por D. Helder.

Vaticano nega que haja tais restrições, mas um bispo não identificado o convidou a dar mais atenção à sua diocese (124).

.. Novas ameaças contra D. Adriano:

A CNBB denuncia novas ameaças a D. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu RJ. A Igreja denuncia 96 crimes do Esquadrão no Rio, através da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu (124).

..Terceiro encontro nacional das CEBs

Em julho de 1978 as Comunidades Eclesiais de Base reúnem seus representantes em João Pessoa, para um debate nacional. Participam do encontro 17 bispos, 160 lavradores e operários representando 128 comunidades espalhadas por 40 dioceses do Brasil. Os líderes se manifestam com medo de serem presos (125).

..Publicação do relatório do CISA sobre subversão na Igreja:

É publicado um documento que fala de investigações no clero, relatório secreto sobre a Igreja Católica no Brasil, entregue em 1974 ao ministro da Justiça Armando Falcão. O Planalto admite existir tal relatório. Para D. Aloisio é apenas mais uma péssima leitura. D. Paulo fala do relatório como falsificação grosseira, documento ingênuo, anacrônico e infantil (126).

..Sequestrado Missionário Italiano em Goiás:

O missionário italiano Nicola Arpone, que trabalha no norte de Goiás na concissão pastoral da terra, é sequestrado por agentes policiais. Diante de protestos de autoridades eclesiais, a polícia solta o sequestrado, e a Comissão Pastoral da Terra denuncia tortura (127).

..Criação do Getat:

Diante dos contínuos conflitos de terra nas regiões do Araguaia-Tocantins, o governo cria a Getat, grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins. A Igreja vê com pessimismo

a ação desse grupo, vendo apenas o desejo do governo de abafar o conflito de terras (128).

..Visita do Papa João Paulo II:

Os meses de junho e julho de 1980 foram agitados para a Igreja no Brasil. Aconteceu a viagem apóstolica do Papa João Paulo II ao Brasil, percorrendo o país de norte a sul, visitando os principais pontos, anteriormente demarcados pela CNBB, nunciatura apostólica e Vaticano. As mensagens do Papa nas diversas localidades, bem como seus encontros com governo, entidades e representantes de classe agitaram os conecutários religiosos no país (129).

..Lei dos Estrangeiros:

A promulgação do novo estatuto dos estrangeiros é repudiado por vários setores da sociedade, particularmente pela Igreja, que se vê envolvida sobretudo em relação a seus missionários. A CNBB propõe reformar um estatuto e o ministro da justiça chama a questão dos estrangeiros de dramática (130).

..Expulsão do Pe. Vito Maracapillo:

O decreto de expulsão do Pe. Vito Maracapillo, a 30 de outubro de 1980, repercutiu em todos os setores da sociedade. A questão que se arrastava a mais tempo, veio criar uma série de comentários pelos diversos representantes da Igreja no Brasil. Para o núncio apostólico a questão não afeta a relação Igreja-Estado. Para D. Acácio, bispo de Palmares, o Supremo Tribunal Federal julgou a Pastoral da CNBB, o que é uma afronta (131).

..O núncio apostólico no Brasil, D. Carmine Rocco, tomou o partido dos trabalhadores nas greves de S. Paulo, em outubro de 1980. Diante das desigualdades salariais manifesta que a ordem estabelecida no Brasil é anti-popular e muito desigual. É preciso lutar por uma sociedade mais justa, que valorize e dignifique o trabalho. O operário é merecedor da maior deferência por

parte dos empresários, uma vez que é deles que depende todo o funcionamento da máquina empresarial. O salário é uma reinvidicação justa (132).

Notas

- Abreviações usadas nestas notas referentes a jornais:

ESP: Estado de São Paulo (S. Paulo)

FSP: Folha de São Paulo (S. Paulo)

JB: Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)

JT: Jornal da Tarde (S. Paulo)

OSP: O São Paulo, semanal (S. Paulo)

REB: Revista Eclesiástica Brasileira (Petrópolis)

(77) Cf. OSP abril 1964.

(78) Cf. ESP 4.04.64.

(79) Cf. Revista Paz e Terra, abril 1968.

(80) Cf. *idem*.

(81) Cf. *idem*.

(82) Cf. Programa "A Voz do Pastor", 18.04.64.

(83) Cf. OSP 17.05.64.

(84) Cf. OSP 10.05.64.

(85) Cf. JB 03.08.67.

(86) Cf. JB 28.04.64.

(87) Cf. *idem*.

(88) Cf. REB junho de 1964.

(89) Cf. *idem*.

(90) Cf. OSP março 1965.

(91) Cf. *idem*.

(92) Cf. Correio da Manhã 16.02.65.

(93) Cf. OSP 23.05.65.

(94) Cf. Última Hora 10.05.65.

(95) Cf. Notícias da Igreja Universal, Rio 15/02/68.

(96) Cf. *idem*.

- (97) Cf. REB: junho 1966.
- (98) Cf. Rev. Paz e Terra, setembro 1966.
- (99) Cf. REB, setembro 1966.
- (100) Cf. idem.
- (101) Cf. Notícias da Igreja Universal, Rio 15/10/66.
- (102) Cf. idem.
- (103) Cf. ESP 6.10.66.
- (104) Cf. Última Hora 03.08.67.
- (105) Cf. JB 04.08.67.
- (106) Cf. REB, dezembro 1967.
- (107) Cf. FSP 30.11.67.
- (108) Cf. Rev. Sedoc, junho 1968.
- (109) Cf. Folha de Goiás 03. 04.68.
- (110) Cf. Rev. Sedoc, julho 1968.
- (111) Cf. FSP 15.06.68.
- (112) Cf. FSP 02.10.68.
- (113) Cf. Notícias da Igreja Universal, Rio de Janeiro 1969.
- (114) Cf. ESP 07.04.76.
- (115) Cf. Rev. Sedoc, dezembro 1976.
- (116) Cf. ESP 17.08.76.
- (117) Cf. ESP 23.11.76.
- (118) Cf. ESP 20.11.76.
- (119) Cf. JT 01.12.76.
- (120) Cf. idem.
- (121) Cf. Boletim CIMI, julho 1976.
- (122) Cf. JB 23.09.76.
- (123) Cf. Rev. Sedoc, dezembro 1977.
- (124) Cf. ESP 23.03.78.
- (124-b) Cf. JT 31.03.78.
- (125) Cf. JB 27.07.78.
- (126) Cf. Rev. Veja 11.04.79.

(127) Cf. ESP 25.07.79.

(128) Cf. FSP 06.08.80.

(129) Cf. Rev. Veja 16.07.80.

(130) Cf. OSP 25.12.80.

(131) Cf. JT 06.11.80.

(132) Cf. OSP, dezembro 1980.

Conclusão

Debruçados sobre o passado longínquo, antevemos um futuro de esperanças, embasados nos esforços de um presente , com avanços e recuos na trajetória histórica da Igreja.

O fato conclusório dessa nossa dissertação é: acreditamos na Eclesiogênese política.

A Igreja nasceu dentro de um projeto político de um povo. Gente fustigada pelo domínio dos impérios estrangeiros, sem conquistar uma identidade como nação, vivia das esperanças bíblicas de libertação.

O renascimento dessa comunidade começou a se dar como uma tênue luz a despontar no horizonte. O profeta libertador plantou sua doutrina, que veio a frutificar ao longo dos séculos.

Como todo o projeto estruturado sobre o humano , também êste da construção de uma sociedade perfeita eclesial viveu suas frustrações.

A doutrina de cunho humanitário e profundamente revolucionária em relação a reconstrução social, foi sofrendo a desestabilização histórica.

Os que conseguiram compactuar com o poder dominante e dêle usufruir os benefícios da subjugação da massa, foram também aqueles que insuflaram a acomodação da comunidade cristã, levando-a ao reduto do misticismo.

Lemos a estratificação da Igreja em seu projeto histórico. Muito mais firmada num triunfalismo mistificante e que sacramentalizava suas atitudes descomprometidas no campo social, ela traz consigo essas amarras do passado.

Muito mais também dimensionada pela experiência vivencial, do que por uma ideologia transformante, ela tenta se

desvencilhar do "integrismo", atitude que visa manter sua íntegra identidade histórica.

Há uma luta interna muito intensa que gera uma coloração integrista no sentido de desestabilizar um processo irreversível de inserção na realidade. A manipulação da cúpula do poder hierárquico tenta aprisionar a Igreja ao seu discurso escatológico e internalista.

No dizer do questionado teólogo da atualidade, o jesuíta Hans Küng (Cf. Folha de S. Paulo 2/XI/85). A Igreja, representada pelos figurões da Cúria Romana, teme o novo e sobretudo tem medo da liberdade. Prefere manter a política personalista revestida do poder e que matem os anátemas sobre qualquer idéia mais reacionária.

É a Igreja que ao invés de se postar diante de suas comunidades eclesiais, prefere manter e sustentar uma "Opus Dei", organização secreta e reacionária, que se imiscui em assuntos seculares, mas que ao mesmo tempo apresenta-se com os traços de uma organização medieval, adversária a qualquer reforma.

É aquela que em recente publicação de um "Relatório sobre a Fé", subscrito pelo segundo poder do Vaticano, o Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (antigo Sto Ofício), faz ponderações como as que seguem: A Igreja faz uma recusa categórica de tudo o que pode ter um vínculo, ainda que ténue, com o espírito "racionalista" da filosofia das luzes. Revela que a restauração considerada como programa verdadeiramente presente para ela, é uma depuração de sua vida de fé, das linhas traçadas pelo Vaticano II. Isto é necessário para livrá-la de todas as impurezas das tendências progressistas, que teve sua origem na Reforma e que o pretense período das luzes exprimiu, dando uma idéia completamente falsa do cristianismo.

É a Igreja que se julga alheia a uma teologia política, mas que por sua vez, como estado do Vaticano não deixa

de manifestar sua simpatia pelos regimes totalitários católicos. Que não se contenta, no campo político, em flutuar como uma ro - lha embalada pelas vagas de uma corrente conservadora de alcance mundial. Não, ela se ocupa muito ativamente da política, como por exemplo no que diz respeito à America Central e Latina, onde ali - nha suas posições, como comprovou o representante máximo do po - der americano, às da Casa Branca.

É a que manifesta temores quanto a defasagem do poder centralizado em Roma e portanto retoma as exigências pré - conciliares de um catolicismo integral e centralizado. Onde seu "leitmotiv" é a Igreja de Roma, de Jesus Cristo, que exerce um poder total sobre as almas, ao nível do dogma, da moral e da dis - ciplina eclesiástica.

Aquela que mantém uma política misógena, de alie - nação da mulher, contra uma teologia feminista e do "Deus que é mais Mãe do que Pai" (João Paulo I).

Ainda no dizer de Küng, os sete anos de abundância vividos pela Igreja atual no Pontificado de João XXIII e do Vati - cano II, estão reduzidos à carístia e ao magro projeto de restru - turação eclesial proposta pela Cúria Romana. Para esta o Vatica - no II não passou de um lamentável Concílio de teólogos tendencio - sos, que nada tinham a ver com a colegiolidade hierárquica.

Diante de todas essas ponderações poder-nos-íamos perguntar: para que servem todos os discursos sociais em favor da humanidade, da justiça e da paz, quando a Igreja se omite prin - cipalmente nos problemas sócio-políticos, para cuja solução ela poderia, entretanto, dar uma contribuição decisiva ?

É a partir dessa premissa que reiteramos nossa convicção numa "Eclesiogênese política":

Há um princípio filosófico que diz ser imputável ao inexistente qualquer contestação. Se a Igreja hoje vive um

clima de insegurança, no parecer de seus expoentes do poder, quanto a uma nova teologia social, a um posicionamento político das bases, é sinal que atrás desses questionamentos há uma realidade a despontar.

Esta eclesiogênese na qual nos fixamos, não é uma transformação ideológica, descompromissada ou mesmo tirada da novidade teológica. É algo que emana das bases, que surge como uma semente que explode para a vida alimentada pelo fermento da terra e pelo frescor do orvalho que a acarícia no seu nascimento.

A dimensão atual da Igreja se liga a transformação da sociedade. A vida social sai do campo das ideologias para direcionar-se às questões concretas.

Assim, no dizer do escritor e pensador François Revel, o neoliberalismo atual é uma desintoxicação ideológica. O neoliberalismo surgido nos últimos anos quer nos países desenvolvidos como no terceiro mundo, surgiu não como uma construção ideológica, mas como uma consequência da experiência. Não é decorrente da influência de alguns teóricos sobre a opinião pública, do dirigismo estatal, mas sim das investigações concretas e da própria evolução popular.

A Igreja por sua vez, inserida no contexto social, não consegue esquivar-se de suas influências. No seu próprio seio há portanto uma nítida rejeição dos métodos ideológicos doutrinários. A estratificação sistemática e abstrata de uma doutrina fixista entra em choque com a realidade vivencial de um povo.

Não se quer falar de uma destruição dos princípios doutrinários que emanam das raízes evangélicas. Estes permanecem, pois são o alicerce da sua própria solidificação.

O que vem perdendo o sabor da aceitação é a doutrina teológica ideologizada ao longo dos séculos, que direcio -

nou o sentido eclesiástico a um amontoado de princípios normativos morais e dogmáticos, nos quais não há lugar para um "aggiornamento" e uma consciência crítica da realidade.

Contra tal posicionamento levanta-se uma nova Igreja, que surge da comunidade de fé. Uma fé comprometida com a vida, que não é apenas a intermediação da parusia.

Fé no homem, fé na sociedade, no poder evolutivo de transformação, na mediação dos valores e potencialidades do progresso humano a favor do mesmo homem. Fé também na revolução social em prol de justiça, direitos e da humanização, contra a dominação imperialista e o consumismo absorvente. Fé na vitória final de uma sociedade onde os direitos humanos, a fraternidade, a solidariedade sobrepujarão o império dos poucos poderosos sobre os muitos dominados.

Este é ao nosso ver o verdadeiro alicerce sobre o qual já se dimensiona o que chamamos de uma nova eclesiogênese política.

Concluimos com esse ato de fé já proclamado: Creemos na eclesiogênese política, no discurso que a nova Igreja hoje conduz pela palavra, pelos atos e por sua postura na sociedade.

Bibliografia

- BOFF, Leonardo
Igreja, Carisma e Poder
Ed. Vozes, 3ª edição
- GRANFIELD, P.
The Church as Societas Perfecta em
Church History, NY, nº 48 (1979)
- CHAGAS, Carlos
A Guerra das Estrelas
L&PM Editores Ltda, 2ª edição, 1985
- Rerum Novarum, Leão XIII (1891), em
Encíclicas e Documentos Sociais, Ed. LTr. 1971
- Küng, H., em
"Quem Tem a Palavra na Igreja?"
Ed. Vozes 1981
- "Quadragesimo Anno", Pio XI, 1931, em
Encíclicas e Documentos Sociais - Ed. LTr. 1971
- H. Wagnon, "La personnalité du Saint-Siège en droit international, les faits - les doctrines", em *Studia Diplomatica*, 1977
- Pio Ciprotti, "Santa Sé, sua função", em
Concilium nº 58 (1970/8) Ed. Vozes.
- Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr 1972
- Radiomensagem de Natal, Pio XII, 1944, em
Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTR 1972
- Congar, Yves, "Ministères et Communion Ecclésiale",
Paris 1971

- "Mater et Magistra", João XXIII, 1961, em
Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr. 1971
- Gnani Albert. O Papel Político da Igreja.
Ed. Vozes, em Concilium/177 . 1982/7
- Conc. Vat. II, "Lumen Gentium" e "Sacrossatum Concilium", em
Documentos do Vaticano II
Ed. Vozes 1966
- Vaticano II, Gaudium et Spes, em
Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr. 1971
- BOFF, Clodovis
Ensaio de Ecclesiolgia Política
Ed. Vozes 1978
- Paulo VI, Populorum Progressio, em
Encíclicas e Documentos Sociais
Ed. LTr 1972
- "Para uma Teologia da Comunicação na América Latina"
Decos-Celam - Ed. Vozes 1984
- MUÑOZ, Ronaldo
Nova Consciência da Igreja na América Latina
Ed. Vozes 1979
- Dussel, E.
A Consciência Crítica na Igreja
Ed. Vozes, em Concilium/139 - 1978/9
- Frei Beto
Diário de Puebla
Ed. Civilização Brasileira, 1979
- Documento de Puebla - texto oficial
Edições Paulinas 1979
- Maduro, Otto
Religião e Luta de Classes - Ed. Vozes - 2ª edição 1983

- TONUCCI, Paulo
Teologia da Libertação - O que é?
Ed. Vozes 1984

- Muñoz, R.
Nova Consciência da Igreja na América Latina
Ed. Vozes 1978

- Dussel, E.
History and the theology of liberation
Orbis Books, NY 1976

- TORRES, S.G.
Verso Una Teologia del Terzo Mundo
II Regno/Documenti - Roma - 1978

- Tomás de Aquino
Summa Theologica I

- GUTIÉRREZ, G.
La fuerza histórica de los pobres.
Selección de trabajos, CEP, Lima, 1979

- CARDENAL, F.
O Papel Político da Igreja
Ed. Vozes, em Concilium/177, 1982

- BOFF, Clodovis
Comunidade Eclesial - Comunidade Política
Ed. Vozes, 1978

- Reflexões sobre CEBS, em
Cadernos Pastorais nº 13, 1983 - Fortaleza

- MADURO, Otto
Religião e Luta de Classes
Ed. Vozes 2ª edição

- CEBS - Poder da Igreja no Meio do Povo em
Cadernos Pastorais nº 19, 1983 - Fortaleza

- BURGALOSI, S.
Comunidade na Igreja, em Concilium, 1978/1 - Ed. Vozes

- METZ, J.B.
Teologia Política e Teologia do Mundo
Lisboa, 1970
- GUTIÉRREZ, Gustavo
Teologia da Libertação
Ed. Vozes 1976
- BOFF, Leonardo
Teologia do Cativo e da Libertação
Ed. Vozes 1980
- BOFF, Clodovis
A Teologia do Político e suas Mediações - Teoria e Prática
Ed. Vozes 1977
- KLOPPEBURG, B.
O Cristão Secularizado
Ed. Vozes 1970
- BRUNEAU, Th.
O Catolicismo brasileiro em Época de Transição
Ed. Loyola - 1974
- GREGORY, A.
Comunidades Eclesiais de Base
Ed. Vozes 1973
- Revista Eclesiástica Brasileira - REB
Ed. Vozes - nº 9 1965 - 1980
- Fé e Política - Comissão Arquidiocesana de Pastoral
de S. Paulo - Ed. Vozes 1985
- CAMPOS, José N.
Brasil: Uma Igreja Diferente
Queiroz, Editor - S. Paulo 1981
- Brasil Nunca Mais - Comissão Arquidiocesana de Pastoral
de S. Paulo - Ed. Vozes 1985, 8ª edição
- QUEIROZ, José
A Igreja dos Pobres na América Latina - Ed. Brasiliense - 1980

- CONGAR, Yves
Un Peuple Messianique. Salut et liberation
Paris, 1976

- Cadernos de Informação - As relações Igreja-Estado
Centro Pastoral do Vergueiro - S. Paulo 1978 a 1981

- João Paulo II
A Palavra de João Paulo II no Brasil
Ed. Paulinas - 1980

- Documentos da CNBB - Coleção Documentos da Igreja no Brasil
Ed. Paulinas

- KRISCHKE, Paulo J.
A Igreja e as Crises Políticas no Brasil
Ed. Vozes 1979

- João Paulo II - Encíclica "O Trabalho Humano"
Ed. Paulinas 1981

- CASTRO, Marcos -
64: Conflito Igreja x Estado
Ed. Vozes 1984

- Casaldáliga, D. Pedro -
Creio na Justiça e na Esperança
Ed. Civilização - Rio 1978

- Lustosa, Frei Oscar de F.
A Presença da Igreja no Brasil
Ed. Giro, S. Paulo 1977

- Moreira Alves, Marcio.
A Igreja e a Política no Brasil
Ed. Brasiliense, S. Paulo 1979

- VILLAÇA, Antonio Carlos
História da Questão Religiosa
Ed. Francisco Alves, Rio 1974

- Sobrinho, J.
A Consciência Crítica na Igreja
Ed. Vozes 1978

- MUNOZ, Ronaldo
A Nova Consciência da Igreja na América Latina
- ASSMAN, H.
Teologia de la liberati6n
Montevideo, 1970
- GUTIÉRREZ, G.
Hacia una Teologia de la liberati6n
Bogotá, 1971
- CETRULO, R.
Iglesia latino-americana. Protesta Profecia?
Argentino, 1969
- MARTINS, Edilson
N6s, do Araguaia (Pedro Casaldáliga, o Bispo da Teimosia e Li-
berdade)
Ed. Graal, Rio 1979.
- Souza Lima, Luiz G.
Evolução Política dos Cat6licos e da Igreja no Brasil
Ed. Vozes 1979
- BETTO, Frei
Batismo de Sangue
Ed. Civilizaç6o, Rio 1982
- CARDONNEL, Frei Thomaz
Cristianismo Hoje
Ed. Universit6ria, Rio 1962
- Revista "Documentation Catholique"
Anos 1960 - 1980
- BETTO, Frei - CEBs-Rumo à Nova Sociedade
Ed. Paulinas 1983
- RUBIO, A.G.
Teologia da Libertaç6o:política ou profetismo?
Ed. Loyola, S. Paulo 1977

- COMBLIN, J.
Théologie de la pratique révolutionnaire
Ed. Universitaires - Paris, 1974

- LIBÂNIO, J.B.
Evangelização e Libertação
Ed. Vozes, 1975

- Revista Sedoc - anos 1960 a 1980 - Ed. Vozes

- RUIZ, González
Pobreza Evangélica e Promoção Humana
Ed. Vozes 1970